



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 5ª REGIÃO

DIÁRIO DA JUSTIÇA

Eletrônico

ANO 8 Nº 1.932 (TRIBUNAL / MATÉRIAS ADMINISTRATIVA)

31 PÁGINAS

Disponibilização terça-feira, 27 de outubro de 2015.

Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

PRESIDENTE

Desembargador do Trabalho
VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA

VICE-PRESIDENTE

Desembargadora do Trabalho
NÉLIA DE OLIVEIRA NEVES

CORREGEDOR REGIONAL

Desembargador do Trabalho
LUIZ TADEU LEITE VIEIRA

VICE-CORREGEDORA REGIONAL

Desembargadora do Trabalho
YARA RIBEIRO DIAS TRINDADE

DIRETOR-GERAL

Tarcísio José Filgueiras dos Reis

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Manoel Evangelista Neto

SECRETÁRIA-GERAL JUDICIÁRIA

Luciana Maria Machado de Mendonça Pinto Aguiar

Endereço: Rua Bela Vista do Cabral, 121 - Nazaré
40055-000 - Salvador - Bahia - PABX: (71) 3319.7070
Diagramação: Mídias Gráficas do TRT5
E-mail: grafica@trt5.jus.br

Tribunal Pleno

EDITAL Nº 24, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, Desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com a competência prevista no artigo 26, IV, e em conformidade com o disposto no artigo 16, § 8º, ambos do Regimento Interno deste Regional, **torna público** que no próximo dia **5 de novembro**, às **19 horas**, **será realizada a 3ª Sessão Solene do Tribunal Pleno** deste exercício, no Salão Nobre da **Reitoria da Universidade Federal da Bahia**, situada na Rua Augusto Viana, Canela, nesta Capital, especialmente destinada à **posse dos membros integrantes da Mesa Diretora desta Corte eleita para o biênio 2015/2017**.

Salvador, 27 de outubro de 2015.

Valtércio Ronaldo de Oliveira
Desembargador Presidente

Atos da Presidência

ATO TRT5 Nº 0594, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Altera o inciso I, alínea 'a', do artigo 1º do Ato TRT5 nº 0073/2015, que institui Comissão de Segurança, de caráter permanente, para analisar e definir a forma mais segura de atuação dos Oficiais de Justiça Avaliadores, em áreas e situações perigosas, no âmbito do TRT5 e designa seus membros.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, DESEMBARGADOR DO TRABALHO VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a indicação trazida no Ofício CEE nº 125/2015, de 20 de outubro de 2015, oriundo da Coordenadoria de Execução e Expropriação,

RESOLVE alterar o Ato TRT5 nº 0073, de 27 de fevereiro de 2015, que institui Comissão de Segurança, de caráter permanente, para analisar e definir a forma mais segura de atuação dos Oficiais de Justiça Avaliadores, em áreas e situações perigosas, no âmbito do TRT5, conforme se segue:

Art. 1º O artigo 1º do Ato TRT5 nº 0073, de 27 de fevereiro de 2015, que designa os integrantes da Comissão de Segurança, em seu inciso I, alínea 'a', passa a vigor com a seguinte alteração:

“Art. 1º (...):

I – (...):

a) DINO DAVI CORREIA SANTOS (matrícula 05168-5) - titular;

b) (...);

c) (...).” (NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 27 de outubro de 2015.

VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA
Desembargador Presidente

ATO TRT5 Nº 0597, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Estabelece a retomada dos prazos para a realização e comprovação de depósitos judiciais, inclusive recursais, bem como do recolhimento de custas e emolumentos.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, DESEMBARGADOR DO TRABALHO VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 45, XXXIV, do Regimento Interno do TRT da 5ª Região,

CONSIDERANDO o ATO TRT5 0535, de 6 de outubro de 2015, que suspendeu os prazos para a realização e comprovação de depósitos judiciais, bem como do recolhimento de custas e emolumentos, em razão da greve dos bancários;

CONSIDERANDO o fim do movimento grevista deflagrado pelos bancários,

RESOLVE, ad referendum do Órgão Especial:

Art. 1º Estabelecer a retomada dos prazos para a realização e comprovação de depósitos judiciais, inclusive recursais, bem como do recolhimento de

custas e emolumentos, a partir do dia 3 de novembro de 2015, inclusive.

Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 27 de outubro de 2015.

VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA
Desembargador Presidente

ATO TRT5 Nº 0558, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Desembargador do Trabalho Valtércio Ronaldo de Oliveira, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os artigos 45, inciso VI, 76 a 81 do Regimento Interno deste Regional; CONSIDERANDO as informações constantes do PROAD nº 8674/2015 e o disposto na Resolução Administrativa TRT5 nº 031/2015;

RESOLVE:

CONVOCAR a Excelentíssima Juíza **Maria Elisa Costa Gonçalves**, Titular da 30ª Vara do Trabalho de Salvador, para **substituir neste Tribunal, no período de 6 de novembro de 2015 a 2 de fevereiro de 2016**, em razão das férias da Excelentíssima Desembargadora Yara Ribeiro Dias Trindade.

Publique-se no Diário da Justiça eletrônico do TRT da 5ª Região.

Salvador, 27 de outubro de 2015.

VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA
Desembargador Presidente

AVISO Nº 0015, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR DO TRABALHO VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO as disposições contidas na Resolução Administrativa TRT5 nº 018/2015, que modificou artigos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, adequando-o aos termos da Lei nº 13.015/2014;

TORNA PÚBLICA a suspensão das ações e recursos em trâmite na segunda instância do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região que versem sobre os seguintes temas:

“Danos emergentes. Indenização das despesas atuais e futuras necessárias ao tratamento da vítima de doença ocupacional. Necessidade de prova nos autos do efetivo prejuízo material. Artigos 402 e 949 do Código Civil.”

“Adicional de periculosidade. Base de cálculo. Adicional por tempo de serviço. Integração. Empregado não pertencente à categoria dos eletricitários.”

Salvador, 27 de outubro de 2015.

VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA
Desembargador Presidente

RECOMENDAÇÃO GP-GCR TRT5 Nº 001 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Recomenda aos Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região a designação de pautas específicas de conciliação dos processos em fase de conhecimento e execução e dá outras providências.

O PRESIDENTE E O CORREGEDOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, DESEMBARGADORES DO TRABALHO VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA E LUIZ TADEU LEITE VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – TRT5, a Semana Nacional da

Conciliação, promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que ocorrerá no período de **23 a 27 de novembro**, consoante disposto no Ofício nº 78/2014 – GABCONS-EC/CP, de 15.05.2015,

RECOMENDAM aos Magistrados do TRT5:

Art. 1º A designação de pautas específicas de conciliação, na Semana Nacional de Conciliação do CNJ, de **23 a 27 de novembro de 2015**, com a inclusão de processos em fase de execução, em número diário não inferior a 5 (cinco) por cada unidade, sem prejuízo das pautas de audiência de cognição já designadas pelas Varas do Trabalho da capital e do interior;

Art. 2º A seleção de processos a serem incluídos em pauta de conciliação fica a critério de cada Magistrado, considerando-se, ainda, a solicitação das partes.

Art. 3º Consoante disposto no Ato CSJT.GP.SG Nº 139/2014, os processos que se incluam na Meta 5 do CNJ terão prioridade para inserção nas pautas de conciliação, inclusive os que aguardam em arquivo provisório.

Art. 4º Todos os processos de execução incluídos em pauta de conciliação deverão ter os cálculos de liquidação previamente atualizados, observando, preferencialmente, os seguintes parâmetros:

I – processos com depósito recursal pendente de liberação;

II – processos com penhora parcial de numerário ou não;

III – processos com sentença líquida e recurso interposto, mas cujos autos ainda não foram remetidos à segunda instância do TRT5;

IV – processos com embargos à execução ou impugnação de cálculos pendentes de julgamento, desde que realizada pelo calculista a análise prévia dos pontos controvertidos;

V – processos com valor de execução até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), mesmo sem garantia, tendo o devedor endereço atualizado;

VI – processos cujos credores não aderiram à conciliação global no âmbito do Juízo de Conciliação de 2ª Instância;

VII – processos em que tenha havido solicitação por qualquer das partes, de designação de audiência para tentativa de conciliação;

VIII – poderão ser selecionados processos com execução antiga ainda em curso, desde que o devedor tenha endereço atualizado nos autos, submetendo-o, previamente, a pesquisas através das ferramentas eletrônicas disponíveis (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, SERPRO).

Art. 5º Consoante o disposto nos artigos 599, I, 600, I e II e 601 do Código de Processo Civil - CPC, na intimação das partes e procuradores deverão constar as advertências acerca da consequência do não comparecimento, quanto à aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça.

Art. 6º Quando infrutíferas as tentativas de conciliação o Magistrado determinará, de logo, as medidas necessárias para o prosseguimento do feito em curso, proferindo despacho quanto a outras diligências.

Art. 7º Durante a realização das pautas de conciliação, cada Vara do Trabalho deverá manter plantão diário de 1 (um) dos calculistas lotados na unidade.

Art. 8º As Varas do Trabalho da capital e do interior deverão encaminhar à Corregedoria Regional, até 10 (dez) dias antes da Semana de Conciliação, a quantidade diária de processos inseridos nas pautas de conciliação dos respectivos períodos.

Art. 9º O Juízo de Conciliação de 2ª Instância coordenará as ações de conciliação no âmbito da segunda instância do TRT5.

Art. 10. Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 27 de outubro de 2015.

VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA
Desembargador Presidente

LUIZ TADEU LEITE VIEIRA
Desembargador Corregedor Regional

DECISÕES DO(A) PRESIDENTE DO TRT 5ª REGIÃO,
DESEMBARGADOR(A) DO TRABALHO VALTÉRCIO RONALDO DE
OLIVEIRA

ATO

REDISTRIBUIÇÃO (PUBLICADO NO D.O.U EDIÇÃO DE 27/10/20105)

510/2015 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em observância ao disposto pela Lei 8.112/1990, art. 37, com a nova redação dada pela Lei 9.527/1997, com base na Res.146/2012 do CNJ e conforme PROAD nº 3428/2015, RESOLVE: REDISTRIBUIR, com efeitos a partir de 27/10/2015, o cargo efetivo de Analista Judiciário/Judiciária ocupado pelo servidor ALESSANDRO LANUSSO AZEVEDO DE MACEDO, do quadro permanente de pessoal deste Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, tendo por reciprocidade a redistribuição simultânea do cargo de Analista Judiciário/Judiciária ocupado pelo servidor THIAGO PEDROSO RICARDO, do quadro permanente de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

PORTARIAS

DESIGNAÇÃO

2426/2015 - GENILDO DE LIMA NERI-GABINETE - DESEMBARGADORA DO TRABALHO ANA LÚCIA BEZERRA-FC05 CHEFE DE GABINETE-19/10/2015 (Processo PROAD: 8916/2015).

DESLIGAMENTO

2424/2015-GENILDO DE LIMA NERI-VARA DO TRABALHO DE EUCLIDES DA CUNHA-FC02 ASSISTENTE-19/10/2015 (Processo PROAD: 8916/2015).-MARINA CAVALCANTE GUEDES CHAGAS-GABINETE - DESEMBARGADORA DO TRABALHO ANA LÚCIA BEZERRA-FC05 CHEFE DE GABINETE-19/10/2015 (Processo PROAD: 8916/2015).

REMOÇÃO

2425/2015-GENILDO DE LIMA NERI-VARA DO TRABALHO DE EUCLIDES DA CUNHA-GABINETE - DESEMBARGADORA DO TRABALHO ANA LÚCIA BEZERRA-19/10/2015 (Ex officio) (Processo PROAD: 8916/2015).

Corregedoria

FÉRIAS

Processo PROAD:10252/2015
Magistrada: Flávia Muniz Martins
Despacho: Homologo o pleito formulado pela magistrada Flávia Muniz Martins referente à desistência do pedido de férias para gozo a partir de 03/11/2015.
Quanto ao pedido de alteração dessas férias para gozo a partir de 15/02/2016, aguarde-se a elaboração da escala de férias dos Juízes deste Regional para o referido exercício - de acordo com o art. 96 do Regimento Interno.
Publique-se.

LICENÇA MÉDICA

Laudo médico nº: 1631/2015
Magistrada: Silvana Bastos Janott Ferreira
Período: 26/10 a 06/11/2015- Prorrogação.
Laudo médico nº: 0194/2015
Magistrada: Rívia Carole Nascimento de Moraes Reis
Período: 14/10 a 22/11/2015.

PROAD nº 10080/2015

O CORREGEDOR REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, DESEMBARGADOR LUIZ TADEU LEITE VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que aprovou a seguinte Portaria, conforme adiante se vê:

PORTARIA nº 01/2015

O Excelentíssimo Senhor Doutor GUILHERME GUIMARÃES LUDWIG, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Bom Jesus da Lapa, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto nas Resoluções Administrativas TRT Nº 016/2004 e 064/2004 e art.93 do Regimento Interno do E. TRT da 5ª Região.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores KATIA SELENEH SOUZA DE ARAUJO, Diretora de Secretaria; KARLA RODRIGUES DA SILVA, Assistente de Diretor; LÍDIA CHAVES DAMASCENO SOBRINHA, Secretária de Audiências e MANOEL DO CARMO DOS SANTOS MOREIRA, Secretário de Audiências, lotados nesta Vara do Trabalho, para, sob a presidência do primeiro, constituir o Grupo de Avaliação de Documentos desta Vara do Trabalho, ao qual compete:

a) analisar a retirada e descarte de documentos de processos findos, aptos para destruição, devendo ser desentranhados e devolvidos à parte a qual pertence todos os documentos porventura existentes nos autos, com observância do decurso do prazo de 02 (dois) anos do trânsito em julgado da decisão/acórdão passíveis de ação rescisória;

b) promover a notificação da parte para o devido recebimento dos documentos desentranhados, fazendo constar que o silêncio implicará em falta de interesse, sendo, após certificada tal hipótese, os documentos encaminhados à destruição, por reciclagem ou outro meio, e os autos remetidos ao arquivo, com lavratura de certidão circunstanciada, fazendo constar, inclusive, a exclusão e/ou condensação de volumes; observar-se-á, ainda, a possível existência de créditos e/ou depósitos recursais pendentes de liberação, penhoras e gravames a serem desconstituídos, contas bancárias a serem desbloqueadas;

c) proceder aos seguintes registros (etiqueta ou carimbo) na capa dos autos, em processos findos: PROCESSO VISTORIADO – APTO PARA ELIMINAÇÃO A PARTIR DE ___(mês)/___(ano) (contados 5 (cinco) anos do arquivamento);

Art.2º- Caso algum membro do Grupo de Avaliação de Documentos seja removido para outra unidade jurisdicional ou administrativa, estará dispensado, automaticamente, das respectivas atribuições, sendo procedida, na forma legal, a sua imediata substituição.

Parágrafo Único- Poderá funcionar como membro suplente eventual qualquer dos demais servidores lotados nesta Vara do Trabalho.

Art.3º- As dúvidas porventura levantadas pelo Grupo de Avaliação de Documentos, inclusive quanto ao procedimento, serão dirimidas por este Juízo.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Desembargador-Corregedor para apreciação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRE-SE.

Bom Jesus da Lapa, 06 de outubro de 2015

Guilherme Guimarães Ludwig
Juiz do Trabalho

PORTARIA CR-0064/2015

O CORREGEDOR REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, DESEMBARGADOR LUIZ TADEU LEITE VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista as disposições do Provimento CR 002/2015 e do Aviso CR 022/2015,

RESOLVE:

Dispensar o magistrado Guilherme Vieira Nora da atuação na Vara do Trabalho de Ipiá, a partir de 06/11/2015.

Publique-se no Diário Oficial do TRT da 5ª Região.

Registre-se. Cumpra-se.

Salvador, 27 de outubro de 2015.

LUIZ TADEU LEITE VIEIRA
Desembargador do Trabalho
Corregedor Regional

PORTARIA CR-0065/2015

O CORREGEDOR REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, DESEMBARGADOR LUIZ TADEU LEITE VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista as disposições do Provimento CR 002/2015 e do Aviso CR 022/2015,

RESOLVE:

Dispensar a magistrada Flávia Muniz Martins da atuação provisória na 1ª Vara do Trabalho de Vitória da Conquista, a partir de 06/11/2015.

Publique-se no Diário Oficial do TRT da 5ª Região.

Registre-se. Cumpra-se.

Salvador, 27 de outubro de 2015.

LUIZ TADEU LEITE VIEIRA
Desembargador do Trabalho
Corregedor Regional

PORTARIA CR-0066/2015

O CORREGEDOR REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, DESEMBARGADOR LUIZ TADEU LEITE VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista as disposições do Provimento CR 002/2015 e do Aviso CR 022/2015,

RESOLVE:

DESIGNAR os magistrados abaixo relacionados para atuarem, a partir de 06 de novembro de 2015, como Juizes Substitutos designados nas Varas do Trabalho da 5ª Região a seguir discriminadas:

Juiz Guilherme Vieira Nora, 4ª Vara do Trabalho de Itabuna;

Juíza Flávia Muniz Martins, Vara do Trabalho de Ipiá.

Publique-se no Diário Oficial do TRT da 5ª Região

Registre-se. Cumpra-se.

Salvador, 27 de outubro de 2015.

LUIZ TADEU LEITE VIEIRA
Desembargador do Trabalho
Corregedor Regional

Vice-Corregedoria

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DO FÓRUM DAS VARAS DA CAPITAL; NA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA – que abrange a Coordenadoria de Atendimento ao Público (Núcleo de Informação e Atendimento Processual, Núcleo de Protocolo de Primeira Instância, e Núcleo de Cargas), o Núcleo de Assessoramento Administrativo (Seção de Malote), o Núcleo de Apoio às Varas do Trabalho do Interior, o Núcleo de Gestão Documental (Seção de Atendimento e Cadastro e Seção de Arquivamento e Análise para Eliminação), e os Postos Avançados de Atendimento da Justiça do Trabalho – PAAJT; NO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – NAJ; E NA COORDENADORIA DE EXECUÇÃO E EXPROPRIAÇÃO – que abrange o Núcleo de Hastas Públicas, o Núcleo de Distribuição de Mandados Oficiais, o Núcleo de Apoio à Execução e Pesquisa Patrimonial, o Juízo de Conciliação de Execução e o Núcleo de Cooperação Judiciária.

Correição Ordinária realizada de 21 a 23 de outubro de 2015.

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às 8h, foi instalada a Correição Ordinária no Núcleo de Administração do Fórum das Varas da Capital; na Secretaria de Coordenação Judiciária de Primeira Instância – que abrange a Coordenadoria de Atendimento ao Público (Núcleo de Informação e Atendimento Processual, Núcleo de Protocolo de Primeira Instância, e Núcleo de Cargas), o Núcleo de Assessoramento Administrativo (Seção de Malote), o Núcleo de Apoio às Varas do Trabalho do Interior, o Núcleo de Gestão Documental (Seção de Atendimento e Cadastro e Seção de Arquivamento e Análise para Eliminação), e os Postos Avançados de Atendimento da Justiça do Trabalho – PAAJT; no Núcleo de Assistência Judiciária – NAJ; e na Coordenadoria de Execução e Expropriação – que abrange o Núcleo de Hastas Públicas, o Núcleo de Distribuição de Mandados Oficiais, o Núcleo de Apoio à Execução e Pesquisa Patrimonial, o Juízo de Conciliação de Execução e o Núcleo de Cooperação Judiciária. Foram notificadas a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/BA, assim como a Associação Baiana dos Advogados Trabalhistas – ABAT, através do Edital Nº. 008/2015, divulgado no Diário de Justiça Eletrônico, em 24 de julho de 2015.

A equipe da Exma. Vice-Corregedora Regional, Desembargadora do Trabalho YARA RIBEIRO DIAS TRINDADE, esteve composta dos seguintes servidores: VALDSON LUIS MENEZES DE OLIVEIRA, Chefe de Núcleo da Vice Corregedoria; VIRGÍNIA PORTO BRANDÃO MARACAJÁ, Assistente de Gabinete; MARIA CRISTINA VILAS BOAS FAHEL, Assistente de Gabinete; ROSANE MARIA RODRIGUES MOREIRA, Assistente Administrativo; CLÁUDIO OLIVEIRA SAMPAIO, Assistente Administrativo; MARIA OLIVEIRA LINS, Assistente Administrativo; ADILTON CARDOSO DOS SANTOS, Técnico Judiciário/Segurança, e DELSUC PEREIRA RAMOS, Técnico Judiciário/Segurança.

A Exma. Vice-Corregedora Regional e sua equipe foram recebidos pelo pelo Chefe do Núcleo de Administração do Fórum das Varas da Capital, Sr. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA BOTTAS e demais servidores. O Exmo. Magistrado LUIZ AUGUSTO MEDRADO SAMPAIO, Juiz Diretor do Fórum Juiz Antônio Carlos Araújo de Oliveira, função exercida desde 11/05/2015 – Ato TRT5 nº 222/2015, encontra-se em gozo de férias.

Com base no quanto informado pelo Administrador do Fórum, pela Diretora da Secretaria de Coordenação Judiciária de Primeira Instância, pela Diretora da Coordenadoria de Execução e Expropriação, assim como com base nos dados extraídos do e-Gestão e do Sistema de Recursos Humanos deste Regional e, ainda, no que foi constatado durante os trabalhos correicionais, a Exma. Desembargadora do Trabalho registra algumas observações, elogios, recomendações e determinações neste documento.

I – NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DO FÓRUM DAS VARAS DA CAPITAL

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1. LOTAÇÃO

O servidor CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA BOTTAS exerce a função de Administrador do Fórum Juiz Antônio Carlos Araújo de Oliveira desde 27/02/2012, sendo responsável pela coordenação das seguintes atividades: manutenção civil, hidráulica e elétrica, serviço de limpeza, copeiragem, ar-condicionado, equipe de carregadores, garagistas, controle de entrada de servidores e terceiros em horários e dias não úteis, fraldário, informativos, elevadores, bebedouros, copa,

Esta Unidade abrange a Coordenadoria de Atendimento ao Público (Núcleo de Informação e Atendimento Processual, Núcleo de Protocolo de Primeira Instância, Núcleo de Cargas), Núcleo de Assessoramento Administrativo (Seção de Malote), Núcleo de Gestão Documental (Seção de Atendimento e Cadastro, Seção de Arquivamento e Análise para Eliminação), Postos Avançados de Atendimento da Justiça do Trabalho, e Núcleo de Apoio às Varas do Trabalho do Interior. A servidora ROSE VALÉRIA DA COSTA SARDEIRO exerce a função de Diretora de Secretaria desde 08/11/2011.

1. ATIVIDADES

A Diretora da Secretaria elencou como atividades desempenhadas pela Unidade: **a)** atender as demandas de usuários internos ou externos que não tenham seus pedidos satisfeitos nos setores a ela vinculados - *"Para que essa atividade seja bem realizada a CJ1 fica localizada no mesmo fórum onde a maioria dessas atividades é desenvolvida. Mesmo remotamente, presta auxílio e dirime dúvidas das unidades localizadas no interior, através dos Núcleos de Apoio"*; **b)** viabilizar a interação entre as Varas do Trabalho e os setores que prestam serviços a elas; **c)** participar de diversas comissões do Tribunal, *"analisando o impacto que as decisões terão nas atividades da 1ª Instância e fazendo suas considerações e sugestões"* - Acresceu que *"Hoje, a CJ1 tem representantes nas seguintes comissões (Comissão SAMP(Ato TRT5 Nº 0538/2013); Comissão de Informática (Ato TRT5 Nº 0518/2013); Comitê Gestor Regional do Pje (Ato TRT5 Nº 0186/2013); Comitê de Implantação do Pje (Ato TRT Nº 0187/2013); Comitê de Gestão Estratégica (Ato TRT5 Nº 0536/2013); Comitê para homologação da implantação da estatística dos processos eletrônicos nesta 5ª Região da Justiça do Trabalho — Grupo de Negócio do Pje (Ato TRT5 Nº 0575/2013); Grupo de Apoio Setorial ao Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (Pje-JT) (RA TRT5 Nº 0023/2014); Grupo de Trabalho e Negócios para acompanhamento do funcionamento e expansão do processo judicial eletrônico de 1º e 2º graus (Ato TRT5 Nº 0377/2012); Comissão de Revisão do Programa de Necessidades para elaboração do projeto arquitetônico da nova sede (Ato TRT5 0244/2014); Comissão de Gestão do Teletrabalho (Ato TRT5 Nº 0442/2015); d)* atender demandas dos usuários de varas, auxiliando-os quanto à utilização do sistema - Constatando que a maior parte das dúvidas decorriam de erros de procedimentos, *"a CJ1 passou a elaborar informativos que concentram determinadas orientações, às vezes difundidas em manuais e normas, separados por assuntos. Estes informativos estão publicados na intranet"*; **e)** receber e analisar demandas de alteração de procedimentos de trabalho das secretarias das Varas do Trabalho e demais unidades judiciárias de primeira instância do TRT da 5ª Região; **f)** *"Diligenciar junto às secretarias das varas do trabalho e demais unidades judiciárias de primeira instância, as alterações procedimentais necessárias e a consequente atualização do manual de procedimentos e do sistema informatizado de acompanhamento de processos"*; **g)** realizar o sorteio do plantão judiciário de primeira instância, sob a supervisão do Juiz Diretor do Fórum; **h)** promover contatos institucionais com as Procuradorias Federais (PF, PU e PFN), Procuradoria do Estado da Bahia e do Município de Salvador, para viabilizar a implementação do e-SAMP - *"Houve ainda o acompanhamento das implantações nas varas, identificando possíveis problemas e sugestões de melhoria do sistema"*; e, **i)** atuar *"no Processo Judicial Eletrônico - Pje para prestar atendimento, no limite de sua competência, bem como acompanhar e orientar sobre questões procedimentais, sob a orientação do Grupo Gestor, promovendo a padronização do uso do sistema"*.

Obs.: A Diretora da Unidade ressaltou a atuação *"no processo de encerramento dos Postos de Atendimento à Justiça do Trabalho dos Shoppings Barra e Bela Vista, orientando servidores, fazendo contatos para a infraestrutura necessária, etc"*.

Bem assim, salientou que a Secretaria, em caráter experimental, *"tem colaborado com a Setic atendendo alguns chamados que são por ela identificados como falta de orientação do usuário, e não erros de sistema. Os chamados encaminhados a esta unidade são respondidos pelo Núcleo de Assessoramento Administrativo com a indicação de onde encontrar a informação desejada nos manuais e informativos da SCJ1, por e-mail, para todos da unidade, a fim de disseminar a informação"*.

2. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DA SECRETARIA

Não existem solicitações pendentes junto à Secretaria de Administração - SA ou à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

3. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

A Diretora **nada** relacionou.

II.I - COORDENADORIA DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

A Coordenadoria de Atendimento ao Público é constituída pelo Núcleo

de Informação e Atendimento Processual, Núcleo de Protocolo de Primeira Instância, e Núcleo de Cargas.

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1. LOTAÇÃO

O servidor ISMAR LUIS TOURINHO MASCARENHAS exerce a função de Diretor da Coordenadoria desde 09/11/2011.

1.2. ALTERAÇÕES NO QUADRO DE SERVIDORES DA UNIDADE

Entre 01/01/2014 a 30/09/2015, a Unidade **não** houve alteração no seu quadro funcional.

1.3. FREQUÊNCIA MENSAL

Foi informado pelo Diretor da Unidade que a frequência mensal de todos os Servidores da Unidade, relativa ao mês de setembro/2015, foi encaminhada à Coordenadoria Administrativa de Pessoas em 01/10/2015.

2. ATIVIDADES

Segundo informações prestadas pelo Diretor da Coordenadoria, a Unidade é responsável pelas seguintes atividades: **a)** coordenação da execução dos trabalhos das unidades que a compõem; **b)** manter-se atualizada sobre leis e outros dispositivos que afetem as rotinas de trabalho das unidades a ela vinculadas; **c)** atualização dos servidores nas rotinas das diversas unidades que a compõem, a fim de proporcionar remanejamento de pessoal entre elas, quando necessário; **d)** gerenciar as necessidades de equipamentos e materiais necessários ao bom desenvolvimento das atividades das unidades que a compõem, diligenciando junto aos setores responsáveis o suprimento destas, comunicando à Secretaria de Coordenação Judiciária de Primeira Instância qualquer impedimento ou eventualidade; **e)** assessorar a Secretaria de Coordenação Judiciária de Primeira Instância no planejamento e adequação da estrutura de atendimento, quando necessário por força de alterações nas demandas; e **f)** organizar escala de remessa de processos para as procuradorias federais que recebam processos pelo Núcleo de Cargas.

3. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DA COORDENADORIA

O Diretor da Unidade informou que **não** existem solicitações pendentes junto à Secretaria de Administração - SA, ou à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

4. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

O Diretor da Coordenadoria apresentou queixas quanto ao aparelho de ar-condicionado, relatando que: *"O ar-condicionado não funciona no Térreo diferentemente dos andares superiores. Existem 04 (quatro) saídas no Térreo, 03 (três) delas contém cortinas de ar que frequentemente estão desligadas e a saída que dá acesso à garagem não tem essa cortina de ar. A temperatura varia entre 30°C e 35°C (medição feita pela manutenção) no inverno. O TRT disponibilizou alguns ventiladores para amenizar o calor, mas não atendem todos os servidores e não podem ser direcionados de forma direta por causa dos expedientes em papel, não impedindo assim a sensação de abafamento."*

"Entramos em contato com a Administração do Fórum através do servidor Carlos Bottas que acionou a empresa responsável que detectou o problema e entregou um orçamento que segundo o servidor repassou ao Tribunal."

Solicitou, por fim, uma atenção especial ao problema, uma vez que ele persiste há mais de quatro anos, causando transtornos aos servidores e aos jurisdicionados.

II.I.I - NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E ATENDIMENTO PROCESSUAL

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1. LOTAÇÃO

Verificou-se que a Unidade tem a lotação de **17 (dezesete)** servidores. Destaca-se que a servidora JOSEANE JOSELE MATOS exerce a função de Chefe de Núcleo desde 01/06/2015.

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMMISSIONADA	DATA	
			EXERCÍCIO TRT	NA LOTAÇÃO
Adalto de Jesus Silva	Técnico Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 4	03/10/2005	15/02/2006
Antônio José Andrade Lordelo	Auxiliar Judiciário/ Administrativa/ Apoio de Serviços Diversos	Assistente Administrativo 2	06/10/1997	02/02/2012
Carlos Alberto Rocha Araújo	Técnico Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 2	18/12/2000	10/11/2008

Cristiana Ribeiro da Rocha	Analista Judiciário/Judiciária	Assistente Administrativo 2	04/09/2003	13/10/2005
Isabel Adriana N. Pereira do Carmo	Técnico Judiciário/Administrativa	Assistente Administrativo 2	06/04/1998	07/01/2015
Jomilton Leite dos Santos	Analista Judiciário/Judiciária	Assistente Administrativo 2	09/09/2010	02/05/2011
José Oliveira Rocha	Técnico Judiciário/Administrativa/Mecânica	Assistente Administrativo 2	23/04/1992	04/05/2009
Joseane Josele Matos	Analista Judiciário/Administrativa	Chefe de Núcleo	02/01/1998	08/11/2011
Maria Judith de Moura Ribeiro	Analista Judiciário/Administrativa	Assistente Administrativo 2	09/03/1995	11/11/2011
Nagela Raquel Vitória Barbosa da Silva	Técnico Judiciário/Administrativa/Portaria	Assistente Administrativo 2	04/02/1985	13/03/2006
Nelina Borba de Souza E Benevides	Analista Judiciário/Judiciária	Assistente Administrativo 2	22/10/1985	11/10/2011
Rita de Cássia Bispo Reis	Técnico Judiciário/Administrativa/Apoio de Serviços Diversos	Assistente Administrativo 2	03/11/1987	17/08/2009
Rita de Cássia Mattos de Sousa	Técnico Judiciário/Administrativa	Assistente Administrativo 2	03/10/2005	01/06/2007
Rita Sueli Santana dos Santos	Técnico Judiciário/Administrativa	Assistente Administrativo 2	23/05/1989	01/08/1997
Sílvia Cerqueira Gonzaga	Analista Judiciário/Administrativa	Assistente Administrativo 2	01/06/1989	26/03/2014
Tereza Cristina Lima Falcão	Técnico Judiciário/Administrativa	Assistente Administrativo 2	28/09/1993	01/06/2005
Valtércio Silva Pitanga	Técnico Judiciário/Administrativa	Assistente Administrativo 2	12/04/1993	15/07/2013

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos – dados coletados em 30/09/2015).

1.2. FREQUÊNCIA MENSAL

Foi informado pela Chefe de Núcleo da Unidade que a frequência mensal de todos os Servidores da Unidade, relativa ao mês de setembro/2015, foi encaminhada à Coordenadoria Administrativa de Pessoas em 02/10/2015.

1.3. AFASTAMENTO/LICENÇAS (EXCETO FÉRIAS)

Mediante consulta ao Sistema de Recursos Humanos deste Tribunal, constatou-se que, no ano de 2014, foram registrados **114 (cento e quatorze)** dias de afastamentos/licenças, todos referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS).

No corrente ano, até 30/09/2015, os afastamentos/licenças dos servidores totalizaram **465 (quatrocentos e sessenta e cinco)** dias, sendo **41 (quarenta e um)** dias decorrentes de licença para tratamento de saúde (LTS). Os demais **424 (quatrocentos e vinte e quatro)** dias são relativos a afastamentos por motivos diversos, sendo a maior parte decorrente do movimento partidista dos servidores federais, iniciado no dia 16 de junho do corrente ano.

1.4. ALTERAÇÕES NO QUADRO DE SERVIDORES DA UNIDADE

De 01/01/2014 a 30/09/2015, a Unidade teve alteração no seu quadro funcional em relação a **03 (três)** servidores.

SERVIDOR	DATA LOTAÇÃO	DATA SAÍDA
Isabel Adriana N. Pereira do Carmo	07/01/2015	—
Maria Noemia de Andrade Guimarães	26/04/2010	30/04/2015
Sílvia Cerqueira Gonzaga	26/03/2014	—

2. ATIVIDADES

A Chefe de Núcleo relacionou as principais atividades desenvolvidas: **a)** atendimento presencial ao público – média de **250 (duzentas e cinquenta)** pessoas por dia dentre jurisdicionados e advogados atendidos pelo balcão de informação do Setor; **b)** atendimento de advogados e partes especificamente pela Diretoria do Setor com finalidade de justificar ou suprir a inexistência de certidão de distribuição de processos do PJE, dentre outras demandas – média de **10 (dez)** atendimentos por dia; **c)** atendimento presencial de jurisdicionados que optam por exercer o *jus postulandi*, bem como elaboração e distribuição da respectiva Reclamação Trabalhista; **d)** distribuição de cartas precatórias físicas, eletrônicas (sistema CPE) e digitais (sistema Malote digital) – média de **70 (setenta)** por dia; **e)** recebimento de correspondências digitais encaminhadas via Malote Digital – média de **30 (trinta)** documentos por dia; **f)** recebimento de correspondências encaminhadas via Correio, triagem e encaminhamento, quando for o caso, para o respectivo Setor de destino – média de **05 (cinco)** correspondências físicas por dia; **g)** recebimento e redistribuição ou encaminhamento de processos físicos remetidos pela Justiça Estadual, Justiça Federal, Varas do Interior ou outro Regional; **h)** resposta aos e-mails das Varas do interior e de escritórios de outros Regionais solicitando informações acerca da distribuição das cartas precatórias encaminhadas – média de **08 (oito)** e-mails/ofícios recebidos e respondidos por dia; **i)** emissão de certidão de existência de processos trabalhistas – média de **200 (duzentas)** certidões emitidas por dia; **j)** resposta e encaminhamento de relatórios de demandas trabalhistas a pedido do Ministério Público do Trabalho – média de **4 (quatro)** ofícios (físicos ou eletrônicos) respondidos por dia; **l)** elaboração mensal do Boletim do Foro (relatório de prestação de contas da arrecadação de emolumentos pela Distribuição de Feitos de Salvador, Sac Barra, Sac Bela Vista e Setor de Xerox); **m)** impressão diária e disponibilização no mural externo ao Setor das pautas de audiência designadas pelas Varas do Trabalho para fins de consulta do público e dos advogados; e **n)** atendimento telefônico para informação sobre emissão de certidões de distribuição de demandas trabalhistas, CNDT, exercício do *jus postulandi* e outras atividades executadas pelo Setor – média de **30 (trinta)** ligações por dia.

3. PRODUTIVIDADE

No período de 01/01/2014 a 31/12/2014, consoante assegurado pela Chefe do Núcleo, em média, foram: **a)** prestadas **46.944 (quarenta e seis mil novecentos e quarenta e quatro)** informações processuais; **b)** cadastrados, em caso de urgência (*jus postulandi*), **60 (sessenta)** processos; **c)** recebidas **11.243 (onze mil duzentos e quarenta e três)** Cartas Precatórias, entre físicas e eletrônicas; **d)** distribuídas **145 (cento e quarenta e cinco)** Exceções de Incompetência; **e)** efetuados **1.500 (mil e quinhentos)** atendimentos para cadastramento de advogados, alteração de dados, ou validação de cadastro de advogados; **f)** expedidas **6.380 (seis mil trezentas e oitenta)** certidões; e, **g)** foi arrecadado um total de **R\$ 238.205,23 (duzentos e trinta e oito mil, duzentos e cinco reais e vinte e três centavos)**, resultante da soma de: R\$ 9.778,63 (nove mil setecentos e setenta e oito reais e sessenta e três centavos) relativos ao Setor de Xerox; R\$ 84.039,19 (oitenta e quatro mil, trinta e nove reais e dezenove centavos) atinentes ao Posto Avançado do Shopping Bela Vista; R\$ 95.818,31 (noventa e cinco mil, oitocentos e dezoito reais e trinta e um centavos) relativos ao Posto Avançado do Shopping Barra, e, R\$ 48.569,10 (quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e nove reais e dez centavos) arrecadados pela antiga Coordenadoria de Distribuição dos Feitos.

No ano de 2015, até 30 de setembro, em média, foram: **a)** prestadas **40.000 (quarenta mil)** informações processuais; **b)** cadastrados, em caso de urgência (*jus postulandi*), **45 (quarenta e cinco)** processos; **c)** recebidas **5.385 (cinco mil trezentas e oitenta e cinco)** Cartas Precatórias, entre físicas e eletrônicas; **d)** distribuídas **80 (oitenta)** Exceções de Incompetência; **e)** efetuados **1.250 (mil e duzentos e cinquenta)** atendimentos para cadastramento de advogados, alteração de dados, ou validação de cadastro de advogados; **f)** expedidas **20.996 (vinte mil, novecentos e noventa e seis)** certidões; e, **g)** foi arrecadado um total de **R\$ 104.839,97 (cento e quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais e nove centavos)**, resultante da soma de: R\$ 3.718,39 (três mil setecentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)

relativos ao Setor de Xerox; R\$ 43.067,64 (quarenta e três mil, sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) atinentes ao Posto Avançado do Shopping Bela Vista; R\$ 58.053,94 (cinquenta e oito mil e cinquenta e três reais e noventa e quatro centavos) relativos ao Núcleo de Informação e Atendimento Processual.

Obs.: Os Postos Avançados de Atendimento da Justiça do Trabalho dos Shoppings Barra e Bela Vista encerraram suas atividades, respectivamente, em 19 de dezembro de 2014 e em 31 de julho de 2015, razão por que os dados computados limitaram-se às datas de encerramento.

Asseverou a Chefe do Núcleo que a quantidade de dívidas esclarecidas, como também o número de partes redirecionadas nos referidos períodos não podem ser quantificados, *"pois o atendimento prestado a cada jurisdicionado pode envolver uma ou várias dúvidas e não compete a este Setor redirecionar partes"*.

Em relação ao ano de 2014, de acordo com os dados coletados no Sistema e-Gestão, constatou-se que:

- **1.541 (mil quinhentos e quarenta e um)** processos foram recebidos pela **01ª Vara**, destes, 14 (catorze) físicos, sendo 1.199 (mil cento e noventa e nove) ações distribuídas, 56 (cinquenta e seis) redistribuídas, 07 (sete) processos de execução originária e 279 (duzentas e setenta e nove) cartas precatórias;
- **1.623 (mil seiscentos e vinte e três)** processos foram recebidos pela **02ª Vara**, destes, 23 (vinte e três) físicos, sendo 1.268 (mil duzentas e sessenta e oito) ações distribuídas, 62 (sessenta e duas) ações redistribuídas, 09 (nove) processos de execução originária e 284 (duzentas e oitenta e quatro) cartas precatórias;
- **1.547 (mil quinhentos e quarenta e sete)** processos foram recebidos pela **03ª Vara**, destes, 09 (nove) físicos, sendo 1.204 (mil duzentas e quatro) ações distribuídas, 57 (cinquenta e sete) redistribuídas, 06 (seis) processos de execução originária e 280 (duzentas e oitenta) cartas precatórias;
- **1.554 (mil quinhentos e cinquenta e quatro)** processos foram recebidos pela **04ª Vara**, destes, 20 (vinte) físicos, sendo 1.220 (mil duzentas e vinte) ações distribuídas, 50 (cinquenta) ações redistribuídas, 15 (quinze) processos de execução originária e 269 (duzentas e sessenta e nove) cartas precatórias;
- **1.557 (mil quinhentos e cinquenta e sete)** processos foram recebidos pela **05ª Vara**, destes, 07 (sete) físicos, sendo 1.193 (mil cento e noventa e três) ações distribuídas, 53 (cinquenta e três) redistribuídas, 14 (catorze) processos de execução originária e 297 (duzentas e noventa e sete) cartas precatórias;
- **1.572 (mil quinhentos e setenta e dois)** processos foram recebidos pela **06ª Vara**, destes, 26 (vinte e seis) físicos, sendo 1.210 (mil duzentas e dez) ações distribuídas, 55 (cinquenta e cinco) ações redistribuídas, 07 (sete) processos de execução originária e 300 (trezentas) cartas precatórias;
- **1.536 (mil quinhentos e trinta e seis)** processos foram recebidos pela **07ª Vara**, destes, 13 (treze) físicos, sendo 1.173 (mil cento e setenta e três) ações distribuídas, 49 (quarenta e nove) ações redistribuídas, 04 (quatro) processos de execução originária e 310 (trezentas e dez) cartas precatórias;
- **1.535 (mil quinhentos e trinta e cinco)** processos foram recebidos pela **08ª Vara**, destes, 10 (dez) físicos, sendo 1.202 (mil duzentas e duas) ações distribuídas, 58 (cinquenta e oito) ações redistribuídas, 07 (sete) processos de execução originária e 268 (duzentas e sessenta e oito) cartas precatórias;
- **1.572 (mil quinhentos e setenta e dois)** processos foram recebidos pela **09ª Vara**, destes, 24 (vinte e quatro) físicos, sendo 1.137 (mil cento e trinta e sete) ações distribuídas, 74 (setenta e quatro) ações redistribuídas, 87 (oitenta e sete) processos de execução originária e 274 (duzentas e setenta e quatro) cartas precatórias;
- **1.551 (mil quinhentos e cinquenta e um)** processos foram recebidos pela **10ª Vara**, destes, 18 (dezoito) físicos, sendo 1.207 (mil duzentas e sete) ações distribuídas, 73 (setenta e três) ações redistribuídas, 06 (seis) processos de execução originária e 265 (duzentas e sessenta e cinco) cartas precatórias;
- **1.552 (mil quinhentos e cinquenta e dois)** processos foram recebidos pela **11ª Vara**, destes, 13 (treze) físicos, sendo 1.210 (mil duzentas e dez) ações distribuídas, 44 (quarenta e quatro) ações redistribuídas, 13 (treze) processos de execução originária e 285 (duzentas e oitenta e cinco) cartas precatórias;
- **1.551 (mil quinhentos e cinquenta e um)** processos foram recebidos pela **12ª Vara**, destes, 15 (quinze) físicos, sendo 1.189 (mil cento e oitenta e nove) ações distribuídas, 60 (sessenta) ações redistribuídas, 12 (doze) processos de execução originária e 290 (duzentas e noventa) cartas precatórias;
- **1.546 (mil quinhentos e quarenta e seis)** processos foram recebidos pela **13ª Vara**, destes, 16 (dezesesseis) físicos, sendo 1.182 (mil cento e oitenta e duas) ações distribuídas, 59 (cinquenta e nove) ações redistribuídas, 16 (dezesesseis) processos de execução originária e 289 (duzentas e oitenta e nove) cartas precatórias;
- **1.545 (mil quinhentos e quarenta e cinco)** processos foram recebidos pela **14ª Vara**, destes, 16 (dezesesseis) físicos, sendo 1.180 (mil cento e oitenta) ações distribuídas, 51 (cinquenta e uma) ações redistribuídas, 10 (dez) processos de execução originária e 304 (trezentas e quatro) cartas precatórias;
- **1.547 (mil quinhentos e quarenta e sete)** processos foram recebidos pela **15ª Vara**, destes, 12 (doze) físicos, sendo 1.182 (mil cento e oitenta e duas) ações distribuídas, 61 (sessenta e uma) ações redistribuídas, 02 (dois) processos de execução originária e 302 (trezentas e duas) cartas precatórias;
- **1.572 (mil quinhentos e setenta e dois)** processos foram recebidos pela **16ª Vara**, destes, 25 (vinte e cinco) físicos, sendo 1.167 (mil cento e sessenta e sete) ações distribuídas, 75 (setenta e cinco) ações redistribuídas, 07 (sete) processos de execução originária e 323 (trezentas e vinte e três) cartas precatórias;
- **1.567 (mil quinhentos e sessenta e sete)** processos foram recebidos pela **17ª Vara**, destes, 18 (dezoito) físicos, sendo 1.197 (mil cento e noventa e sete) ações distribuídas, 65 (sessenta e cinco) ações redistribuídas, 08 (oito) processos de execução originária e 297 (duzentas e noventa e sete) cartas precatórias;
- **1.566 (mil quinhentos e sessenta e seis)** processos foram recebidos pela **18ª Vara**, destes, 11 (onze) físicos, sendo 1.230 (mil duzentas e trinta) ações distribuídas, 45 (quarenta e cinco) ações redistribuídas, 09 (nove) processos de execução originária e 282 (duzentas e oitenta e duas) cartas precatórias;
- **1.555 (mil quinhentos e cinquenta e cinco)** processos foram recebidos pela **19ª Vara**, destes, 11 (onze) físicos, sendo 1.192 (mil cento e noventa e duas) ações distribuídas, 72 (setenta e duas) ações redistribuídas, 10 (dez) processos de execução originária e 281 (duzentas e oitenta e uma) cartas precatórias;
- **1.532 (mil quinhentos e trinta e dois)** processos foram recebidos pela **20ª Vara**, destes, 12 (doze) físicos, sendo 1.195 (mil cento e noventa e cinco) ações distribuídas, 61 (sessenta e uma) ações redistribuídas, 06 (seis) processos de execução originária e 270 (duzentas e setenta) cartas precatórias;
- **1.543 (mil quinhentos e quarenta e três)** processos foram recebidos pela **21ª Vara**, destes, 07 (sete) físicos, sendo 1.219 (mil duzentas e dezenove) ações distribuídas, 34 (trinta e quatro) ações redistribuídas, 13 (treze) processos de execução originária e 277 (duzentas e setenta e sete) cartas precatórias;
- **1.561 (mil quinhentos e sessenta e um)** processos foram recebidos pela **22ª Vara**, destes, 11 (onze) físicos, sendo 1.239 (mil duzentas e trinta e nove) ações distribuídas, 43 (quarenta e três) ações redistribuídas, 10 (dez) processos de execução originária e 269 (duzentas e sessenta e nove) cartas precatórias;
- **1.522 (mil quinhentos e vinte e dois)** processos foram recebidos pela **23ª Vara**, destes, 13 (treze) físicos, sendo 1.179 (mil cento e setenta e nove) ações distribuídas, 52 (cinquenta e duas) ações redistribuídas, 14 (quatorze) processos de execução originária e 277 (duzentas e setenta e sete) cartas precatórias;
- **1.529 (mil quinhentos e vinte e nove)** processos foram recebidos pela **24ª Vara**, destes, 14 (quatorze) físicos, sendo 1.186 (mil cento e oitenta e seis) ações distribuídas, 46 (quarenta e seis) ações redistribuídas, 09 (nove) processos de execução originária e 288 (duzentas e oitenta e oito) cartas precatórias;
- **1.549 (mil quinhentos e quarenta e nove)** processos foram recebidos pela **25ª Vara**, destes, 19 (dezenove) físicos, sendo 1.196 (mil cento e noventa e seis) ações distribuídas, 35 (trinta e cinco) ações redistribuídas, 6 (seis) processos de execução originária e 312 (trezentas e doze) cartas precatórias;
- **1.536 (mil quinhentos e trinta e seis)** processos foram recebidos pela **26ª Vara**, destes, 10 (dez) físicos, sendo 1.201 (mil duzentas e uma) ações distribuídas, 45 (quarenta e cinco) ações redistribuídas, 12 (doze) processos de execução originária e 278 (duzentas e setenta e oito) cartas precatórias;
- **1.560 (mil quinhentos e sessenta)** processos foram recebidos pela **27ª Vara**, destes, 20 (vinte) físicos, sendo 1.197 (mil cento e noventa e sete) ações distribuídas, 63 (sessenta e três) ações redistribuídas, 09 (nove) processos de execução originária e 291 (duzentas e noventa e uma) cartas precatórias;
- **1.586 (mil quinhentos e oitenta e seis)** processos foram recebidos pela **28ª Vara**, destes, 34 (trinta e quatro) físicos, sendo 1.205 (mil duzentas e cinco) ações distribuídas, 40 (quarenta) ações redistribuídas, 14 (quatorze) processos de execução originária e 327 (trezentas e vinte e sete) cartas precatórias;
- **1.557 (mil quinhentos e cinquenta e sete)** processos foram recebidos pela **29ª Vara**, destes, 15 (quinze) físicos, sendo 1.187 (mil cento e oitenta e sete) ações distribuídas, 87 (oitenta e sete) ações redistribuídas, 5 (cinco) processos de execução originária e 278 (duzentas e setenta e oito) cartas precatórias;

- **1.558 (mil quinhentos e cinquenta e oito)** processos foram recebidos pela **30ª Vara**, destes, 27 (vinte e sete) físicos, sendo 1.217 (mil duzentas e dezessete) ações distribuídas, 57 (cinquenta e sete) ações redistribuídas, 08 (oito) processos de execução originária e 276 (duzentas e setenta e seis) cartas precatórias;
 - **1.536 (mil quinhentos e trinta e seis)** processos foram recebidos pela **31ª Vara**, destes, 04 (quatro) físicos, sendo 1.206 (mil duzentas e seis) ações distribuídas, 43 (quarenta e três) ações redistribuídas, 12 (doze) processos de execução originária e 275 (duzentas e setenta e cinco) cartas precatórias;
 - **1.552 (mil quinhentos e cinquenta e dois)** processos foram recebidos pela **32ª Vara**, destes, 17 (dezessete) físicos, sendo 1.199 (mil cento e noventa e nove) ações distribuídas, 57 (cinquenta e sete) ações redistribuídas, 07 (sete) processos de execução originária e 289 (duzentas e oitenta e nove) cartas precatórias;
 - **1.551 (mil quinhentos e cinquenta e um)** processos foram recebidos pela **33ª Vara**, destes, 17 (dezessete) físicos, sendo 1.192 (mil cento e noventa e dois) ações distribuídas, 38 (trinta e oito) ações redistribuídas, 04 (quatro) processos de execução originária e 317 (trezentas e dezessete) cartas precatórias;
 - **1.550 (mil quinhentos e cinquenta)** processos foram recebidos pela **34ª Vara**, destes, 14 (quatorze) físicos, sendo 1.212 (mil duzentas e doze) ações distribuídas, 62 (sessenta e duas) ações redistribuídas, 16 (dezesseis) processos de execução originária e 260 (duzentas e sessenta) cartas precatórias;
 - **1.533 (mil quinhentos e trinta e três)** processos foram recebidos pela **35ª Vara**, destes, 12 (doze) físicos, sendo 1.172 (mil cento e setenta e duas) ações distribuídas, 66 (sessenta e seis) ações redistribuídas, 10 (dez) processos de execução originária e 285 (duzentas e oitenta e cinco) cartas precatórias;
 - **1.543 (mil quinhentos e quarenta e três)** processos foram recebidos pela **36ª Vara**, destes, 12 (doze) físicos, sendo 1.207 (mil duzentas e sete) ações distribuídas, 31 (trinta e uma) ações redistribuídas, 03 (três) processos de execução originária e 302 (trezentas e duas) cartas precatórias;
 - **1.546 (mil quinhentos e quarenta e seis)** processos foram recebidos pela **37ª Vara**, destes, 13 (treze) físicos, sendo 1.185 (mil cento e oitenta e cinco) ações distribuídas, 47 (quarenta e sete) ações redistribuídas, 08 (oito) processos de execução originária e 306 (trezentas e seis) cartas precatórias;
 - **1.550 (mil quinhentos e cinquenta)** processos foram recebidos pela **38ª Vara**, destes, 16 (dezesseis) físicos, sendo 1.180 (mil cento e oitenta) ações distribuídas, 63 (sessenta e três) ações redistribuídas, 18 (dezoito) processos de execução originária e 289 (duzentas e oitenta e nove) cartas precatórias;
 - **1.552 (mil quinhentos e cinquenta e dois)** processos foram recebidos pela **39ª Vara**, destes, 19 (dezenove) físicos, sendo 1.187 (mil cento e oitenta e sete) ações distribuídas, 61 (sessenta e uma) ações redistribuídas, 06 (seis) processos de execução originária e 298 (duzentas e noventa e oito) cartas precatórias.
- Em relação ao ano em curso, até 30 de setembro**, verificou-se que:
- **1.135 (mil cento e trinta e cinco)** processos foram recebidos pela **01ª Vara**, destes, apenas 01 (um) físico, sendo 959 (novecentos e cinquenta e nove) ações distribuídas, 48 (quarenta e oito) ações redistribuídas, 06 (seis) processos de execução originária e 122 (cento e vinte e duas) cartas precatórias;
 - **1.131 (mil cento e trinta e um)** processos foram recebidos pela **02ª Vara**, destes nenhum físico, sendo 940 (novecentos e quarenta) ações distribuídas, 51 (cinquenta e uma) ações redistribuídas, 11 (onze) processos de execução originária e 129 (cento e vinte e nove) cartas precatórias;
 - **1.135 (mil cento e trinta e cinco)** processos foram recebidos pela **03ª Vara**, destes, 02 (dois) físicos, sendo 943 (novecentos e quarenta e três) ações distribuídas, 49 (quarenta e nove) ações redistribuídas, 08 (oito) processos de execução originária e 135 (cento e trinta e cinco) cartas precatórias;
 - **1.138 (mil cento e trinta e oito)** processos foram recebidos pela **04ª Vara**, destes, 05 (cinco) físicos, sendo 959 (novecentos e cinquenta e nove) ações distribuídas, 40 (quarenta) ações redistribuídas, 04 (quatro) processos de execução originária e 135 (cento e trinta e cinco) cartas precatórias;
 - **1.100 (mil e cem)** processos foram recebidos pela **05ª Vara**, destes, apenas 02 (dois) físicos, sendo 926 (novecentos e vinte e seis) ações distribuídas, 34 (trinta e quatro) ações redistribuídas, 01 (um) processo de execução originária e 139 (cento e trinta e nove) cartas precatórias;
 - **1.107 (mil cento e sete)** processos foram recebidos pela **06ª Vara**, destes, apenas 01 (um) físico, sendo 944 (novecentos e quarenta e quatro) ações distribuídas, 31 (trinta e uma) ações redistribuídas, 01 (um) processo de execução originária e 131 (cento e trinta e uma) cartas precatórias;
 - **1.157 (mil cento e cinquenta e sete)** processos foram recebidos pela **07ª Vara**, destes, apenas 02 (dois) físicos, sendo 967 (novecentos e sessenta e sete) ações distribuídas, 44 (quarenta e quatro) ações redistribuídas, 07 (sete) processos de execução originária e 139 (cento e trinta e nove) cartas precatórias;
 - **1.118 (mil cento e dezoito)** processos foram recebidos pela **08ª Vara**, destes, 04 (quatro) físicos, sendo 936 (novecentos e trinta e seis) ações distribuídas, 39 (trinta e nove) ações redistribuídas, 08 (oito) processos de execução originária e 135 (cento e trinta e cinco) cartas precatórias;
 - **1.167 (mil cento e sessenta e sete)** processos foram recebidos pela **09ª Vara**, destes, 03 (três) físicos, sendo 907 (novecentos e sete) ações distribuídas, 53 (cinquenta e três) ações redistribuídas, 93 (noventa e três) processos de execução originária e 114 (cento e catorze) cartas precatórias;
 - **1.163 (mil cento e sessenta e três)** processos foram recebidos pela **10ª Vara**, destes, 03 (três) físicos, sendo 937 (novecentos e trinta e sete) ações distribuídas, 55 (cinquenta e cinco) ações redistribuídas, 08 (oito) processos de execução originária e 163 (cento e sessenta e três) cartas precatórias;
 - **1.122 (mil cento e vinte e dois)** processos foram recebidos pela **11ª Vara**, destes, nenhum físico, sendo 933 (novecentos e trinta e três) ações distribuídas, 38 (trinta e oito) ações redistribuídas, 01 (um) processo de execução originária e 150 (cento e cinquenta) cartas precatórias;
 - **1.100 (mil e cem)** processos foram recebidos pela **12ª Vara**, destes, 02 (dois) físicos, sendo 930 (novecentos e trinta) ações distribuídas, 41 (quarenta e uma) ações redistribuídas, 02 (dois) processos de execução originária e 127 (cento e vinte e sete) cartas precatórias;
 - **1.115 (mil cento e quinze)** processos foram recebidos pela **13ª Vara**, destes, 02 (dois) físicos, sendo 938 (novecentos e trinta e oito) ações distribuídas, 45 (quarenta e cinco) ações redistribuídas, 02 (dois) processos de execução originária e 130 (cento e trinta) cartas precatórias;
 - **1.111 (mil cento e onze)** processos foram recebidos pela **14ª Vara**, destes, nenhum físico, sendo 933 (novecentos e trinta e três) ações distribuídas, 32 (trinta e duas) ações redistribuídas, 08 (oito) processos de execução originária e 138 (cento e trinta e oito) cartas precatórias;
 - **1.121 (mil cento e vinte e um)** processos foram recebidos pela **15ª Vara**, destes, 03 (três) físicos, sendo 939 (novecentos e trinta e nove) ações distribuídas, 39 (trinta e nove) ações redistribuídas, 03 (três) processos de execução originária e 140 (cento e quarenta) cartas precatórias;
 - **1.120 (mil cento e vinte)** processos foram recebidos pela **16ª Vara**, destes, 03 (três) físicos, sendo 921 (novecentos e vinte e um) ações distribuídas, 54 (cinquenta e quatro) ações redistribuídas, 01 (um) processo de execução originária e 144 (cento e quarenta e quatro) cartas precatórias;
 - **1.112 (mil cento e doze)** processos foram recebidos pela **17ª Vara**, destes, 03 (três) físicos, sendo 920 (novecentos e vinte) ações distribuídas, 56 (cinquenta e seis) ações redistribuídas, 06 (seis) processos de execução originária e 130 (cento e trinta) cartas precatórias;
 - **1.125 (mil cento e vinte e cinco)** processos foram recebidos pela **18ª Vara**, destes, 02 (dois) físicos, sendo 968 (novecentos e sessenta e oito) ações distribuídas, 33 (trinta e três) ações redistribuídas, 01 (um) processo de execução originária e 123 (cento e vinte e três) cartas precatórias;
 - **1.127 (mil cento e vinte e sete)** processos foram recebidos pela **19ª Vara**, destes, 04 (quatro) físicos, sendo 934 (novecentos e trinta e quatro) ações distribuídas, 35 (trinta e cinco) ações redistribuídas, 03 (três) processos de execução originária e 155 (cento e cinquenta e cinco) cartas precatórias;
 - **1.245 (mil duzentos e quarenta e cinco)** processos foram recebidos pela **20ª Vara**, destes, 05 (cinco) físicos, sendo 1.057 (mil e cinquenta e sete) ações distribuídas, 38 (trinta e oito) ações redistribuídas, 07 (sete) processos de execução originária e 143 (cento e quarenta e três) cartas precatórias;
 - **1.269 (mil duzentos e sessenta e nove)** processos foram recebidos pela **21ª Vara**, destes, 05 (cinco) físicos, sendo 1.100 (mil e cem) ações distribuídas, 43 (quarenta e três) ações redistribuídas, 02 (duas) processos de execução originária e 124 (cento e vinte e quatro) cartas precatórias;
 - **1.261 (mil duzentos e sessenta e um)** processos foram recebidos pela **22ª Vara**, destes, 02 (dois) físicos, sendo 1.084 (mil e oitenta e quatro) ações distribuídas, 39 (trinta e nove) ações redistribuídas, 05 (cinco) processos de execução originária e 133 (cento e trinta e três) cartas precatórias;
 - **1.268 (mil duzentos e sessenta e oito)** processos foram recebidos pela **23ª Vara**, destes, 05 (cinco) físicos, sendo 1.054 (mil e cinquenta e quatro) ações distribuídas, 46 (quarenta e seis) ações redistribuídas, 03 (três) processos de execução originária e

165 (cento e sessenta e cinco) cartas precatórias;

- **1.255 (mil duzentos e cinquenta e cinco)** processos foram recebidos pela **24ª Vara**, destes, 04 (quatro) físicos, sendo 1.061 (mil e sessenta e uma) ações distribuídas, 35 (trinta e cinco) ações redistribuídas, 13 (treze) processos de execução originária e 146 (cento e quarenta e seis) cartas precatórias;
- **1.255 (mil duzentos e cinquenta e cinco)** processos foram recebidos pela **25ª Vara**, destes, 04 (quatro) físicos, sendo 1.073 (mil e setenta e três) ações distribuídas, 40 (quarenta) ações redistribuídas, 07 (sete) processos de execução originária e 135 (cento e trinta e cinco) cartas precatórias;
- **1.247 (mil duzentos e quarenta e sete)** processos foram recebidos pela **26ª Vara**, sendo 1.073 (mil e setenta e três) ações distribuídas, 33 (trinta e três) ações redistribuídas, 04 (quatro) processos de execução originária e 137 (cento e trinta e sete) cartas precatórias;
- **1.245 (mil duzentos e quarenta e cinco)** processos foram recebidos pela **27ª Vara**, destes, 01 (um) físico, sendo 1.044 (mil e quarenta e quatro) ações distribuídas, 46 (quarenta e seis) ações redistribuídas, 02 (dois) processos de execução originária e 153 (cento e cinquenta e três) cartas precatórias;
- **1.262 (mil duzentos e sessenta e dois)** processos foram recebidos pela **28ª Vara**, destes, 01 (um) físico, sendo 1.073 (mil e setenta e três) ações distribuídas, 38 (trinta e oito) ações redistribuídas, 03 (três) processos de execução originária e 148 (cento e quarenta e oito) cartas precatórias;
- **1.284 (mil duzentos e oitenta e quatro)** processos foram recebidos pela **29ª Vara**, destes, 06 (seis) físicos, sendo 1.054 (mil e cinquenta e quatro) ações distribuídas, 65 (sessenta e cinco) ações redistribuídas, 04 (quatro) processos de execução originária e 161 (cento e sessenta e uma) cartas precatórias;
- **1.121 (mil cento e vinte e um)** processos foram recebidos pela **30ª Vara**, destes, 05 (cinco) físicos, sendo 919 (novecentos e dezenove) ações distribuídas, 65 (sessenta e cinco) ações redistribuídas, 09 (nove) processos de execução originária e 128 (cento e vinte e oito) cartas precatórias;
- **1.118 (mil cento e dezoito)** processos foram recebidos pela **31ª Vara**, destes, 02 (dois) físicos, sendo 944 (novecentos e quarenta e quatro) ações distribuídas, 32 (trinta e duas) ações redistribuídas, 02 (dois) processos de execução originária e 140 (cento e quarenta) cartas precatórias;
- **1.118 (mil cento e dezoito)** processos foram recebidos pela **32ª Vara**, sendo 942 (novecentos e quarenta e duas) ações distribuídas, 38 (trinta e oito) ações redistribuídas, 07 (sete) processos de execução originária e 131 (cento e trinta e uma) cartas precatórias;
- **1.098 (mil e noventa e oito)** processos foram recebidos pela **33ª Vara**, sendo 924 (novecentos e vinte e quatro) ações distribuídas, 48 (quarenta e oito) ações redistribuídas, 03 (três) processos de execução originária e 123 (cento e vinte e três) cartas precatórias;
- **1.135 (mil cento e trinta e cinco)** processos foram recebidos pela **34ª Vara**, destes, 07 (sete) físicos, sendo 949 (novecentos e quarenta e nove) ações distribuídas, 61 (sessenta e uma) ações redistribuídas, 04 (quatro) processos de execução originária e 121 (cento e vinte e uma) cartas precatórias;
- **1.127 (mil cento e vinte e sete)** processos foram recebidos pela **35ª Vara**, destes, 04 (quatro) físicos, sendo 942 (novecentos e quarenta e duas) ações distribuídas, 54 (cinquenta e quatro) ações redistribuídas, 09 (nove) processos de execução originária e 122 (cento e vinte e duas) cartas precatórias;
- **1.132 (mil cento e trinta e dois)** processos foram recebidos pela **36ª Vara**, destes, 03 (três) físicos, sendo 952 (novecentos e cinquenta e duas) ações distribuídas, 18 (dezoito) ações redistribuídas, 06 (seis) processos de execução originária e 156 (cento e cinquenta e seis) cartas precatórias;
- **1.143 (mil cento e quarenta e três)** processos foram recebidos pela **37ª Vara**, destes, 03 (três) físicos, sendo 945 (novecentos e quarenta e cinco) ações distribuídas, 42 (quarenta e duas) ações redistribuídas, 06 (seis) processos de execução originária e 150 (cento e cinquenta) cartas precatórias;
- **1.120 (mil cento e vinte)** processos foram recebidos pela **38ª Vara**, destes, 02 (dois) físicos, sendo 916 (novecentos e dezesseis) ações distribuídas, 42 (quarenta e duas) ações redistribuídas, 03 (três) processos de execução originária e 159 (cento e cinquenta e nove) cartas precatórias;
- **1.105 (mil cento e cinco)** processos foram recebidos pela **39ª Vara**, destes, 03 (três) físicos, sendo 924 (novecentos e vinte e quatro) ações distribuídas, 45 (quarenta e cinco) ações redistribuídas, 05 (cinco) processos de execução originária e 131 (cento e trinta e uma) cartas precatórias.

Com o advento do Processo Judicial Eletrônico, a distribuição das ações passou a ser automática. A média diária de processos distribuídos é de **40 (quarenta)**. Existem, ainda, pendências em relação **08 (oito)** processos

físicos, que deverão ser digitalizados e transformados em eletrônicos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar de 27/10/2015.

4. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DO NÚCLEO

No tocante à Secretaria de Administração/SA, conforme relatório enviado, foram solicitados ao Patrimônio dois novos ventiladores.

Em relação à Secretaria de Tecnologia e Comunicações, informou a responsável pela Unidade que existem Ordens de Serviço pendentes de solução – números 7117, 6460 e 6922.

5. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

Conforme relatado pela Chefe da Unidade existe queixa quanto ao aparelho de ar-condicionado, esclarecendo que “O ar-condicionado do térreo não funciona satisfatoriamente, principalmente na região do balcão de informações do NIAP. Mesmo com os ventiladores instalados – o que melhorou as condições de trabalho e de atendimento – o problema do ar-condicionado é uma necessidade real a ser priorizada no Fórum do Comércio.”

II.1.11 – NÚCLEO DE PROTOCOLO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1. LOTAÇÃO

O Núcleo de Protocolo de Primeira Instância tem a lotação de **12 (doze)** servidores. Ressalte-se que a servidora EDNA DOS REIS PINHEIRO BARBOSA exerce a função de Chefe de Núcleo desde 31/12/2012.

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	DATA	
			EXERCÍCIO TRT	NA LOTAÇÃO
César Rocha Leal	Técnico Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 4	03/10/2005	12/12/2005
Diaci da Cruz França	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Apoio de Serviços Diversos	Assistente Administrativo 2	16/01/1990	06/12/2005
Edinora Lopes dos Santos Andrade	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Portaria	Assistente Administrativo 2	16/01/1990	01/10/2003
Edna dos Reis Pinheiro Barbosa	Cedido por outro Órgão	Chefe de Núcleo	05/02/2002	01/04/2010
Francisco Celso Felício Menezes	Analista Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 2	14/03/2006	01/06/2006
Ivana Sena Emídio	Técnico Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 2	16/08/1982	27/08/2012
Juceli Nogueira dos Santos	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Apoio de Serviços Diversos	Assistente Administrativo 2	26/05/1993	13/10/2005
Maeli da Silva Oliveira	Técnico Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 2	27/06/1983	07/06/2010
Maria Valéria Penfold Muniz	Analista Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 2	16/03/1993	01/02/2012

Rita de Cássia Moreno Lima	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Portaria	Assistente Administrativo 2	03/06/1985	01/10/2003
Telma Mônica Nascimento Sales Pamponet	Técnico Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 2	03/10/2005	01/06/2007
Vilma Natividade Campos	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Portaria	Assistente Administrativo 2	24/11/1988	01/10/2003

fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos – dados coletados em 30/09/2015. As datas de lotações consignadas referem-se ao início das atividades dos servidores na Coordenadoria de Protocolo de 1ª Instância, nome antigo do Núcleo de Protocolo de 1ª Instância).

1.2. AFASTAMENTO/LICENÇAS (EXCETO FÉRIAS)

Conforme consulta ao Sistema de Recursos Humanos deste Tribunal, constatou-se que, no ano de 2014, foram registrados **299 (duzentos e noventa e nove)** dias de afastamentos/licenças, ressaltando que **102 (cento e dois)** dias decorrentes de licença para tratamento de saúde (LTS) e **180 (cento e oitenta)** dias de licença maternidade.

No corrente, ano até 30/09/2015, os afastamentos/licenças dos servidores totalizaram **412 (quatrocentos e doze)** dias, sendo **37 (trinta e sete)** dias decorrentes de licença para tratamento de saúde (LTS). Os demais **375 (trezentos e setenta e cinco)** dias são relativos a afastamentos por motivos diversos, sendo a maior parte decorrente do movimento paredista dos servidores federais, iniciado no dia 16 de junho do corrente ano.

1.3. ALTERAÇÕES NO QUADRO DE SERVIDORES DA UNIDADE

De 01/01/2014 a 30/09/2015, a Unidade teve alteração no seu quadro funcional em relação a **07 (sete)** servidores.

SERVIDOR	DATA LOTAÇÃO	DATA SAÍDA
Ismar Luis Tourinho Mascarenhas	08/11/2011	20/10/2014
Danuzia Almeida Soares	07/01/2015	13/07/2015
Iuri Santos Lima	21/08/2009	07/06/2015
Miwkiyana Alencar Abe	20/05/2010	31/03/2015
Maria das Graças Ribeiro Santana	19/03/2013	25/01/2015
Fernanda Meireles Costa	05/04/2010	06/01/2015
Carlos Alberto de Santana Silva	15/12/2005	06/01/2015

1.4. FREQUÊNCIA MENSAL

Foi informado pela Chefe de Núcleo que a frequência mensal de todos os Servidores da Unidade, relativa ao mês de setembro de 2015, foi encaminhada à Coordenadoria Administrativa de Pessoas em 01/10/2015.

2. ATIVIDADES

Conforme informações prestadas pela Chefe de Núcleo, as principais atividades da Unidade são: **a)** executar os trabalhos inerentes ao protocolo, promovendo o pronto encaminhamento dos documentos e autos de processos recebidos; **b)** atender às partes e aos advogados, para mais informações e esclarecimentos; **c)** efetuar o lançamento das informações relativas ao serviço de protocolo no sistema informatizado de acompanhamento de processos; **d)** receber, protocolizar e registrar os expedientes dirigidos às unidades judiciárias do TRT da 5ª Região; **e)** receber, protocolizar e registrar a devolução dos autos dos processos em tramitação por meio físico; **f)** emitir os relatórios diários dos processos e dos documentos protocolados; **g)** conferir os dados constantes dos relatórios de registros de protocolo com os respectivos documentos e processos, garantindo a sua exatidão; **h)** encaminhar documentos e autos de processos protocolados, organizados por destinação; **i)** receber e arquivar os relatórios de entrega dos documentos e dos autos dos processos; e **j)** receber os expedientes dos Correios destinados às unidades judiciárias do TRT, conferindo e assinando o relatório.

Asseverou a chefe da Unidade que a tramitação dos expedientes recebidos é imediata no sistema SAMP. Esclareceu que, em se tratando de documento do e-Samp, “é protocolado e depois de digitalizado e direcionado para a mesa de trabalho da Secretaria da Vara”. Já, “nos processos do jus Postulandi do PJ-e, o arquivo é disponibilizado, após a digitalização e comunicado à Vara na Unidade de Rede “W”, uma vez que o núcleo de Protocolo não tem acesso ao PJ-e”.

Destacou, ainda, que o prazo médio para encaminhamento do expediente à unidade de destino pode ser imediato ou, no máximo, até as 10h do primeiro dia útil após o protocolo, “dependendo da natureza da urgência do expediente e do horário de recebimento”.

3. PRODUTIVIDADE

No ano de 2014, foram recebidos **180.934 (cento e oitenta mil novecentos e trinta e quatro)** expedientes, registrando-se uma média mensal de recebimento de **15.078 (quinze mil e setenta e oito)**.

No período de 01/01/2015 a 30/09/2015, foram recebidos **42.101 (quarenta e dois mil cento e um)** expedientes, com uma média mensal de **4.678 (quatro mil seiscentos e setenta e oito)**.

No ano de 2014, foram devolvidos **107.117 (cento e sete mil cento e dezessete)** processos físicos, e, no ano de 2015, até 30 de setembro, **28.991 (vinte e oito mil novecentos e noventa e um)**.

	DESCRIÇÃO	2014	2015 (até 30/09/2015)
PROCESSO JUDICIÁRIO	Agravo de Instrumento	0	0
	Carta Precatória	0	0
	Ofício	11.666	1.582
	Petição	55.283	5.031
	Precatório	0	0
	Processo	23.841	19.173
	Processo/Petição	83.276	9.818
PROTOCOLO INTEGRADO	Ofício	23	09
	Petição	2.842	479
	OUTROS		
OUTROS	Atestado	0	0
	Carta Precatória	0	0
	Laudo Técnico	0	0
	Memorando	0	0
	Ofício	3.042	5.447
	Petição	961	562
	Processo	0	0
Ofício	0	0	
Petição	0	0	
TOTAL		180.934	42.101

(fonte: Relatório da Chefe de Núcleo)

Obs.: Segundo a Chefe de Núcleo, foi criada uma nova demanda com a implantação dos processos eletrônicos “que é a digitalização dos expedientes que são encaminhados para as unidades judiciárias do TRT. Em 2015, até 30 de setembro, foram digitalizados **1.432 (mil quatrocentos e trinta e dois)** expedientes que resultaram em **2.538 (dois mil quinhentos e trinta e oito)** arquivos eletrônicos”.

4. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DO NÚCLEO

Foi informado pela Chefe de Núcleo que **não** existe solicitação pendente, além daquela relacionada ao ar condicionado, junto à Secretaria de Administração – SA ou à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

5. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

Segundo relatório encaminhado, foi relatada queixa quanto ao ar condicionado, ressaltando que “*não funciona no térreo diferentemente dos andares superiores. Existem 04 (quatro) saídas no térreo, 03 (três)*”.

delas contém cortinas de ar que frequentemente estão desligadas e a saída que dá acesso à garagem não tem essa cortina de ar. A temperatura varia entre 30°C e 35°C (medição feita pela manutenção) no inverno. O TRT disponibilizou alguns ventiladores para amenizar o calor, mas não atendem todos os servidores e não podem ser direcionados de forma direta por causa dos expedientes em papel, não impedindo assim a sensação de abafamento.”

Informou, também, que a empresa responsável pela manutenção dos equipamentos, após acionada pela Administração do Fórum, detectou o problema e entregou orçamento para conserto, que foi repassado ao Tribunal. Por fim, ressaltou que “o problema persiste há mais de 04 (quatro) anos, causando transtornos aos servidores e aos jurisdicionados”.

II.1.III – NÚCLEO DE CARGAS

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1. LOTAÇÃO

Verificou-se que o Núcleo de Central de Cargas tem a lotação de **09 (nove)** servidores, como se verifica na tabela abaixo. Destaca-se que o servidor CLÁUDIO ROCHA LEAL exerce a função de Chefe de Núcleo desde 03/07/2012.

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	DATA	
			EXERCÍCIO TRT	NA LOTAÇÃO
Antônio Carlos Pereira Costa	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Portaria	Assistente Administrativo 2	19/12/1989	01/02/2008
Cláudia Lima Marinho dos Santos	Técnico Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 2	22/03/1993	1º/06/2012
Cláudio Rocha Leal	Técnico Judiciário/ Administrativa	Chefe de Núcleo	03/10/2005	06/12/2005
Eraldo Lima da Silva	Técnico Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 2	03/10/2005	06/12/2005
João Bosco da Silva Araújo	Analista Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 2	09/03/1993	04/06/2012
Luiz Alexandre Lins Bianchini	Analista Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 2	26/08/2010	26/08/2010
Márcia Ribeiro Pinheiro	Técnico Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 3	15/08/2005	28/12/2005
Raidalva Maria dos Humildes	Cedida por outro Órgão	Assistente Administrativo 2	16/07/2010	16/07/2010
Rita de Cássia Carneiro Calmon Bulcão	Analista Judiciário/ Judiciária	Assistente Administrativo 2	18/05/1993	20/06/2007

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos deste 5º Regional, dados coletados em 30/09/2015).

1.2. AFASTAMENTOS/LICENÇAS (EXCETO FÉRIAS)

Mediante consulta ao Sistema de Recursos Humanos deste Tribunal, constatou-se que, no ano de 2014, os afastamentos/licenças dos Servidores do Núcleo de Central de Cargas totalizaram **38 (trinta e oito)** dias, sendo **34 (trinta e quatro)** dias referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS).

No corrente ano, até 30/09/2015, foram registrados **34 (trinta e quatro)** dias, sendo **17 (dezessete)** dias referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS). Os demais **17 (dezessete)** dias são relativos a afastamentos por motivos diversos, sendo a maior parte decorrente do

movimento paredista dos servidores federais, iniciado no dia 16 de junho do corrente ano.

1.3. ALTERAÇÕES NO QUADRO DE SERVIDORES DA UNIDADE

De 01/01/2014 a 30/09/2015, a Unidade teve alteração no seu quadro funcional em relação a **04 (quatro)** servidores.

SERVIDOR	DATA LOTAÇÃO	DATA SAÍDA
Cícero João Almeida se Lima	18/11/2005	05/10/2014
Maria Christina de Carvalho Silva	12/03/2007	30/06/2015
Áurea Gonçalves Vianna	29/08/2011	05/02/2015
Elmar Eli de Queiroz Coutinho	23/04/2012	06/01/2015

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos deste 5º Regional, dados coletados em 30/09/2015).

1.4. FREQUÊNCIA MENSAL

Foi informado pelo Chefe de Núcleo que a frequência mensal de todos os Servidores da Unidade, relativa ao mês de setembro de 2015, foi encaminhada à Coordenadoria Administrativa de Pessoas em 01/10/2015.

2. ATIVIDADES

Segundo informações prestadas pelo Chefe do Núcleo, compete à Unidade: **a)** receber os autos dos processos enviados pelas unidades judiciárias destinados aos advogados, peritos, juízes substitutos volantes e Advocacia-Geral da União (Procuradoria da União, Procuradoria Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional); **b)** realizar a conferência entre os processos e os relatórios enviados, contactando as unidades de origem em caso de divergência; **c)** efetivar a carga dos autos dos processos aos advogados, procedendo ao correto lançamento no sistema informatizado, colhendo assinatura no formulário de carga e devolvendo à unidade de origem; **d)** contatar os peritos, informando a existência de autos dos processos para retirada; **e)** efetuar a carga dos autos, quando do comparecimento dos peritos, procedendo ao correto lançamento no sistema informatizado e colhendo assinatura no formulário de carga, com a respectiva devolução à unidade de origem; **f)** contatar os juízes substitutos volantes, por meio de mensagem de correio eletrônico institucional que será juntada aos autos, informando a existência de autos de processos para retirada; **g)** efetuar a carga dos autos, quando do comparecimento do magistrado, procedendo ao lançamento no sistema informatizado e colhendo a assinatura no formulário de carga; **h)** efetivar a carga dos autos dos processos aos procuradores, ou prepostos credenciados, procedendo ao lançamento no sistema informatizado e colhendo a assinatura no formulário de carga, com a respectiva devolução à unidade de origem; **i)** registrar no sistema informatizado o não comparecimento de advogado para retirar os autos dos processos, devolvendo-os à unidade de origem; **j)** registrar a carga aos juízes substitutos volantes, quando decorrido o prazo estipulado em Provimento do Tribunal sem o comparecimento do magistrado, fazendo comunicação formal à Corregedoria Regional; e, **l)** executar outros atos e atividades afins, a exemplo da distribuição de Cartas Precatórias.

3. PRODUTIVIDADE

Conforme informações prestadas pelo Chefe de Núcleo, no ano de 2014, foram movimentados **61.797 (sessenta e um mil setecentos e noventa e sete)** autos de processos na Unidade, assim distribuídos: **a) 1.707 (mil setecentos e sete)** processos das Unidades do Interior e da Capital foram entregues aos Senhores Juízes; **b) 1.477 (mil quatrocentos e setenta e sete)** processos entregues aos Senhores Peritos; **c) 2.367 (dois mil trezentos e sessenta e sete)** processos à Procuradoria da Fazenda Nacional – PFN; **d) 746 (setecentos e quarenta e seis)** processos à Advocacia-Geral da União – AGU; **e) 2.439 (dois mil quatrocentos e trinta e nove)** processos à PGF/PF; **f) 47.036 (quarenta e sete mil e trinta e seis)** entregues aos Senhores Advogados; **g) 3.651 (três mil seiscentos e cinquenta e um)** total de autos foram recebidos das Varas da Capital, da Seção de Malotes e do Tribunal, para entrega aos Senhores Juízes e Peritos do Interior; **h) 2.374 (dois mil trezentos e setenta e quatro)** processos devolvidos às Secretarias das Varas da Capital e do Interior e ao Tribunal; **i)** em média, **5.618 (cinco mil seiscentos e dezoito)** processos foram movimentados mensalmente; **j)** em média, **270 (duzentos e setenta)** processos foram movimentados diariamente; **l) 776 (setecentos e setenta e seis)** vezes os peritos foram contactados para retirada de autos; e, **m) 314 (trezentos e quatorze)** correios eletrônicos foram enviados aos juízes substitutos

volantes, informando a existência de processos para retirada. No que concerne ao ano em curso, até o dia 30/09/2015, 20.161 (vinte mil cento e sessenta e um) autos de processos foram movimentados na Unidade, assim distribuídos: a) 556 (quinhentos e cinquenta e seis) processos das Unidades do Interior e da Capital foram entregues aos Senhores Juízes; b) 449 (quatrocentos e quarenta e nove) processos entregues aos Senhores Peritos; c) 886 (oitocentos e oitenta e seis) processos à Procuradoria da Fazenda Nacional-PFN; d) 253 (duzentos e cinquenta e três) processos à Advocacia-Geral da União – AGU; e) 734 (setecentos e trinta e quatro) processos foram entregues à PGF/PF; f) 14.993 (quatorze mil novecentos e noventa e três) processos entregues aos Senhores Advogados; g) 1.221 (mil duzentos e vinte e um) processos foram recebidos das Varas da Capital, da Seção de Malotes e do Tribunal, para entrega aos Senhores Juízes e Peritos do Interior; h) 1.069 (mil e sessenta e nove) processos foram devolvidos às Secretarias das Varas da Capital e do Interior e ao Tribunal; i) em média, 2.241 (dois mil duzentos e quarenta e um) processos foram movimentados mensalmente; j) em média, 131 (cento e trinta e um) processos foram movimentados diariamente; l) 341 (trezentos e quarenta e uma) vezes os peritos foram contatados para retirada de autos; e, m) 166 (cento e sessenta e seis) correios eletrônicos foram enviados aos juízes substitutos volantes, informando a existência de processos para retirada.

4. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DO NÚCLEO

Conforme resposta do Chefe de Núcleo ao Relatório I, não existem solicitações pendentes junto à Secretaria de Administração – SA ou à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

5. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

O Chefe da Unidade solicitou melhorias no funcionamento do aparelho de ar-condicionado da Unidade, como já relatado pelo Diretor da Coordenadoria de Atendimento ao Público, e Chefes do Núcleo de Informação e Atendimento Processual e Núcleo de Protocolo de Primeira Instância.

II.II – NÚCLEO DE ACESSORAMENTO ADMINISTRATIVO

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1. LOTAÇÃO

Com base na consulta e coleta de dados cadastrais do Sistema de Recursos Humanos verificou-se que a Unidade tem a lotação de 05 (cinco) servidores, tendo como Chefe de Núcleo DJAMAN SANTOS BARBOSA, em exercício desde 01/06/2015.

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	DATA	
			EXERCÍCIO TRT	NA LOTAÇÃO
Ana Beatriz Damit de Araújo	Técnico Judiciário/ Administrativo	Assistente Administrativo 4	02/10/1998	15/05/2009
Dinea Almerinda Lessa dos Anjos Santos	Analista Judiciário/ Judiciária	Assistente Administrativo 2	18/04/2012	18/04/2012
Djaman Santos Barbosa	Técnico Judiciário/ Administrativo	Chefe de Núcleo	18/07/1994	29/08/2011
Helânia Demettino Castro	Analista Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 4	11/06/1987	06/11/2013
Homero Rui Teixeira Ramos	Analista Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 4	04/12/1995	29/08/2012

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos deste 5º Regional, dados coletados em 30/09/2015. As datas de lotações consignadas referem-se ao início das atividades dos servidores na Secretaria de Coordenação Judiciária de 1ª Instância, pois já realizavam atividades do Núcleo de Assessoramento Administrativo).

1.2. AFASTAMENTOS/LICENÇAS (EXCETO FÉRIAS)

Mediante consulta ao Sistema de Recursos Humanos deste Tribunal, constatou-se que, no ano de 2014, os afastamentos/licenças dos

Servidores do Núcleo de Assessoramento Administrativo totalizaram 138 (cento e trinta e oito) dias, sendo 44 (quarenta e quatro) dias referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS) e 89 (oitenta e nove) dias de licença gestante.

No corrente ano, até 30/09/2015, foram registrados 50 (cinquenta) dias, sendo 15 (quinze) dias referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS).

1.3. ALTERAÇÕES NO QUADRO DE SERVIDORES DA UNIDADE

De 01/01/2014 a 30/09/2015, a Unidade não teve alteração no seu quadro funcional.

1.4. FREQUÊNCIA MENSAL

Foi informado pelo Chefe de Núcleo que a frequência mensal de todos os Servidores da Unidade, relativa ao mês de setembro de 2015, foi encaminhada à Coordenadoria Administrativa de Pessoas em 01/10/2015.

2. ATIVIDADES

Conforme relatado pelo Chefe do Núcleo a Unidade desenvolve as seguintes atividades: a) auxilia e assessora nas atividades da Secretaria de Coordenação Judiciária de Primeira Instância e da Coordenadoria de Atendimento ao Público; b) supervisiona a execução das atividades da Seção de Malote, diligenciando junto aos setores competentes o suprimento operacional e de materiais necessários ao seu desempenho; c) coordena e orienta os procedimentos de expedição relativos à remessa e recebimento de expedientes e de autos processuais, entre as unidades do TRT da 5ª Região; d) em “caráter experimental”, atende aos chamados ao sistema Help-Desk da SETIC, para auxiliar na solução daqueles que não decorrem de erros de sistema, mas de falta de conhecimento do usuário, sendo enviados e-mails indicando os manuais e informativos que contém a informação necessária; e) efetua o cadastro dos peritos no quadro único de peritos do TRT, dando-lhes as orientações necessárias para alimentar os horários no sistema; f) faz a intermediação entre os peritos e as unidades do TRT, quando há algum problema para que eles exerçam suas atividades ou tenham dificuldades em obter liberação de honorários; g) publica portaria dos Plantões Judiciários e promove a sua divulgação, informando aos plantonistas e servidores vinculados; h) promove a divulgação de procedimentos entre as unidades do Tribunal; i) presta atendimento ao público externo e interno, fazendo o contato setorial devido para a solução da demanda; e, j) cadastra usuários no sistema e-DOC, procedendo às alterações solicitadas, no caso de mudança de lotação ou demais informações. Asseverou, por fim, que a quantidade de novas inscrições de peritos cadastrados e o número de cadastro de usuários no sistema e-Doc no ano de 2014 e no ano de 2015 “não são aferidas pelo sistema, inexistindo controle físico desta atividade”.

3. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DO NÚCLEO

Conforme relatório enviado, foi informado pelo Chefe de Núcleo que não existe solicitação pendente junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações e Secretaria Administrativa.

4. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

Nada foi registrado.

II.II.I – SEÇÃO DE MALOTE

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1. LOTAÇÃO

Constatou-se que a Seção de Malote tem a lotação de 07 (sete) servidores, abaixo discriminados. Destaca-se que a servidora ELIANA FONSECA DE SANTANA exerce a função de Chefe de Seção desde 01/10/2003.

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	DATA	
			EXERCÍCIO TRT	NA LOTAÇÃO
Ana Maria Custódio dos Santos	Técnico Judiciário / Administrativa/ Apoio de Serviços Diversos	Assistente Administrativo 3	29/07/1992	20/01/2005
Carlos Soares de Alencar	Técnico Judiciário / Administrativa/ Segurança	—	20/07/1987	04/05/2010
Eliana Fonseca de Santana	Técnico Judiciário / Administrativa/ Apoio de Serviços Diversos	Chefe de Seção	17/09/1985	05/04/2004

Eliana Maria da	Técnico Judiciário / Administrativa / Portaria	—	17/12/1984	03/08/2015
Gilson Santos da Luz	Técnico Judiciário / Administrativa / Portaria	—	26/12/1984	1º/03/2010
Maria da Cruz Jesus Carvalho	Técnico Judiciário / Administrativa / Apoio de Serviços Diversos	—	06/02/1986	22/03/2004
Patrícia Maria Oliveira Braga	Técnico Judiciário / Administrativa	—	03/10/2005	1º/06/2007

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos, coleta em 30/09/2015)

1.2. AFASTAMENTOS/LICENÇAS (EXCETO FÉRIAS)

Mediante consulta ao Sistema de Recursos Humanos deste Tribunal, verificou-se que, no ano de 2014, os afastamentos/licenças dos Servidores da Seção de Malote totalizaram **119 (cento e dezenove)** dias, sendo **118 (cento e dezoito)** dias referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS).

No corrente ano, até 30/09/2015, foram registrados **63 (sessenta e três)** dias, sendo **todos** referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS).

1.3. ALTERAÇÕES NO QUADRO DE SERVIDORES DA UNIDADE

De 01/01/2014 a 30/09/2015, a Unidade teve alteração no seu quadro funcional em relação a **05 (cinco)** servidores.

SERVIDOR	DATA LOTAÇÃO	DATA SAÍDA
Eliana Maria da Conceição	03/08/2015	-
Adilson Monteiro	22/03/2004	02/08/2015
Reuter de Jesus Monteiro de Sousa	01/07/2008	02/08/2015
André Hajmassy Nagy Filho	22/03/2004	31/08/2015
Leonor Borges Pitanga	22/03/2004	04/02/2015

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos, coleta em 30/09/2015)

1.4. FREQUÊNCIA MENSAL

Foi informado pela Chefe de Seção, Sra. ELIANA FONSECA DE SANTANA, que a frequência mensal de todos os Servidores da Unidade, relativa ao mês de setembro de 2015, foi encaminhada à Coordenadoria Administrativa de Pessoas em 02/10/2015.

2. ATIVIDADES

Conforme relatório enviado pela Chefe de Seção, a Unidade desenvolve as seguintes atividades: **a)** recebimento diário de expedientes e autos de processos procedendo a conferência e distribuição por prateleira/unidade; **b)** abertura dos malotes das Varas do Trabalho do interior, TST e TRT 2ª Região, procedendo a conferência, triagem e distribuição dos expedientes e processos; **c)** preparação das guias de expedição de malote com todas as especificações possíveis para melhor identificação do documento que será remetido; **d)** verificação diária da entrega dos expedientes recebidos, evitando a permanência no Setor por mais de 24 horas; e, **e)** fechamento e pesagem dos malotes, observando os limites de horário e peso.

3. PRODUTIVIDADE

Segundo informações prestadas pela Chefe de Seção, no ano de 2014, foram recebidos **3.686 (três mil seiscentos e oitenta e seis)** malotes; **5.056 (cinco mil e cinquenta e seis)** malotes foram enviados para as Varas do interior do Estado; **48 (quarenta e oito)** malotes foram enviados para o Tribunal Superior do Trabalho, e **24 (vinte e quatro)** malotes foram enviados para o TRT da 2ª Região.

No ano de 2015, até 30 de setembro, foram recebidos **2.806 (dois mil oitocentos e seis)** malotes; **3.535 (três mil quinhentos e trinta e cinco)** malotes foram enviados para as Varas do interior do Estado; **41 (quarenta e um)** malotes foram enviados para o Tribunal Superior do Trabalho, e **20 (vinte)** malotes foram enviados para o TRT da 2ª Região. Foi assegurado, ainda, que o prazo para envio de expedientes é de **03 (três)** dias, tendo sido salientado que *“o prazo depende da frequência da remessa para cada cidade na semana e também da devolução das sacolas pelas Unidades”*.

4. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DA SEÇÃO

Como informado pela Chefe da Seção, **não** existe solicitação pendente junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações e à

Secretaria Administrativa.

5. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

Não foram relatados.

II.III – NÚCLEO DE APOIO ÀS VARAS DO TRABALHO DO INTERIOR

De referência aos dados dos Núcleos de Apoio às Varas dos Trabalhos do Interior, restam consignados nas Atas das Correições Ordinárias realizadas nas Unidades respectivas durante o corrente ano, devidamente publicadas em Diário Oficial, motivo pelo qual não serão aqui declinados.

II.IV – NÚCLEO DE GESTÃO DOCUMENTAL

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1. LOTAÇÃO

Verificou-se que o Núcleo de Gestão Documental tem a lotação de **02 (dois)** servidores. Destaca-se que o servidor BENEDITO JOSÉ DE SANTANA exerce a função de Chefe de Núcleo desde 01/06/2015. Saliente-se, ainda, que esta Unidade é composta das Seções de Atendimento Cadastro e Seção de Arquivamento e Análise para Eliminação.

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	DATA	
			EXERCÍCIO TRT	NA LOTAÇÃO
Benedito José de Santana	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Segurança	Chefe de Núcleo	24/08/1987	23/11/2005
Elmar Eli de Queiroz Coutinho	Auxiliar Judiciário/ Administrativa/ Apoio de Serviços Diversos	—	17/12/1999	07/01/2015

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos, coleta em 30/09/2015).

1.2. AFASTAMENTOS/LICENÇAS (EXCETO FÉRIAS)

Mediante consulta ao Sistema de Recursos Humanos deste Tribunal, verificou-se que, no ano de 2014, os afastamentos/licenças dos Servidores totalizaram **178 (cento e setenta e oito)** dias, sendo **164 (cento e sessenta e quatro)** dias referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS).

No corrente ano, até 30/09/2015, foram registrados **13 (treze)** dias, sendo **02 (dois)** dias referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS).

1.3. ALTERAÇÕES NO QUADRO DE SERVIDORES DA UNIDADE

De 01/01/2014 a 30/09/2015, a Unidade teve alteração no seu quadro funcional em relação a **05 (cinco)** servidores.

SERVIDOR	DATA LOTAÇÃO	DATA SAÍDA
Elmar Eli de Queiroz Coutinho	07/01/2015	-
Eliana Maria da Conceição	17/09/2013	02/08/2015
Vanessa Goes Almeida	06/05/2013	25/09/2014
Lucy Mateus de Souza	16/09/2013	07/08/2014
Aureliano Silva e Silva	06/02/2009	06/05/2014

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos, coleta em 30/09/2015)

1.4. FREQUÊNCIA MENSAL

Foi informado pelo Chefe de Núcleo que a frequência mensal de todos os Servidores da Unidade, relativa ao mês de setembro de 2015, foi encaminhada à Coordenadoria Administrativa de Pessoas em 01/10/2015.

2. ATIVIDADES

Conforme resposta ao relatório encaminhado, foi informado pelo Chefe do Núcleo as atividades desenvolvidas pela Unidade: **a)** distribuir e supervisionar a execução dos trabalhos inerentes ao arquivo, promovendo, quando do desarquivamento de documentos e de autos de processos, seu pronto encaminhamento aos diversos destinos; **b)** coordenar e orientar a execução das tarefas referentes à guarda e à conservação do acervo do arquivo de processos e de documentos; **c)** garantir as condições físicas necessárias à perfeita conservação dos processos arquivados; **d)** atender às partes e aos advogados para maiores informações e esclarecimentos; e, **e)** promover os procedimentos para eliminação de autos findos.

3. PRODUTIVIDADE

DESCRIÇÃO	TOTAL
Data prevista para a próxima eliminação de autos	29/01/2016
Quantidade de processos passíveis de eliminação (analisados e arquivados há mais de 05 anos)	92.843 (Sendo 20.678 do ano de 2008 e 72.165 referentes aos anos de 2009 e 2010, até 30 de setembro)
Quantidade de processos arquivados há mais de 05 anos pendentes de análise	521
Quantidade de processos arquivados há mais de 05 anos, pendentes de eliminação, por existir saldo remanescente	28 processos encaminhados para a Seção de Análise Documental
Quantidade de autos findos recebidos das Varas em 2014	35.933
Quantidade de autos findos recebidos das Varas em 2015, até 30 de setembro	24.843
Quantidade total de processos existentes no Arquivo	296.833 (Sendo o mais antigo do ano de 1975, de arquivo número 30.919, processo nº 0154700-39.1975.5.05.0003)
Quantidade total de processos pendentes de cadastramento	10.412
Quantidade de processos eliminados em 2014	81.259
Quantidade de processos eliminados em 2015, até 30 de setembro	1.118

4. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DO NÚCLEO

Não foi informada a existência de solicitação pendente junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, nem à Secretaria Administrativa.

5. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS.

Não foram consignados.

II.IV.I – SEÇÃO DE ATENDIMENTO E CADASTRO

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

Destaque-se que a Seção de Atendimento e Cadastro foi criada em 01/06/2015, com a vigência do Regulamento Geral da Secretaria deste Regional, mediante as Resoluções Administrativas TRT5 nº 11/2015 e 24/2015.

1.1. LOTAÇÃO

Constatou-se que a Seção de Atendimento e Cadastro tem a lotação de **08 (oito)** servidores, abaixo discriminados. Destaca-se que a servidora DENISE ARAUJO RODRIGUES MATOS exerce a função de Chefe de Seção desde 01/06/2015.

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	DATA	
			EXERCÍCIO TRT	NA LOTAÇÃO
Cícero Gomes dos Santos	Analista Judiciário/ Administrativa	—	11/05/1987	18/09/2012
Denise Araújo Rodrigues Matos	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Portaria	Chefe de Seção	20/04/1993	01/10/2003
Katia Maria Bonfim de Resende	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Portaria	Assistente Administrativo 2	04/11/1992	01/10/2003
Maria das Graças Monteiro de S. Counago	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Portaria	—	10/12/1984	16/09/2013

Maria de Fátima Batista Berlink	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Apoio de Serviços Diversos	Assistente Administrativo 2	14/07/1988	16/09/2013
Miwkiywana Alencar Abe	Cedido por outro Órgão	Assistente Administrativo 2	20/05/2010	01/04/2015
Paulo César Mendes Costa	Técnico Judiciário/ Administrativa	—	22/10/1985	07/01/2013
Sérgio Iratan Gonçalves Rosado	T é c n i c o Judiciário/ Administrativa	—	06/10/1993	14/05/2012

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos, coleta em 30/09/2015. As datas de lotações consignadas referem-se ao início das atividades dos servidores na Seção de Gestão Documental).

1.2. AFASTAMENTOS/LICENÇAS (EXCETO FÉRIAS)

Mediante consulta ao Sistema de Recursos Humanos deste Tribunal, constatou-se que, no ano de 2014, os afastamentos/licenças dos Servidores totalizaram **51 (cinquenta e um)** dias, sendo **43 (quarenta e três)** dias referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS).

No corrente ano, até 30/09/2015, foram registrados **39 (trinta e nove)** dias, sendo **11 (onze)** dias referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS).

1.3. ALTERAÇÕES NO QUADRO DE SERVIDORES DA UNIDADE

De 01/01/2014 a 30/09/2015 a Unidade teve alteração no seu quadro funcional em relação a **01 (uma)** servidora.

SERVIDOR	DATA LOTAÇÃO	DATA SAÍDA
Miwkiywana Alencar Abe	01/04/2015	—

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos, coleta em 30/09/2015)

1.4. FREQUÊNCIA MENSAL

Foi informado pelo Chefe de Núcleo que a frequência mensal de todos os Servidores da Unidade, relativa ao mês de setembro de 2015, foi encaminhada à Coordenadoria Administrativa de Pessoas em 01/10/2015.

2. ATIVIDADES

Segundo informações encaminhadas pela Unidade, compete à Seção de Atendimento e Cadastro: **a)** atender às partes e aos advogados que necessitem de vista ou extração de cópias de autos dos processos que se encontrem no Núcleo de Gestão Documental, na forma prescrita em ato específico; **b)** fornecer certidões de autos findos e eliminados, quando houver solicitação verbal ou escrita de partes e de advogados; **c)** receber os autos de processos oriundos das Varas do Trabalho e demais unidades para arquivamento, efetuando a conferência com as listagens que os acompanhem, em conformidade com as portarias vigentes que tratam de arquivamento de autos; **d)** proceder à triagem dos autos dos processos recebidos e cadastrá-los no sistema informatizado, procedendo ao seu posterior encaminhamento à Seção de Arquivamento e Análise para Eliminação; e, **e)** receber os pedidos de desarquivamento de autos de processos feitos pelas Varas de Trabalho e pelas demais unidades, mantendo o controle de tal movimentação e encaminhando-os à Seção de Arquivamento e Análise para Eliminação para sua efetivação.

3. PRODUTIVIDADE

A Chefe de Seção assegurou que no ano de 2014: **a) 78 (setenta e oito)** certidões foram fornecidas de autos findos eliminados, quando houve solicitação verbal ou escrita de partes e de advogados; e, **b) 35.933 (trinta e cinco mil, novecentos e trinta e três)** processos foram recebidos oriundos das Varas do Trabalho e demais unidades, para arquivamento.

Já no corrente ano, até 30 de setembro: **a) 43 (quarenta e três)** certidões foram fornecidas de autos findos eliminados, quando houve solicitação verbal ou escrita de partes e de advogados; e, **b) 24.843 (vinte e quatro mil oitocentos e quarenta e três)** processos foram recebidos oriundos das Varas do Trabalho e demais unidades, para arquivamento.

4. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DA SEÇÃO

Conforme relatório enviado, foi informado pelo Chefe de Seção que

não existe solicitação pendente junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações e Secretaria Administrativa.

5. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

Nada foi relatado.

II.IV.II – SEÇÃO DE ARQUIVAMENTO E ANÁLISE PARA ELIMINAÇÃO

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

Destaque-se que a Seção de Arquivamento e Análise para Eliminação foi criada em 01/06/2015, com a vigência do Regulamento Geral da Secretaria deste Regional, mediante as Resoluções Administrativas TRT5 nº 11/2015 e 24/2015.

1.1. LOTAÇÃO

Constatou-se que a Seção de Arquivamento e Análise para Eliminação tem a lotação de **04 (quatro)** servidores, abaixo discriminados. Destaca-se que a servidora LUZIA DOS SANTOS NASCIMENTO SOUSA exerce a função de Chefe de Seção desde 01/06/2015.

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	DATA	
			EXERCÍCIO TRT	NA LOTAÇÃO
Cirilo Pereira Gonçalves Neto	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Segurança	Assistente Administrativo 3	21/03/1985	01/10/2003
Luzia dos Santos Nascimento Sousa	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Apoio de serviços Diversos	Chefe de Seção	28/08/1989	01/10/2003
Moisés Carlos Menezes Barbosa	Técnico Judiciário/ Administrativa	-	25/06/1981	04/09/2009
Paulo César Ferreira Saldanha	Analista Judiciário/ Administrativa	-	09/05/1974	01/03/2010

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos, coleta em 30/09/2015. As datas de lotações consignadas referem-se ao início das atividades dos servidores na Seção de Gestão Documental, antiga nomenclatura da unidade em foco).

1.2. AFASTAMENTOS/LICENÇAS (EXCETO FÉRIAS)

Mediante consulta ao Sistema de Recursos Humanos deste Tribunal, constatou-se que, no ano de 2014, não houve afastamentos/licenças dos Servidores da Seção de Atendimento e Cadastro.

No corrente ano, até 30/09/2015, foram registrados **66 (sessenta e seis)** dias, todos referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS).

1.3. ALTERAÇÕES NO QUADRO DE SERVIDORES DA UNIDADE

De 01/01/2014 a 30/09/2015, a Unidade não houve alteração no seu quadro funcional.

1.4. FREQUÊNCIA MENSAL

Foi informado pela Chefe de Seção que a frequência mensal de todos os Servidores da Unidade, relativa ao mês de setembro de 2015, foi encaminhada à Coordenadoria Administrativa de Pessoas em 01/10/2015.

2. ATIVIDADES

A Chefe de Seção destacou as seguintes atividades desenvolvidas: **a)** arquivar os autos dos processos recebidos da Seção de Atendimento e Cadastro, observando os locais próprios e a ordem devida; **b)** desarquivar os autos dos processos requisitados, após procedimentos de conferência realizados pela Seção de Atendimento e Cadastro; **c)** manter guarda e conservação dos autos dos processos e documentos arquivados; e, **d)** proceder a vistoria dos autos de processos destinados à eliminação, analisando aqueles não vistoriados pelo Grupo de Avaliação de Documentos previsto na Resolução Administrativa nº 016/2004.

3. PRODUTIVIDADE

No ano de 2014 foi informado pelo Chefe do Núcleo de Gestão Documental que: **a) 29.845 (vinte e nove mil, oitocentos e quarenta e cinco)** processos foram arquivados, dentre aqueles recebidos da Seção de Atendimento e Cadastro; **b) 2.938 (dois mil, novecentos e trinta e oito)** processos foram desarquivados dentre aqueles requisitados, após procedimentos de conferência; e, **c) 81.259 (oitenta e um mil, duzentos e cinquenta e nove)** processos foram vistoriados, dentre aqueles destinados à eliminação, considerando os que não estavam

com informação de já terem sido vistoriados pelo Grupo de Avaliação de Documentos, previsto na Resolução Administrativa nº 016/2004.

Em 2015, até 30 de setembro: **a) 14.431 (quatorze mil e quatrocentos e trinta e um)** processos foram arquivados, dentre aqueles recebidos da Seção de Atendimento e Cadastro; **b) 1.832 (um mil oitocentos e trinta e dois)** processos foram desarquivados dentre aqueles requisitados, após procedimentos de conferência; e, **c) 1.118 mil (mil cento e dezoito)** processos foram vistoriados, dentre aqueles destinados à eliminação, considerando os que não estavam com informação de já terem sido vistoriados pelo Grupo de Avaliação de Documentos, previsto na Resolução Administrativa nº 016/2004.

4. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DA SEÇÃO

Conforme relatório enviado, foi informado pela Chefe de Núcleo que não existe solicitação pendente junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações e Secretaria Administrativa.

5. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

Não foram relatados.

II.V – POSTOS AVANÇADOS DE ATENDIMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

II.V.I – POSTO AVANÇADO DE ATENDIMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO – SHOPPING BELA VISTA

Através do Ato TRT5 Nº 0121 da Presidência deste Regional de 14 de março de 2014, foi determinado o encerramento das atividades do Posto de Atendimento Avançado da Justiça do Trabalho – PAAJT do Shopping Iguatemi, a partir do dia 19 de março de 2014, mesma data de instalação do Posto de Atendimento Avançado da Justiça do Trabalho – PAAJT, no Shopping Bela Vista, com a transferência de todas as atividades para aquela unidade.

Outrossim, a Unidade foi encerrada em 31/07/2015, em virtude da redução das atividades, conforme comunicado ao Diretor Superintendente do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC – Secretaria de Administração do Estado da Bahia através do Ofício GP TRT5 nº 1009/2015, do Presidente do e Tribunal Regional do Trabalho.

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 LOTAÇÃO

Verificou-se que, durante o período compreendido entre 1º/01/2014 e 31/07/2015, data do encerramento das atividades do Posto Avançado de Atendimento da Justiça do Trabalho – Shopping Bela Vista, estiveram lotados na Unidade **07 (sete)** servidores. Destaca-se que o servidor CARLOS BENEDITO ZUMAETA REBOUÇAS, exerceu o cargo de Chefe de Núcleo no período de 19/03/2014 a 02/08/2015.

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	DATA	
			EXERCÍCIO TRT	NA LOTAÇÃO
Carlos Benedito Zumaeta Rebouças	Técnico Judiciário/ Administrativa	Chefe de Núcleo	01/02/1982	19/03/2014
Maria José dos Santos Cerqueira	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Apoio de Serviços Diversos	Assistente Administrativo 2	14/11/1985	19/03/2014
Paulo Dionísio da Silva Brandão	Técnico Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 3	06/02/1995	19/03/2014
Roberval Borges Baltasar dos Santos	Técnico Judiciário/ Administrativa	—	30/11/1984	19/03/2014
Rozana Lígia de Oliveira Cangussu	Técnico Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo	21/06/1993	19/03/2014

Sérgio Jordano Janja Ximenes	Analista Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 2	12/09/2005	19/03/2014
Sônia Maria Borges de Macedo	Analista Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 4	11/10/1993	19/03/2014

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos, coleta em 30/09/2015)

1.2. AFASTAMENTOS/LICENÇAS (EXCETO FÉRIAS)

Mediante consulta ao Sistema de Recursos Humanos deste Tribunal, constatou-se que no ano de 2014, os afastamentos/licenças dos Servidores totalizaram **04 (quatro)** dias, decorrentes de licença para tratamento de saúde (LTS).

No corrente ano, até 31/07/2015, os afastamentos/licenças dos Servidores totalizaram **04 (quatro)** dias, decorrentes de licença para tratamento de saúde (LTS).

1.3. ALTERAÇÕES NO QUADRO DE SERVIDORES DA UNIDADE

Entre 1º/01/2014 a 31/07/2015, a Unidade teve alteração no quadro funcional em relação aos seus **07 (sete)** servidores, notadamente pelo encerramento das atividades, como já mencionado acima. Ressalte-se que os Servidores Carlos Benedito Zumaeta Rebouças, Rozana Lígia de Oliveira Cangussu e Sônia Maria Borges de Macedo permaneceram no Posto Avançado de Atendimento até o último dia de funcionamento.

SERVIDOR	DATA LOTAÇÃO	DATA SAÍDA
Carlos Benedito Zumaeta Rebouças	19/03/2014	02/08/2015
Maria José dos Santos Cerqueira	19/03/2014	18/01/2015
Paulo Dionísio da Silva Brandão	19/03/2014	19/07/2015
Roberval Borges Baltasar dos Santos	19/03/2014	25/01/2015
Rozana Lígia de Oliveira Cangussu	19/03/2014	02/08/2015
Sérgio Jordano Janja Ximenes	19/03/2014	28/07/2015
Sônia Maria Borges de Macedo	19/03/2014	02/08/2015

1.4. FREQUÊNCIA MENSAL

Foi informado pela Chefe de Núcleo que o último relatório de frequência mensal dos Servidores foi encaminhado no dia 03 de agosto de 2015.

2. ATIVIDADES

A Diretora da Secretaria da Coordenação Judiciária de 1ª Instância relatou as principais atividades do Posto: **a)** prestar informação às partes e aos advogados; **b)** sugerir à parte desacompanhada de advogado e que pretende ajuizar ação trabalhista que se dirija, inicialmente, ao sindicato de sua categoria ou a um órgão de assistência jurídica, em busca de assistência profissional; **c)** emitir certidões positiva ou negativa de andamento processual, de caráter meramente informativo; **d)** receber petições acompanhadas ou não de documentos dirigidos ao Tribunal e às Varas do Trabalho; **e)** receber os autos de processos de primeira e segunda instâncias; **f)** emitir relatórios diários das atividades de recebimento de protocolo; **e, g)** encaminhar processos e documentos recebidos diretamente ao destino, quando referentes às unidades de segunda instância.

3. PRODUTIVIDADE

Em relação aos expedientes, no ano de 2014, foram recebidos **34.965 (trinta e quatro mil, novecentos e sessenta e cinco)** petições/processos; expedidas **14.654 (quatorze mil, seiscentos e cinquenta e quatro)** certidões; realizadas **3.538 (três mil, quinhentos e trinta e oito)** consultas processuais e prestadas **3.264 (três mil, duzentas e sessenta e quatro)** informações diversas.

Quanto ao exercício de 2015 (até o dia do fechamento em 31/07/2015), foram recebidos **5.154 (cinco mil, cento e cinquenta e quatro)** petições/processos; expedidas **2.555 (duas mil, quinhentos e cinquenta e cinco)** certidões; realizadas **1.281 (mil, duzentas e oitenta e uma)** consultas processuais e prestadas **1.274 (mil, duzentas e quatro)** informações diversas.

4. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DO POSTO

O Posto teve suas atividades encerradas em 31 de julho de 2015, razão pela qual **não** existem solicitações pendentes junto à Secretaria de Administração – SA ou à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

5. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

O Chefe do Posto nada registrou.

II.V.II – POSTO AVANÇADO DE ATENDIMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO – SHOPPING BARRA

Importante explanar que as atividades do Posto Avançado de Atendimento da Justiça do Trabalho do Shopping Barra foram encerradas em 19/12/2014, ato comunicado à Superintendente da Secretaria de Administração do Estado da Bahia através do Ofício GP TRT5 nº 2012/2014 da Presidência deste Regional.

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1. LOTAÇÃO

Verificou-se que, durante o período compreendido entre 1º/01/2014 e 19/12/2014, data do encerramento das atividades do Posto Avançado de Atendimento da Justiça do Trabalho – Shopping Barra, estiveram lotados na Unidade **03 (três)** servidores. Destaca-se que a servidora ISABEL ADRIANA N. PEREIRA DO CARMO, exerceu o cargo de Chefe de Núcleo no período de 20/05/2014 a 06/01/2015).

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	DATA	
			EXERCÍCIO TRT	NA LOTAÇÃO
Ana Lúcia Lima Belarmino	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Apoio de Serviços Diversos	—	15/12/1989	14/02/2013
Isabel Adriana N. Pereira do Carmo	Técnico Judiciário/ Administrativa	Chefe de Núcleo	06/04/1998	01/09/2010
Maria Luiza Alvarez Hereda	servidora cedida	Assistente Administrativo 4	11/05/1999	25/10/2010

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos, coleta em 30/09/2015)

1.2. AFASTAMENTOS/LICENÇAS (EXCETO FÉRIAS)

Mediante consulta ao Sistema de Recursos Humanos deste Tribunal, constatou-se que no ano de 2014, os afastamentos/licenças dos Servidores totalizaram **19 (dezenove)** dias, decorrentes de licença para tratamento de saúde (LTS).

1.3. ALTERAÇÕES NO QUADRO DE SERVIDORES DA UNIDADE

Entre 1º/01/2014 a 19/12/2014, a Unidade teve alteração no quadro funcional em relação aos seus **03 (três)** servidores, notadamente pelo encerramento das atividades.

SERVIDOR	DATA LOTAÇÃO	DATA SAÍDA
Ana Lúcia Lima Belarmino	14/02/2013	06/01/2015
Isabel Adriana N. Pereira do Carmo	01/09/2010	06/01/2015
Maria Luiza Alvarez Hereda	25/10/2010	06/01/2015

1.4. FREQUÊNCIA MENSAL

O último relatório de frequência mensal dos Servidores foi encaminhado no início de janeiro de 2015.

2. ATIVIDADES

Consoante explanado pela Diretora da Secretaria da Coordenação Judiciária de 1ª Instância, as atividades desenvolvidas no Posto Avançado de Atendimento da Justiça do Trabalho – Shopping Barra foram idênticas àquelas do Posto Avançado de Atendimento da Justiça do Trabalho – Shopping Bela Vista, consignadas no item '2' do tópico '4.1'.

3. PRODUTIVIDADE

No período de 1º/01/2014 a 19/12/2014, foram recebidos **7.894 (sete mil, oitocentos e noventa e quatro)** petições/processos e expedidas **18.775 (dezoito mil, setecentos e setenta e cinco)** certidões. No mesmo período, foram realizadas **222 (duzentas e vinte e duas)** consultas processuais e prestadas **321 (trezentas e vinte e uma)** informações diversas.

4. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DO POSTO

O Posto teve suas atividades encerradas em 19 de dezembro de 2014, razão pela qual **não** existem solicitações pendentes junto à Secretaria de Administração – SA ou à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

5. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

O Chefe do Posto não registrou críticas, sugestões ou elogios.

Obs.: No tocante aos dados dos **Postos Avançados de Atendimento da Justiça do Trabalho** localizados nos **Municípios de Serrinha e Luís Eduardo Magalhães**, já estão consignados nas atas de Correições Ordinárias realizadas por esta Vice Corregedoria nas Varas do Trabalho, respectivamente, de **Conceição do Coité e Barreiras**.

IV – NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – NAJ**1. ESTRUTURA FUNCIONAL****1.1. LOTAÇÃO**

Segundo informações da Diretora da Secretaria da Coordenação Judiciária de 1ª Instância, os servidores que atuam nesta Unidade estão lotados na Secretaria Geral da Presidência deste 5º Regional, quais sejam: ANISIO ALVES DE ROMA FILHO, MARINALVA SANTOS VILAS BOAS E JOANA ANGÉLICA DE FÁTIMA CARVALHO. Por tal motivo, não serão registrados, na presente Ata, dados atinentes a lotação, afastamentos/licenças (exceto férias) e alterações no quadro de servidores da Unidade, bem assim quanto à frequência mensal.

2. ATIVIDADES

Segundo informou a Diretora da Secretaria da Coordenação Judiciária de 1ª Instância, as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Assistência Judiciária – NAJ são: **a)** emissão de certidão; **b)** reclamação da Ouvidoria; **c)** atendimento ao público para prestar informações sobre andamento de processos; e **d)** redirecionamento das partes às unidades competentes para solucionar problemas.

3. PRODUTIVIDADE

Em relação ao ano de 2014, foram prestadas **4.613 (quatro mil, seiscentas e treze)** informações processuais; esclarecidas **3.339 (três mil, trezentas e trinta e nove)** dúvidas; redirecionadas **5.171 (cinco mil, cento e setenta e uma)** partes e expedidas **10.993 (dez mil, novecentas e noventa e três)** certidões, sendo **7.194 (sete mil, cento e noventa e quatro)** Negativas e **3.795 (três mil, setecentos e noventa e cinco)** Positivas.

No presente exercício, até 30/09/2015, foram prestadas **812 (oitocentos e doze)** informações processuais; esclarecidas **2.174 (duas mil, cento e setenta e quatro)** dúvidas; redirecionadas **2.920 (duas mil, novecentas e vinte)** partes e expedidas **10.721 (dez mil, setecentos e vinte e uma)** certidões, sendo **6.969 (seis mil, novecentos e sessenta e nove)** Negativas e **3.752 (três mil, setecentos e cinquenta e duas)** Positivas.

Foi informado que a receita total do ano de 2014 foi de **R\$ 60.769,44 (sessenta mil, setecentos e sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos)**. Já, a receita do corrente ano, até o dia 30/09/2015, foi de **R\$ 39.448,25 (trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e oito reais, vinte e cinco centavos)**.

4. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

Foram apresentadas as seguintes ponderações pelo servidor responsável pelo Núcleo: *“Considerando que os problemas técnicos referentes ao sistema SAMP I, que se imaginava serem de origem local, terem sido solucionados a partir de janeiro/2015, ocasionando a normalidade satisfatória da internet; observamos que o atendimento prestado pelo SI e Suporte do sistema de manutenção se apresentam mais rápidos e eficientes. No entanto, vimos solicitar que, a CPU sob tombamento 050363, seja recolhida ao suporte e em seguida reconfigurada devidamente, contemplando a configuração do sistema samp I, assim como os aplicativos concernentes ao Pje e compatibilidade com a impressora Samsung ML-3750ND e mais os Ofs completos do libre office (apenas o excel). Fato que não se constatou na transferência da referida, para este núcleo, resultando, em alguns chamados para essa finalidade. Esclarecendo para tanto, que a supracitada encontra-se travando e dando total desconexão com a impressora. Dessa sorte encontraremos a eficácia do setor.*

Outra solicitação, é a função comissionada, já de conhecimento de algumas gestões que se comprometeram a estudá-la e até a presente data não se manifestaram.

Vale ressaltar que trabalhamos com atendimento ao público (contato direto) sujeitos a insalubridade (gripes, viroses, doenças dermatológicas e outras). E não nos furtamos de fazê-lo porque trabalhamos com afinco e dedicação! No entanto, sabedores de que poucos servidores gostaria de desempenhar funções desta natureza nessas condições e sem gratificação.

Vale lembrar que ao chegarmos neste núcleo (2010) já encontrávamos

uma servidora com DAS, que assinava como diretora de secretaria. E a nós foi prometido pelo menos uma FC. Dessa promessa só nos restou apenas 06 (seis) meses de gratificação como substituição.”.

V – COORDENADORIA DE EXECUÇÃO E EXPROPRIAÇÃO

O Provimento nº GP/CR TRT5 0010/2015 estabeleceu as diretrizes atinentes à composição e funcionamento da Coordenadoria de Execução e Expropriação e sua integração com as Varas do Trabalho da capital e do interior, bem como criou o Juízo de Conciliação de Execução e o Núcleo de Cooperação Judiciária no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – TRT5, revogando os Provimentos GP/CR 10/2006, GP/CR 01/2010 e GP/GCR 003/2014. Que tem como Juíza Coordenadora Dra. Ana Paola Santos Machado Diniz e o Juiz Substituto Júlio César Massa Oliveira.

A Coordenadoria de Execução e Expropriação, conforme artigo 1º da aludida norma, é constituída por: Núcleo de Hastas Públicas, Núcleo de Distribuição de Mandados Oficiais, Núcleo de Apoio à Execução e Pesquisa Patrimonial, Juízo de Conciliação de Execução e Núcleo de Cooperação Judiciária.

A servidora JAQUELINE ROCHA SILVA exerce o cargo de Diretora da Coordenadoria desde 06/11/2007 (Ato nº 193/2007).

V.I – NÚCLEO DE HASTAS PÚBLICAS**1. ESTRUTURA FUNCIONAL****1.1. LOTAÇÃO**

O servidor JOSÉ JESSE NASCIMENTO BORGES exerce a função de Chefe de Núcleo de Hastas Públicas desde 01/06/2015. O Núcleo tem a lotação de **15 (quinze)** servidores, conforme discriminado no quadro abaixo:

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	DATA	
			EXERCÍCIO TRT	NA LOTAÇÃO
Carlo Borges de Paula	Técnico Judiciário/ Administrativa	Secretário de Audiência	05/10/1994	04/06/2014*
Emile Ramos da Cruz Lago	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Portaria	—	29/07/1986	28/11/2012
Fernando de Souza Castro Filho	Técnico Judiciário/ Administrativa	—	07/01/2015	11/08/2015
Isabella Leal Pecci de Mello	Técnico Judiciário/ Administrativa	Calculista	16/08/2007	02/03/2010*
João Luiz de Souza	Cedido por outro Órgão	Assistente Administrativo 2	16/02/2009	01/04/2014*
José Jesse Nascimento Borge	Técnico Judiciário/ Administrativa	Chefe de Núcleo	31/08/1994	08/01/2015
Juliana Tourinho Cerqueira Martins	Analista Judiciário/ Judiciária	Assistente de Juiz	18/08/2010	06/06/2012*
Leandra Rodrigues Almeida	Cedido por outro Órgão	Assistente Administrativo 3	18/02/2009	18/02/2009*
Luis Jorge Almeida Cavalcanti	Técnico Judiciário/ Administrativa	—	17/02/1986	18/02/2014*
Luiz Alberto Torres Magalhães	Técnico Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 4	08/11/1995	05/05/2014*
Maria Márcia Gonzaga Cardoso	Técnico Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 4	14/06/1993	13/08/2012*

Rosa Amália Alencar Sacramento	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Apoio de Serviços Diversos	Assistente Administrativo 3	30/01/1989	13/08/2012
Sheila Lenuza Amaro de Souza	Analista Judiciário/ Judiciária	Chefe de Núcleo	07/08/2009	11/12/2013*
Tenilson dos Reis Rocha	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Segurança	Secretário de Audiência	06/04/1993	01/10/2014*
Thereza Cristina Sampaio Silva	Analista Judiciário/ Judiciária	Secretário de Audiência	07/12/1998	15/07/2015
Verônica Mattos	Analista Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 3	06/09/2012	06/09/2012*

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos em 30/09/2015)

*Obs.: Segundo esclarecido pela Diretora da Coordenadoria, as datas de lotação dos servidores Carlos Borges de Paula, Isabella Leal Pecci de Mello, João Luiz de Sousa, Juliana Tourinho Cerqueira Martins, Leandra Rodrigues Almeida, Luis Jorge Almeida Cavalcanti, Luiza Alberto Torres Magalhães, Tenilson dos Reis Rocha e Verônica Mattos correspondem àquelas de lotação na Coordenadoria de Distribuição de Mandados, Avaliação e Depósito, uma vez que já atuavam neste setor praticando atividades inerentes ao Núcleo de Hastas Públicas.

Além disso, a servidora Sheila Lenuza Amaro de Souza exerce a Função de Chefe de Núcleo, mas atua como Assistente da Juíza Coordenadora da Coordenadoria de Execução e Expropriação.

Outrossim, a servidora Maria Márcia Gonzaga de Castro está lotada no Núcleo de Distribuição de Mandados Oficiais, porém atua em Hastas Públicas.

1.2. AFASTAMENTOS/LICENÇAS (EXCETO FÉRIAS)

Mediante consulta ao Sistema de Recursos Humanos deste Tribunal, constatou-se que, no ano de 2014, os afastamentos/licenças dos Servidores do Núcleo de Hastas Públicas totalizaram **16 (dezesseis)** dias, todos referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS)

No corrente ano, até 30/09/2015, foram registrados **457 (quatrocentos e cinquenta e sete)** dias, dos quais **21 (vinte e um)** referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS), **60 (sessenta)** dias a licença maternidade, e **120 (cento e vinte)** dias a licença por acidente de trabalho. Os demais **256 (duzentos e cinquenta e seis)** dias são relativos a afastamentos por motivos diversos, sendo a maior parte decorrente do movimento parestidial dos servidores federais, iniciado no dia 16 de junho do corrente ano.

1.3. ALTERAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES

Entre 01/01/2014 a 30/09/2015, a Unidade teve alteração no seu quadro funcional em relação a **12 (doze)** servidores:

SERVIDOR	DATA LOTAÇÃO	DATA SAÍDA
Carlo Borges de Paula	04/06/2014	
João Luiz de Souza	01/04/2014	
José Jesse Nascimento Borges	08/01/2015	
Luis Jorge Almeida Cavalcanti	18/02/2014	
Luiz Alberto Torres Magalhães	05/05/2014	
Tenilson dos Reis Rocha	01/10/2014	
Thereza Cristina Sampaio Silva	15/07/2015	
Fernando de Souza Castro Filho	11/08/2015	
Carlos Eduardo Nascimento de Almeida	06/11/2013	07/01/2015
Iara Galvão Neves	13/08/2012	12/08/2015

Rogério Souza Amazonas de Lacerda	28/01/2013	03/08/2014
Rosa Maria Costa Lopes	13/08/2012	29/05/2014

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos em 30/09/2015).

1.4. FREQUÊNCIA MENSAL

A frequência mensal de todos os Servidores da Unidade, relativa ao mês de setembro, foi encaminhada à Coordenadoria Administrativa de Pessoas em 02/10/2015.

2. ATIVIDADES

O Chefe do Núcleo relatou as atribuições da Unidade, esclarecendo que, até o ano de 2013, “o setor atuava como uma secretaria de expropriação, desenvolvendo atividades predominantemente voltadas para a designação dos leilões judiciais, realização de audiências de tentativa de conciliação antecedendo os leilões e julgamento dos incidentes relacionados a essas ações”.

Acrescentou a ampliação das atividades “para atuação, também, em dois âmbitos essenciais: a) designação de pautas semanais de conciliação de processos na fase de execução, por solicitação da parte, via portal no site do TRT, por solicitação dos juizes das varas do trabalho, por designação pelos juizes da Coordenadoria de Execução e Expropriação, e, também, por ocasião das ações e campanhas nacionais de conciliação, sejam as promovidas pelo CNJ ou pelo CSJT. Sem a atuação da secretaria do NHP o Juízo de Conciliação de Execução não funcionaria, uma vez que não dispõe de servidores específicos para essa atividade; b) tramitação do processo principal quando instaurado o procedimento de penhora unificada, desde a fase inicial, com cumprimento de diligências, notificações, citações, expedição de ofícios e mandados de construção judicial, preparação do processo para a fase de expropriação, até a efetiva transferência de numerário para as varas onde os processos beneficiados tramitam”.

Explicou que o “procedimento de penhora unificada foi instituído para melhor aproveitamento das ações de pesquisa desenvolvidas pelo NAE, uma vez que, escolhe-se um processo como principal, onde são praticados os atos de construção e expropriação, resolvendo-se os incidentes processuais atinentes ao reconhecimento de grupo econômico, fraude à execução ou descon sideração de personalidade jurídica, atos esses que revertem em benefício de todas as execuções em curso no Regional contra o devedor ou grupo de devedores, de modo uniforme, bastando, para tanto, simples informação pela vara do trabalho da pendência do processo e fornecimento de dados alusivos ao mesmo, que são consolidados em uma única planilha”.

Por fim, salientou os artigos 4ª e 13 do Provimento GP nº 010/2015, que estabelece a competência do Núcleo, transcrevendo-os in verbis:

“Art. 4º Compete ao Núcleo de Hastas Públicas:

I – elaborar, em setembro de cada ano, o calendário do ano seguinte para realização das hastas públicas unificadas em toda a Região, indicando as localidades abrangidas e submetendo-o à apreciação da Secretaria-Geral da Presidência do TRT5 para publicação;

II – coordenar e supervisionar os serviços administrativos necessários à realização das hastas públicas unificadas, inclusive a elaboração e conferência dos editais e respectivas publicações no Diário Oficial Eletrônico do CSJT;

III – realizar, segundo calendário previamente publicado, todas as hastas públicas unificadas da capital e dos Polos Regionais;

IV – praticar os atos processuais definidos em lei ou neste Provimento e essenciais à realização da hasta pública unificada nos processos da capital desde o momento em que os autos são remetidos pelas respectivas Varas do Trabalho;

V – praticar todos os atos definidos pelos Juizes da Coordenadoria de Execução e Expropriação no processo principal do procedimento de penhora unificada;

VI – adotar as providências essenciais à realização das pautas de audiências de conciliação antecedendo aos leilões ou designadas pelos Juizes da Coordenadoria e Execução e relativas aos processos de execução da capital;

VII – prestar as informações às Varas dos Polos Regionais essenciais ao perfeito cumprimento do calendário de hasta pública unificada do TRT5;

VIII – solicitar às Varas do Trabalho, por e-mail ou contato telefônico devidamente certificado nos autos pela Unidade Judiciária, processos de execução, sempre que houver determinação dos Juizes da Coordenadoria de Execução e Expropriação”.

“Art. 13 Compete ao Núcleo de Hastas Públicas, além do quanto disposto no Regulamento Geral de Secretaria do TRT5:

I – A inclusão dos processos das Varas da Capital em 3 (três) leilões consecutivos e a designação das audiências de tentativa de conciliação antes do primeiro leilão, realizando as notificações e intimações necessárias definidas no capítulo antecedente e conferindo a regularidade formal dos atos atinentes à penhora;

II – verificar, através do Sistema de Acompanhamento de Processos

– *SAMP*, se os bens móveis, imóveis ou semoventes levados à hasta pública não foram objeto de anterior alienação judicial válida;
 III – entregar aos arrematantes, em caso de hasta pública positiva e no próprio dia de sua realização, auto de leilão positivo, salvo quando resultante de lançamento eletrônico;
 IV – certificar o decurso de prazo para a oposição de embargos à arrematação ou adjudicação;
 V – entregar ao arrematante o auto de arrematação, após o transcurso do prazo de 8 (oito) dias mediante comprovação do pagamento do valor integral do lance;
 VI – juntar aos processos cópia da ata de audiência sem conciliação, bem como do auto de hasta pública negativo, quando da não ocorrência da arrematação ou adjudicação;
 VII – proceder à expedição da carta de arrematação, na alienação de bens imóveis e ordem de transferência para o Departamento Estadual de Trânsito – DE TRAN, na alienação de veículos;
 VIII – incluir, automaticamente, os bens penhorados no leilão unificado subsequente, em caso de hasta pública unificada negativa, observando a exceção definida no § 5º do artigo 5º;
 IX – devolver os processos às Varas de origem quando frustrada a tentativa de conciliação e após a realização de 3 (três) hastas públicas com resultado negativo, acompanhados da respectiva certidão;
 X – aguardar o comparecimento do arrematante para recebimento do Auto de Arrematação pelo prazo de 15 (quinze) dias a fluir do transcurso do prazo do inciso V deste artigo, cujo decurso deverá ser certificado nos autos, devolvendo o processo para a Vara de origem, devendo o disposto neste inciso constar no Auto de Leilão Positivo;
 XI – certificar, antes da publicação do edital de hasta pública e após consulta por e-mail ou telefone à Chefia do Núcleo de Distribuição de Mandados Oficiais, se houve cumprimento do mandado de remoção do bem penhorado para o depósito judicial, devendo constar essa informação no edital”.

3. PRODUTIVIDADE

Em 2014, foram obtidos os seguintes resultados nos leilões unificados: **a) 29 (vinte e nove)** hastas públicas realizadas; **b) 3.506 (três mil, quinhentos e seis)** processos incluídos; **c) 893 (oitocentos e noventa e três)** lotes arrematados; **d) 10 (dez)** lotes adjudicados; **e) 1.674 (mil seiscentos e setenta e quatro)** lotes sem licitante/não vendido; **f) 911 (novecentos e onze)** lotes sustados/retirados, sendo 214 (duzentos e quatorze) sustações por pagamento, 304 (trezentos e quatro) sustações por acordo e 385 (trezentos e oitenta e cinco) por motivos diversos; **g) valor total da avaliação dos lotes no importe de R\$710.999.773,03 (setecentos e dez milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e setenta e três reais e três centavos); h) valor total das avaliações dos lotes sustados/retirados de R\$409.881.582,21 (quatrocentos e nove milhões, oitocentos e oitenta e um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e um centavos); i) valor total das avaliações dos lotes aptos ao leilão R\$189.028.191,64 (cento e oitenta e nove milhões, vinte e oito mil, cento e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos); e, j) valor total dos lotes arrematados de R\$26.518.810,64 (vinte e seis milhões, quinhentos e dezoito mil, oitocentos e dez reais e sessenta e quatro centavos).**

No corrente ano, até o dia 30/09/2015, foram consignados os seguintes dados: **a) 48 (quarenta e oito)** leilões realizados; **b) 19 (dezenove)** hastas realizadas; **c) 1.790 (mil setecentos e noventa)** processos incluídos; **d) 456 (quatrocentos e cinquenta e seis)** arrematações e **03 (três)** adjudicações; **e) 938 (novecentos e trinta e oito)** sem licitante/não vendido; **f) 393 (trezentos e noventa e três)** sustados/retirados, sendo **148 (cento e quarenta e oito)** sustações por acordo, **97 (noventa e sete)** sustações por pagamento, e **148 (cento e quarenta e oito)** por motivos diversos; **g) valor total das avaliações dos lotes no importe de R\$276.617.337,78 (duzentos e setenta e seis milhões, seiscentos e dezessete mil, trezentos e trinta e sete reais e sete centavos); h) valor total das avaliações dos lotes sustados/retirados no importe de R\$80.393.081,86 (oitenta milhões, trezentos e noventa e três mil oitenta e um reais e oitenta e seis centavos); i) valor total das avaliações dos lotes aptos ao leilão de R\$196.224.255,92 (cento e noventa e seis milhões, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos); j) valor total dos lotes arrematados R\$12.670.116,29 (doze milhões, seiscentos e setenta mil, cento e dezesseis reais e vinte e nove centavos).**

4. INFORMAÇÕES DO BIÊNIO 2013/2015

Considerados os termos do Ofício CEE nº 648/2015, até 2013, o setor atuava como uma Secretaria de Expropriação, “desenvolvendo atividades predominantemente voltadas para a designação dos leilões judiciais, realização de audiências de tentativa de conciliação antecedendo os leilões e julgamento dos incidentes relacionados a essas ações”.

Tais atividades foram ampliadas em dois âmbitos essenciais: a) designação de pautas semanais de conciliação de processos na fase de execução, por solicitação da parte, via portal no site do TRT, por

solicitação dos juízes das varas do trabalho, por designação pelos juízes da Coordenadoria de Execução e Expropriação, e, também, por ocasião das ações e campanhas nacionais de conciliação, sejam as promovidas pelo CNJ ou pelo CSJT; b) tramitação do processo principal quando instaurado o procedimento de penhora unificada, desde a fase inicial, com cumprimento de diligências, notificações, citações, expedição de ofícios e mandados de constrição judicial, preparação do processo para a fase de expropriação, até a efetiva transferência de numerário para as varas onde os processos beneficiados tramitam.

Explanou-se que o “procedimento de penhora unificada foi instituído para melhor aproveitamento das ações de pesquisa desenvolvidas pelo NAE, uma vez que, escolhe-se um processo como principal, onde são praticados os atos de constrição e expropriação, resolvendo-se os incidentes processuais atinentes ao reconhecimento de grupo econômico, fraude à execução ou desconsideração de personalidade jurídica, atos esses que revertem em benefício de todas as execuções em curso no Regional contra o devedor ou grupo de devedores, de modo uniforme, bastando, para tanto, simples informação pela vara do trabalho da pendência do processo e fornecimento de dados alusivos ao mesmo, que são consolidados em uma única planilha”.

Além do exposto, foi relatado a instauração e o processamento de penhoras unificadas durante o biênio, cujos dados essenciais são os seguintes:

a) CLÍNICA SÃO MARCOS:

Abrangência: Salvador;

Montante estimado do passivo trabalhista quando da instauração do procedimento de

penhora unificada: R\$13.381.386,24;

Quantidade de processos habilitados: 336 processos;

Valor estimado do patrimônio constrito: R\$16.000.000,00;

Situação atual: após a instauração do procedimento os devedores acorreram ao JC-2 para conciliação global; foram arrecadados R\$ 11.200.000,00 decorrentes da arrematação de imóvel; alienação particular de bem imóvel no valor de R\$1.200.000,00; remessa de R\$ 12.811.848,47 ao Juízo de Conciliação de 2ª Instância para quitação de 302 processos; foram homologados em mesa de audiência por esta CEE 11 processos no valor de R\$ 214.031,34. Remanesce saldo em depósito judicial e um imóvel penhorado para quitação do remanescente dos processos, tendo sido realizada a convocação dos credores ainda não habilitados pelas varas do trabalho ou não aderentes ao acordo global no âmbito do JC-2.

b) FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS:

Abrangência: Capital e Interior;

Montante do passivo trabalhista sem atualização: R\$ 122.998.140,02.

Quantidade de processos habilitados: 2.100 (dois mil e cem).;

Situação atual: Penhorados diversos bens imóveis do grupo executado. Conciliação global realizada em 14/11/2014 entre o grupo econômico devedor e todos os credores trabalhistas no valor atualizado da dívida para pagamento em 25 meses, tendo sido quitados 363 (trezentos e sessenta e três) processos até o mês de setembro de 2015, com liberação imediata de R\$ 33.747.251,17.

c) FACULDADE DOIS DE JULHO:

Abrangência: Salvador;

Montante estimado do passivo trabalhista: R\$ 3.277.655,50.

Valor estimado do patrimônio constrito: R\$ 12.694.720,00.

Quantidade de processos habilitados: 93 processos físicos e 51 processos no PJE. Situação atual: Após a instauração do procedimento de penhora unificada os devedores acorreram ao JC-2 para conciliação global; Imóvel penhorado incluído na hasta pública com possibilidade de ajuste por alienação particular à SERTENGE, pelo valor da avaliação.

d) CCLB:

Abrangência (Interior – Feira de Santana);

Montante estimado do passivo trabalhista: R\$ 5.978.757,62;

Quantidade de processos habilitados: 89 processos;

Valor estimado do patrimônio constrito: R\$ 9.298.030,00 Situação atual: Bem imóvel localizado em Salvador arrematado em leilão realizado em 05/08/2015 por R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Embargos à arrematação apreciados e pendentes de trânsito em julgado. Designação de hasta pública para os imóveis localizados em Feira de Santana.

e) COPAFRUIT:

Abrangência: Interior – Juazeiro;

Montante estimado do passivo trabalhista: R\$ 875.716,58.

Quantidade de processos habilitados: 72 processos; Valor estimado do patrimônio constrito: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Situação atual: Todos os processos foram quitados com o valor arrecadado na hasta pública realizada em 10/12/2014, onde foi arrematado bem imóvel por R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

f) MDA CONSTRUÇÕES:

Abrangência: Capital e Interior;

Montante estimado do passivo trabalhista: R\$ 10.870.512,98;

Quantidade de processos habilitados: 1309 processos;

Valor estimado do patrimônio construído: R\$ 12.000.000,00;
Situação atual: 01 bem imóvel arrematado no leilão realizado em 10/12/2014 por R\$ 1.310.000,00 (um milhão, trezentos e dez mil reais); 01 fazenda penhorada avaliada em R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

g) INSBOT:

Abrangência: Capital;
Montante estimado do passivo trabalhista: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); Estimativa de processos em fase de habilitação: aproximadamente 119 processos; Situação atual: Executada indicou à penhora 03 (três) bens imóveis, avaliados em aproximadamente R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais). Aguardando cumprimento dos mandados de penhora para inclusão dos bens em hasta pública.

h) MESBLA:

Abrangência: Capital;
Montante estimado do passivo trabalhista: R\$ 8.608.498,67;
Estimativa de processos em fase de habilitação: 49;
Valor estimado do patrimônio construído: R\$ 8.000.000,00;
Situação atual: Embargos de Terceiro julgados improcedentes pela Juíza Coordenadora desta CEE; notificadas as partes em 01/10/2015; aguardando prazo.

i) MM TELECOM:

Abrangência: Capital e Interior
Montante estimado do passivo trabalhista: R\$ 15.611.476,45
Estimativa de processos em fase de habilitação: 289
Situação atual: Embargos de Terceiro julgados pela Juíza Coordenadora desta CEE; Agravo de Petição interposto e aguardando remessa para o 2º grau.

Valor estimado do bem construído: R\$ 10.000.000,00.

j) HOSPITAL ESPANHOL:

Processos habilitados: até o momento 1.530, estando as Varas ainda dentro do prazo para novas habilitações;

Montante estimado do passivo trabalhista: R\$40.000.000,00

Valor estimado do bem construído: R\$79.183.200,00

Situação atual: há proposta de compra pela PROMÉDICA patrimônio do Executado. Uma audiência foi marcada para o dia 27/11/2015 no âmbito do JC-2 para homologação da alienação particular pela Coordenaria de Execução e Expropriação e do Acordo Global entre o Executado e os credores trabalhistas

k) PLASCALP:

Abrangência: Capital e interior;
Montante estimado do passivo trabalhista: R\$ 80.000.000,00
Estimativa de processos em fase de habilitação: 467
Valor estimado das construções: R\$ 50.000.000,00;
Situação atual: atualmente estão sendo analisados os incidentes processuais decorrentes das construções/bloqueios já realizadas(os)".

5. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DO NÚCLEO

O Chefe do Núcleo informou solicitação pendente junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, realizada mediante e-mail em 08/10/2015, no tocante à "criação de um módulo SAMP específico para o NHP que contemple as funcionalidades das Varas, bem como a criação de um módulo PJE específico para o NHP nos moldes do Posto Avançado do Hospital Espanhol" - criado no sistema do PJ-e mediante o Ato TRT5 nº 522/2015, tendo em vista a "impossibilidade de compartilhamento de um módulo único pela CDMAD e NHP pois as atribuições e demandas são completamente diferentes entre os dois departamentos, ocasionando incongruências e choques de informações entre as unidades".

Não foi registrada solicitação pendente junto à Secretaria de Administração.

6. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

O Chefe do Núcleo informou que não há "módulo do e-Samp individualizado com as funcionalidades necessárias para o desempenho das atividades do setor. O módulo disponibilizado é o NP1 que se presta apenas para as audiências realizadas no Juízo de Conciliação de Execução. Para realizar as atividades utiliza-se do módulo da Coordenadoria de Distribuição de Mandados, o que gera incongruências nas tramitações, dúvidas quanto ao destino dos processos e gasto desnecessário de tempo no trabalho.

Já houve tentativa de resolver a situação junto à Secretaria de Informática, porém não conseguiram sanar os problemas do módulo do NP1 que continua imprestável para os trabalhos de secretaria, servindo apenas para audiências.

Necessário que o módulo SAMP concernente ao NHP seja individualizado e dotado de todas as funcionalidades de que dispõem as Varas do Trabalho e que seja compartilhado apenas com o Juízo de Conciliação de Execução, visto que pertencem ao mesmo setor".

No tocante ao PJE, salientou que "a restrição encontrada é ainda mais grave. Não há módulo individualizado para o NHP, tendo sido adotada como solução de contorno que os servidores do setor tenham perfil

de trabalho configurado em todas as Varas do Trabalho da capital, permitindo que realizem as operações de Hasta e Audiências. Além do incremento de trabalho, tal procedimento leva à perda de controle sobre prazos e incidentes no processo, visto que o servidor deve acompanhar cada processo acessando individualmente a Vara do Trabalho e localizando o processo. Como consequência há um atraso maior em todos os procedimentos/movimentações a serem realizados nos processos PJE por este Núcleo.

A solução encontrada para realização das audiências PJE referentes aos processos do Hospital Espanhol (Ato 0522/2015) deve ser adotada para o correto funcionamento da CEE/NHP, qual seja, a criação de Posto Avançado de Trabalho para onde os processos PJE devem ser enviados quando direcionados à CEE/NHP para realização de todas as movimentações e procedimentos dentro deste módulo e posterior devolução à Vara".

V.II – NÚCLEO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADOS OFICIAIS

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1. LOTAÇÃO

Conforme relatório encaminhado pela Diretora da Coordenadoria de Execução e Expropriação, que também atua como Chefe do Núcleo de Distribuição de Mandados Oficiais, tal setor possui **100 (cem)** servidores, assim distribuídos: **16 (dezesesseis)** servidores internos e **84 (oitenta e quatro)** Oficiais de Justiça.

SERVIDORES INTERNOS				
NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	DATA	
			EXERCÍCIO TRT	NA LOTAÇÃO
Ana Paula Rios Ramos	Técnico Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 2	03/10/2005	06/08/2012
Carlos Eduardo Nascimento de Almeida	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Segurança	Chefe de Núcleo (substituto)	11/01/1990	08/01/2015
Carmen Duarte dos Santos Guimarães	Analista Judiciário/ Judiciária	—	19/01/1993	19/01/1993
Elis Joaquina de Souza	Técnico Judiciário/ Administrativa	Assistente Administrativo 2	06/06/1996	15/12/2006
Graça Maria Lemos Costa Fraga	Cedido por outro Órgão	Chefe de Núcleo	24/11/1992	25/07/1997
Jaqueline Rocha Silva	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Telefonista	Diretor de Coordenadoria	04/05/1992	11/12/1997
José Félix Cardoso Pinto	Técnico Judiciário/ Administrativa	—	03/09/2004	06/02/2014
Márcia Miguez Gonzalez	Técnico Judiciário/ Administrativa	—	01/10/2014	01/10/2014
Maria Christina de Carvalho Silva	Técnico Judiciário/ Administrativa	—	15/12/2006	01/07/2015
Maria das Graças Santos do Lago	Técnico Judiciário/ Administrativa	—	15/07/1994	03/05/2012
Maria das Graças Ribeiro Santana	Técnico Judiciário/ Administrativa	—	21/08/1981	26/01/2015
Maria Luíza Alvarez Hereda	Cedido por outro Órgão	Assistente Administrativo 2	11/05/1999	07/01/2015

Mariana Mattos Rocha	Analista Judiciário/ Judiciária	—	23/08/2010	11/12/2012
Regina Lúcia Salles Góes	Cedido por outro Órgão	Assistente Administrativo 2	21/06/1993	05/04/2004
Saete Maria da Silva Lima	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Apoio de Serviços Diversos	Assistente Administrativo 2	28/08/1989	18/12/1995
Tânia Lima Gomes	Técnico Judiciário/ Administrativa/ Apoio de Serviços Diversos	Assistente Administrativo 2	16/11/1987	18/02/1998

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos – dados coletados em 30/09/2015).

OFICIAIS DE JUSTIÇA

NOME	CARGO		DATA	
			EXERCÍCIO TRT	NA LOTAÇÃO
Adnaldo Teixeira de Medeiros	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	12/12/1995	13/01/2006
Adriano Carmo Sampaio de Araújo	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	19/01/1993	01/08/2004
Almira Alice Santos Ferreira Dias	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	06/11/1989	06/11/1989
América Aparecida Caldas de Araújo	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	14/08/2007	01/08/2011
Ana Célia de Carvalho Santos	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	18/06/1987	15/04/2015
Ana Cristina Leal Fonseca	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	14/10/1993	14/10/1993
Ana Laura do Amaral Moreira	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	26/10/1992	14/01/1998
Ana Lúcia Santos Gomes da Silva	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	27/02/1989	27/02/1989

Ana Paula Almeida Santos Naglieri	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	03/08/1995	03/08/1995
André Márcio Neves Soares	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	01/07/1996	01/07/1996
Antônio Eduardo Bonadia Albuquerque	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	01/06/1989	01/06/1997
Armindo Olímpio de Souza Júnior	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	06/02/1995	16/07/2012
Bianca Avila de Oliveira	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	04/09/2003	04/09/2003
Caroline de Souza Rego	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	08/05/2009	09/04/2012
Cátia Cristina Silva Soares	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	07/08/1998	07/08/1998
Christiano Lins Passos	Servidor Removido	—	22/04/2008	22/04/2008
Cláudia Mª Duarte Teixeira de Carvalho	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	02/03/1993	28/08/1997
Cleter Antônio Teles Borges de Barros	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	08/02/1995	01/07/1998
David Musse Santos	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	12/12/2007	13/10/2009
Denise Andrade Torres de Araújo	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	29/10/1992	10/12/2012
Denise Botelho Cangussu Gariglio	Servidor Removido	—	01/01/1989	01/01/1989
Dino David Correia Santos	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	15/08/2005	13/10/2005
Edilson Costa Teixeira	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	12/09/1994	12/09/1994
Elizandra Torres Tavares Alcântara	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	02/10/2009	09/01/2012
Emilene Damasceno Costa	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	05/03/2008	04/03/2013

Erica Ribeiro Sakaki Leal	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	01/08/2005	13/10/2005	Luciana Teixeira R Fernandes da Cunha	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	07/01/2013	07/01/2013
Evandro Pereira Nascimento	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	13/10/1992	20/11/2008	Luciano Duarte Teixeira	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	30/11/1987	30/11/1987
Fabrcio Santana Cruz	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	01/06/2006	13/07/2009	Luzmar Carvalho do Bonfim	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	14/04/1992	18/11/2004
Fernanda Pelagatti dos Santos	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	07/08/2009	07/01/2013	Magnólia de Araújo Valverde	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	01/08/1997	01/08/1997
Geysa Maia Mendes	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	05/04/1993	05/04/1993	Maiara de Souza Macedo	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	16/04/2010	18/03/2013
Godofredo Navarro da Silva Neto	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	13/10/2004	12/10/2005	Marcelo Costa Barbosa	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	06/05/2013	06/05/2013
Heriton Castro Lessa	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	09/12/1997	04/10/2005	Marcelo Júlio Lorenzo	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	14/03/2011	29/11/2013
Heve Estrela Ramos	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	09/04/1990	31/10/2005	Marcus Vinícius Souza Vieira	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	13/02/1995	08/08/1996
Igor da Cruz Barbosa	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	10/08/2010	18/03/2013	Maria Alessandra Domingas N. de Brito	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	28/01/2003	17/10/2005
Ivone Pereira da Cruz	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	12/02/1973	12/02/1973	Maria Angelica de A. Silva Pereira	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	22/09/1994	22/09/1994
Jacinto de Figueredo Neto	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	05/04/1993	05/04/1993	Maria da Soledade Campos Vieira	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	29/11/1994	29/11/1994
Jânia Lobão Martinelli de Oliveira	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	29/11/1993	21/11/2005	Maria de Fátima Maia Schindler	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	26/04/1995	29/07/1996
Joelse Carla Oliveira Ferreira Ribeiro	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	27/03/1998	25/03/2003	Marlene de Castro Ferreira Mattos	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	21/03/1988	17/10/2005
Jorge Luiz Fernandes Vieira	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	28/05/1982	28/05/1982	Marlice Reis de Sales	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	15/02/1993	15/02/1993
José Alberto Ribeiro Neves	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	20/09/1983	12/10/2005	Mateus Andrade Gasineo	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	15/09/2003	15/09/2003
José Aparício de Alencar	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	19/08/1996	12/01/2001	Nadja Barreto Cruz Versace	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	03/05/1983	03/05/1983
Júlio Ribeiro Guimarães	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	07/05/1974	07/05/1974	Nilo Cesar Duarte Cathala	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	20/01/1993	20/01/1993
Katia Fialho Simões	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	08/06/1987	09/08/2004	Nina Rosa Rodrigues de Queiroz Matos	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	08/02/2010	08/02/2010
Leandro Maia Alves Dias	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	07/08/2009	12/04/2012	Niura Maria Ribeiro Marinho	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	19/07/1994	19/07/1994
Linus Fábio Lessa Freire	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	03/10/2005	27/08/2007	Olga Maria de Souza Lima	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	03/09/1992	03/09/1992
Livia Maria de Carvalho Nogueira	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	22/02/2013	07/01/2014	Patricia Faro de Aragão	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	10/07/2000	01/10/2007

Perpetua Maria Leal Neves	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	17/10/1995	01/06/2003
Renato André de Farias Juca	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	06/03/1995	01/07/1996
Roberto Luis da Silva Almeida	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	07/01/2008	01/06/2012
Roberto Santos Souza	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	09/02/1983	09/02/1983
Rodrigo Simões Caffé	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	01/06/2009	19/03/2012
Ronaclita Mamedio Leite	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	19/01/1993	20/01/1993
Rosana Queiroz Pereira	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	16/03/1993	01/02/2013
Rosângela Nascimento da Macedo	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	03/04/1995	15/04/1996
Rosinalva Saraiva Ribas de Ornelas	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	07/08/2009	26/03/2012
Rozangela Silva da Gama	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	17/11/1992	22/09/2003
Sara Batista Ribeiro	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	03/10/2005	18/11/2009
Sérgio Liberato de Matos Reis	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	08/05/2009	14/01/2013
Socorro de Maria Mendonça Oliveira	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	15/03/1995	19/01/2001
Vandalice Alcântara Pedreira	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	08/02/1994	13/10/2005
Vanessa Regis Costa Câmara	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	12/01/2006	10/07/2006
Vânia Franca Areas	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	03/10/2005	27/07/2009
Waiman Pinheiro da Silveira	Analista Judiciário / Judiciária / Oficial de Justiça Avaliador Federal	—	03/10/2005	06/04/2009

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos em 30/09/2015)

1.2. AFASTAMENTOS/LICENÇAS (EXCETO FÉRIAS)

Mediante consulta ao Sistema de Recursos Humanos deste Tribunal, constatou-se que, no ano de 2014, os afastamentos/licenças dos servidores do Núcleo de Distribuição de Mandados Oficiais totalizaram **202 (duzentos e dois)** dias, sendo **140 (cento e quarenta)** dias referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS) e **28 (vinte e oito)** a licença maternidade.

No corrente ano, até 30/09/2015, foram registrados **2.063 (dois mil e sessenta e três)** dias de afastamento/licença, sendo **1.031 (mil e trinta e um)** dias referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS) e **75 (setenta e cinco)** dias para licença maternidade. Os demais **957 (novecentos e cinquenta e sete)** dias são relativos a afastamentos por motivos diversos, sendo a maior parte decorrente do movimento paradedista dos servidores federais, iniciado no dia 16 de junho do corrente ano.

1.3. ALTERAÇÕES DO QUADRO DE SERVIDORES

Entre 01/01/2014 e 30/09/2015, a Unidade teve alteração no seu quadro funcional em relação a **10 (dez)** servidores:

SERVIDOR	DATA LOTAÇÃO	DATA SAÍDA
Ana Célia de Carvalho de Santos	15/04/2015	-
Carlos Eduardo Nascimento de Almeida	08/01/2015	-
Maria Christina de Carvalho Silva	01/07/2015	-
Maria das Graças Ribeiro Santana	26/01/2015	-
Maria Luíza Alvarez Hereda	07/01/2015	-
Áurea Gonçalves Vianna	06/02/2015	12/07/2015
José Jesse Nascimento Borges	31/08/1994	07/01/2015
Liny Reylla de Moura Carneiro Pedrosa	07/11/2011	10/08/2015
Maria Auxiliadora Granja C. Coelho	05/07/2004	06/02/2015
Patrícia Miranda de Aquino Castro	01/03/2015	17/08/2015

1.4. FREQUÊNCIA MENSAL

A frequência mensal de todos os Servidores da Unidade, relativa ao mês de setembro de 2015, foi encaminhada à Coordenadoria Administrativa de Pessoas em 01/10/2015.

2. ATIVIDADES

A Diretora da Coordenadoria de Execução e Expropriação destacou as seguintes atividades desenvolvidas no Núcleo de Distribuição de Mandados Oficiais: **a)** recebimento, conferência dos expedientes físicos encaminhados para cumprimento pelas diversas Unidades do Regional; **b)** zoneamento, cadastramento no SAMP e distribuição aos Oficiais de Justiça dos expedientes físicos recebidos; **c)** cumprimento pelos Oficiais de Justiça de todos os expedientes encaminhados pelas Unidades Judiciárias e Administrativas do Regional; **d)** digitalização e devolução no SAMP de todos os expedientes cumpridos pelos Oficiais de Justiça da Capital; **e)** atendimento ao público interno e externo, prestando informações acerca do cumprimento dos expedientes; **f)** resposta por e-mail e malote digital de todas as solicitações feitas à unidade; **g)** mapear e definir as áreas de atuação dos Oficiais de Justiça, buscando a distribuição equitativa do trabalho; **h)** gerenciar semanalmente os mapas de diligências dos Oficiais de Justiça da Capital, para controle dos prazos; **i)** registro mensal da frequência dos servidores e estagiários; **e, j)** registro mensal da indenização de transportes dos Oficiais de Justiça da Capital.

3. PRODUTIVIDADE

Conforme vistoria da Unidade e relatórios encaminhados pela Diretora da Coordenadoria de Execução e Expropriação, no ano de 2014, foram recebidos **51.878 (cinquenta e um mil, oitocentos e setenta e oito)** mandados, e devolvidos **52.137 (cinquenta e dois mil, cento e trinta e sete)** mandados.

Em 2015, até 30 de setembro, foram recebidos **20.728 (vinte mil, setecentos e vinte e oito)** mandados, e devolvidos **19.570 (dezenove mil, quinhentos e setenta)**, restando **1.158 (mil, cento e cinquenta e oito)**, que se encontravam pendentes de cumprimento.

Constatou-se um saldo do ano de 2013 para 2014 de **3.475 (três mil, quatrocentos e setenta e cinco)** mandados, e, de 2014 para 2015, de **666 (seiscentos e sessenta e seis)** mandados.

No período de **01/01/2014 a 31/12/2014**, foram recebidos **51.712 (cinquenta e um mil setecentos e doze)** mandados executórios, dos quais **27.744 (vinte e sete mil setecentos e quarenta e quatro)** cumpridos com certidão positiva, e **166 (cento e sessenta e seis)** não executórios, com êxito no cumprimento de **103 (cento e três)**.

No atual exercício, até o dia **30/09/2015**, foram recebidos **20.003 (vinte mil e três)** mandados executórios, dos quais **10.564 (dez mil quinhentos e sessenta e quatro)** cumpridos com certidão positiva, e **57 (cinquenta e sete)** não executórios, com êxito no cumprimento de **34 (trinta e quatro)**.

Além disso, foram identificados **2.784 (dois mil setecentos e oitenta e quatro)** Mandados/Expedientes pendentes de cumprimento em poder dos Oficiais de Justiça.

Saliente-se que, embora relatórios extraídos do Sistema de Acompanhamento e Movimentação Processual – SAMP apontem diversos atrasos no cumprimento de Mandados/Expedientes pelos Oficiais de Justiça, estes não serão considerados pela Vice Corregedora, em decorrência do exíguo período.

Ao tempo em que solicita aos Senhores Oficiais de Justiça uma maior diligência no cumprimento de suas obrigações funcionais, a fim de não macular o princípio da celeridade processual que norteia o processo trabalhista.

Outrossim, através dos Ofícios da CEE nº 375/2014 e 392/2014 de 27/10/2014, foi comunicado à Presidência do TRT o atraso constante no cumprimento de mandados e expedientes, em relação aos Oficiais de Justiça a seguir indicados.

OFICIAL DE JUSTIÇA	MATRÍCULA
Godofredo Navarro da Silva Neto	05121-9
Roberto Luiz da Silva Almeida	05632-6
Fabrizio Santana Cruz	05473-8
Cátia Cristina Silva Soares	04592-8
Vandalice Alcântara Pedreira	03651-1
José Alberto Ribeiro Neves	01092-0
Denise Andrade Torres de Araújo	02988-4

Destes, quatro oficiais de Justiça indicados nos aludidos Ofícios continuam a ferir o princípio de celeridade processual que norteia esta Especializada. Tomando como base o mês de agosto/2015, permaneciam com pendências: Godofredo Navarro da Silva Neto – 05 (cinco) mandados, 66 (sessenta e seis) dias de atraso; Roberto Luiz da Silva Almeida – 03 (três) mandados, 19 (dezenove) dias de atraso; Fabrício Santana Cruz – 06 (seis) mandados – 14 (catorze) dias de atraso; e, Denise Andrade Torres de Araújo – 06 (seis) mandados, 216 (duzentos e dezesseis) dias.

Verifica-se, no entanto, que os dados enviados do SAMP, com data de 20/10/2015, demonstram a inexistência de Mandados/Expedientes com prazos vencidos em mãos dos Oficiais acima citados.

Deverá a Secretaria da Vice-Corregedoria expedir ofícios ao Corregedor e Presidente do TRT comunicando tais fatos, pois, no desempenho de suas funções, os citados oficiais ferem o princípio da celeridade processual que norteia nossa especializada, causando prejuízo às partes e à imagem da Instituição perante os jurisdicionados.

Além destes dados relativos a constantes atrasos, constata-se ainda com base nas relações extraídas do SAMP – Sistema de Acompanhamento e Movimentação Processual, no dia 30/09/2015, que também estão com Mandados e Expedientes sem cumprimento os Oficiais de Justiça: Olga Maria de Souza Lima; Nadja Barreto Cruz Marcelo Costa Barbosa; Antônio Eduardo Bonadia Albuquerque; Bianca Ávila de Oliveira – mandado de remoção de 07/05/2015; América Aparecida Caldas de Araújo – mandado de remoção 03/06/2015; e, Cátia Cristina Silva Soares – mandado de remoção de 05/06/2015.

Vale ressaltar que os Oficiais de Justiça Magnólia de Araújo Valverde e Nilo Cezar Duarte Cathalá permaneceram com Mandados de Penhora e Remoção recebidos, respectivamente, em 05/11/2014 e cumprido em 11/09/2015 e, 27/01/2015, cumprido em 28/09/2015.

Bem assim, saliente-se que muitos Oficiais que estavam em atraso, no mês de agosto, conseguiram cumprir as diligências atrasadas e ficaram regulares no mês de setembro.

Contudo, no decorrer do mês de outubro de 2015, constatou-se que vários Oficiais estão com pequenos atrasos no cumprimento dos Mandados/Expedientes, razão pela qual, determina-se que os cumpram no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir de 27/10/2015, com a imediata comunicação à Vice-Corregedoria Regional.

Diante da situação relatada, com evidente demora na execução das atribuições pelos Senhores Oficiais de Justiça, determina-se que a Diretora da Coordenadoria de Execução e Expropriação elabore relatório mensal indicando os Mandados/Expedientes cumpridos e que se encontram fora do prazo para cumprimento, relacionando-os ao Oficial responsável, e submeta tal documento à Exma. Juíza Coordenadora da Coordenadoria de Execução e Expropriação.

3. DIVISÃO TERRITORIAL DA UNIDADE PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

A Jurisdição é composta pelos Municípios de Salvador e o de Lauro de Freitas. (Criação 1ª e 2ª VARA -: Decreto nº 6596, de 12.12.40; 3ª VARA: Lei nº 409, de 25.09.48 ;4ª e 5ª VARA: Lei nº 3409, de 18.12.58 6ª VARA: Lei nº 4124, de 27.08.62;7ª VARA: Lei nº 5593, de 16.07.70; 8ª,9ª e 10ª VARA: Lei nº 5643, de 10.12.70;11ª VARA: Lei nº 6563, de 19.09.78;12ª VARA: Lei nº 7471, de 30.04.86;13ª, 14ª e 15ª VARA: Lei nº 7729, de 16.01.89;16ª a 25ª VARA: Lei nº 8432, de 11.06.92; 26ª a 39ª VARA: Lei nº 10.770, de 21.11.2003).

Foi Informado pela Coordenadoria do Núcleo de Distribuição de Mandados Oficiais que: **1)** O prazo médio para cumprimento das diligências pelos Oficiais de Justiça é de **15 (quinze) dias úteis**; **2)** O prazo médio para distribuição dos mandados/expedientes físicos é de **02 (dois) dias**, conforme artigo 51, § 2º do Provimento GP/CR 10/2015*; e **3)** Os mandados são distribuídos em 24 zonas, com 03 (três) ou 04 (quatro) Oficiais de Justiça em cada zona.

*Obs: Nos processos eletrônicos, ressalte-se que a distribuição é automática.

4. INFORMAÇÕES DO BIÊNIO 2013/2015

Segundo relatório encaminhado através do Ofício CEE nº 648/2015,

acerca das atividades desenvolvidas na Coordenadoria de Execução e Expropriação no biênio 2013/2015, a Juíza Coordenadora e o Juiz Auxiliar deram continuidade “à atividade de acompanhamento e orientação do trabalho executado pelos oficiais de justiça da Capital, estabelecendo uma parceria com a Escola Judicial para a realização de cursos de capacitação e encontros de integração entre oficiais de justiça e diretores de secretaria, sobretudo no interior do Estado, colhendo desses encontros sugestões que foram contempladas no Provimento Conjunto GP/GCR nº 10/2015”.

Salientaram que “a norma define posturas a serem adotadas por oficiais de justiça e diretores de secretaria buscando facilitar o cumprimento dos mandados e estimular o maior aproveitamento possível dos atos realizados e reduzir o retrabalho”.

Acrescentaram que os oficiais de justiça “passaram a fotografar os bens penhorados, fotografia esta que passa a ilustrar os leilões judiciais”, tendo sido “incrementadas ações de remoção de bens penhorados como expediente para facilitar sua alienação antecipada ou estimular o cumprimento voluntário e imediato da obrigação definida na sentença, dentre outras medidas”.

5. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA

A Diretora da Coordenadoria não relatou pendências junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, nem junto à Secretaria da Administração.

6. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

A Diretora da Coordenadoria de Execução e Expropriação assevera a necessidade de aumento do número de aparelhos de scanner, com o intuito de atender demandas decorrentes da implantação do PJE e do sistema e-Samp em todo o Regional.

Informou, ainda, a necessidade de liberação das travas de segurança da internet das máquinas da Sala dos Oficiais de Justiça, “com intuito de desenvolver as pesquisas de uma maneira mais eficaz”.

V.III – NÚCLEO DE APOIO À EXECUÇÃO E PESQUISA PATRIMONIAL

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1. LOTAÇÃO

A servidora LÍLIA MARIA SAMPAIO SANTANA exerce a função de Chefe de Núcleo do Núcleo de Apoio à Execução e Pesquisa Patrimonial desde 19/03/2012. O Núcleo tem a lotação de **06 (seis)** servidores, conforme discriminado no quadro abaixo:

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	DATA	
			EXERCÍCIO TRT	NA LOTAÇÃO
Bruno Braga Correia	Analista Judiciário/Judiciária	—	25/07/2013	12/01/2015
Cristiana Almeida de Sousa	Técnico Judiciário/Administrativa	Assistente Administrativo 2	15/08/2005	22/10/2014*
Edimário Bispo Silva	Técnico Judiciário/Administrativa	Assistente Administrativo 3	29/10/1993	10/11/2011
Giovanna Grassi Sacramento Guimarães	Técnico Judiciário/Administrativa	Assistente Administrativo 3	07/11/1994	13/08/2012
Líliã Maria Sampaio Santana	Analista Judiciário/Administrativa	Chefe de Núcleo	24/11/1997	13/08/2012
Maria Adriana Dauto Brito Tenório de Oliveira	Analista Judiciário/Judiciária	Assistente Administrativo 2	05/03/2012	13/08/2012

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos em 30/09/2015. As datas de lotações consignadas referem-se ao início das atividades dos servidores no Núcleo de Inteligência, antiga nomenclatura do setor em foco).

*A servidora Cristiana Almeida de Sousa está lotada no Núcleo de Distribuição de Mandados Oficiais, porém atua no Núcleo de Apoio à Execução e Pesquisa Patrimonial.

Obs.: A chefe de Núcleo informou que há uma vaga sem preenchimento, pois, em 19/12/2012, a servidora Elisabeth Paulina Franco Gealh foi removida para o TRT da 9ª Região.

1.2. AFASTAMENTOS/LICENÇAS (EXCETO FÉRIAS)

Mediante consulta ao Sistema de Recursos Humanos deste Tribunal, constatou-se que, no ano de 2014, os afastamentos/licenças dos Servidores do Núcleo totalizaram **52 (cinquenta e dois)** dias, sendo **32 (trinta e dois)** dias referentes a licenças para tratamento de saúde (LTS).

No corrente ano, até 30/09/2015, **não** foram registrados licenças/afastamentos.

1.3. ALTERAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES

Entre 01/01/2014 a 30/09/2015, a Unidade teve alteração no seu quadro funcional em relação a **02 (dois)** servidores.

SERVIDOR	DATA LOTAÇÃO	DATA SAÍDA
Alan Augusto Dacachi Bichara	13/08/2012	30/11/2014
Bruno Braga Correia	12/01/2015	

(fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos em 30/09/2015)

1.4. FREQUÊNCIA MENSAL

A frequência mensal de todos os Servidores da Unidade, relativa ao mês de setembro, foi encaminhada à Coordenadoria Administrativa de Pessoas em 01/10/2015.

2. ATIVIDADES

Atualmente, conforme relatado pela Chefe do Núcleo, as principais atividades desenvolvidas pela Unidade são: **a)** propor e gerenciar convênios e parcerias entre instituições públicas e privadas, como fonte de informação de dados cadastrais ou cooperação técnica, que facilitem e auxiliem a execução dos feitos; **b)** planejar, coordenar, executar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades relacionadas com a produção de conhecimentos; **c)** prestar informação, quando solicitada pelas Unidades Judiciárias, acerca da mudança de endereços dos grandes devedores, inclusive quanto à localização de bens; **d)** promover a busca de bens que possam garantir a execução; **e)** receptionar e examinar denúncias, sugestões e propostas para realização de diligências, análise de fraudes e investigação de outros ilícitos, sem prejuízo da competência das Varas; **f)** convocar executantes de mandados para coleta de dados e diligências de inteligência; **g)** elaborar estudos sobre técnicas de pesquisa, investigação e avaliação de dados, bem como sobre mecanismos e procedimentos de prevenção, obstrução, detecção e de neutralização de fraudes à execução; **h)** produzir relatórios circunstanciados dos resultados obtidos com ações de pesquisa e investigação; **i)** formar bancos de dados das atividades desempenhadas e seus resultados; e **f)** exercer outras atividades inerentes à sua finalidade.

Além disso, a Chefe de Núcleo informou que as principais demandas atendidas pelo Núcleo são: **a)** pesquisa patrimonial dos grandes devedores da 5ª Região, unificados num mesmo devedor ou grupo econômico, previamente determinado pelos Juízes que compõem a Coordenadoria de Execução e Expropriação; **b)** pesquisas sobre o endereço atualizado de pessoas físicas e jurídicas para o Núcleo de Hastas Públicas, quando é necessária localização e a reavaliação de bens; **c)** localização de depositários, de partes dos processos em fase de execução, pesquisa da composição societária de empresas e do CNPJ ou CPF das partes litigantes nos feitos; **d)** pesquisa de endereço de reclamantes com créditos pendentes de recebimento, dados de partes auxiliares no processo como depositários, arrematantes, peritos e testemunhas; **e)** apoio aos Oficiais de Justiça, com a pesquisa de dados de veículos para penhora, entre outros; e, **f)** eventualmente, apoio a outras unidades judiciárias, como Gabinetes de Desembargadores e Presidência, para pesquisa de algum dado referente a processo que tramita na primeira instância, bem como informações solicitadas para processos de sindicância e por outros órgãos públicos federais.

Salientou, ainda, que com a publicação do referido Provimento GP nº 10/2015 “os servidores do NAE continuaram com as mesmas tarefas, em menor escala, uma vez que a demanda de pesquisa por e-mail, por malote digital e por ofício foi reduzida a menos da metade. Somado às respostas aos e-mails, aos malotes digitais e aos ofícios, os servidores iniciaram pesquisas mais detalhadas e mais aprofundadas referentes aos grandes devedores do Estado da Bahia.

Nesta reestruturação das tarefas, duas servidores são responsáveis por realizar as pesquisas dos dados nos convênios e os outros quatro são responsáveis por elaborar um relatório de pesquisa patrimonial minuciosa de cada grupo econômico pesquisado.

Inicialmente, os servidores montam um panorama geral das empresas do grupo, a fim de verificar quais sócios participam de cada empresa, os administradores e qual a sua rede familiar. A partir destes dados, começa a tarefa de esmiuçar as contas e o patrimônio tanto do grupo, quanto de cada sócio e de seus familiares”.

Importante destacar que, em outubro de 2014, foi celebrado o convênio para uso da ferramenta SIMBA – SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO DE MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS com o TST, e em 19/12/2014 foi realizada a primeira pesquisa no âmbito do TRT 5ª Região com o SIMBA.

3. PRODUTIVIDADE

O Núcleo não recebe processos desde 01/05/2011 e mandados desde 02/08/2012.

Foi explanado pela Chefe de Núcleo que, na atualidade, apenas eventualmente são enviados processos e mandados para análise e esclarecimentos, geralmente a pedido de algum Magistrado ou Desembargador.

Em 2015, entre os dias 07/01/2015 e 30/09/2015, o setor respondeu a pedidos de pesquisa de endereços, busca de CNPJ/CPF e pedido de avaliação de patrimônio, num total de 5 Malotes Digitais, 2 Ofícios e 53 e-mails.

Assegurou que, no período de 01/01/2014 a 30/09/2015, o prazo médio para respostas solicitadas através de e-mails, de malotes digitais e de ofícios é de 48 horas, “*valendo ressaltar que as pesquisas provenientes do Núcleo de Hastas Públicas são mais complexas, visto que são tanto para cadastro no BANCO NACIONAL DE DEVEDORES TRABALHISTAS quanto para localizar endereços e outros dados importantes para a execução*”.

Ademais, tratando-se de demandas dos juízes da Coordenadoria de Execução e Expropriação quanto a “*pesquisa patrimonial dos grandes devedores trabalhistas, o tempo médio de elaboração do relatório depende da complexidade e do número de empresas integrantes do grupo econômico a ser pesquisado, podendo variar de 90 (noventa) a 150 (cento e cinquenta) dias*”.

4. INFORMAÇÕES DO BIÊNIO 2013/2015

Consoante termos do Ofício CEE nº 648/2015, até o ano de 2013, “o NAE realizava, predominantemente, ações de pesquisa de endereços dos devedores por solicitação das varas do trabalho e traçado das vinculações econômicas eventualmente existentes entre os grandes devedores do Regional e empresas ou pessoas físicas não inseridas no polo passivo das execuções, condensando-os em relatórios mantidos no setor”.

Para tanto, contava com o subsídio de convênios, alguns exclusivos, outros comuns às varas do trabalho, quais sejam: SSP (Secretaria de Segurança Pública); ASSECC do Brasil (MMD Mailing Informações Cadastrais LTDA – EPP); COELBA (Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia); JUCEB (Junta Comercial da Bahia); SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados); RENAJUD (Restrições Judiciais de Veículos Automotores); CCS (Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional); BACEN (BANCO CENTRAL); e INFOJUD (SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO JUDICIÁRIO).

“*No biênio 2013/2015 ampliaram-se as ações, direcionando-as, também, para a pesquisa patrimonial dos grandes devedores com o objetivo de aplicação das informações obtidas nos processos em curso nas varas do trabalho da Capital ou Interior. Também foram os relatórios de pesquisa direcionados para a identificação dos grupos econômicos, sócios responsáveis, sejam os formais ou os “laranjas”, prática de atos de alienação de bens em fraude à execução, dentre outros aspectos relevantes e essenciais para a caracterização da responsabilidade de terceiros não inseridos no polo passivo das execuções em curso.*”

As informações essenciais ao cumprimento desses objetivos são obtidas por expedição de ofício aos diversos órgãos, com destaque para ofícios de registro imobiliário, pelos convênios anteriormente existentes e, principalmente, a partir de **novos convênios** contratados diretamente pelo TRT ou disponibilizados pelo TST, de modo que, atualmente estão disponíveis os seguintes convênios: SIMBA (SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA); CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS – CNIB; COAF (CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS); GENSEC (CENTRAL NOTARIAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS COMPARTILHADOS); ANAC (SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL); 5- SIEL – SISTEMA DE INFORMAÇÕES ELEITORAIS TRE/BA”.

Foi relatado, ainda, o andamento da contratação dos seguintes convênios: INCRÁ; PROCOP; CONVÊNIO COBRA CONTRAPARTIDA REMUNERATÓRIA; CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais; e CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

Destes convênios, também as varas do trabalho têm acesso ilimitado, seja por intermédio

do Magistrado, seja também por acesso disponível para Diretores de secretaria e demais

servidores, aos seguintes convênios: SIMBA, CNIB, SIEL.

Importante salientar duas complexas investigações realizadas pelo Núcleo durante o biênio, sob a coordenação dos Juízes e que culminaram na instauração de procedimento de penhora unificada contra dois grandes devedores: Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC e Plascalp Produtos Cirúrgicos Ltda.

5. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DO NÚCLEO

A Chefe do Núcleo relatou pendências junto à Secretarias de Tecnologia da Informação e Comunicações e à Secretaria de Administração: **a)** solicitação à Secretaria Administrativa de reforma da sala dos calculistas

no 11º andar para mudança do espaço físico do Núcleo do 8º andar para o referido local; b) solicitação ao Grupo de Segurança da Informação do TRT 5ª Região que todas as máquinas do setor sejam liberadas das travas de segurança da internet com o intuito de desenvolver as pesquisas de uma maneira mais eficaz; e, c) solicitação à Diretoria Geral de manutenção/renovação da licença de uso do grupo de pacotes de softwares Microsoft Office para emprego na Unidade, principalmente no que se refere ao editor de texto Word.

6. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

A Chefe de Núcleo **nada** relatou.

V.IV – JUÍZO DE CONCILIAÇÃO DE EXECUÇÃO

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

De acordo com as informações prestadas pela Diretora da Coordenadoria de Execução e Expropriação, não existem servidores lotados especificamente nesta Unidade, sendo os trabalhos desenvolvidos por servidores do Núcleo de Hastas Públicas. Por tal motivo, não serão registrados, neste tópico, dados atinentes a lotação, afastamentos/licenças (exceto férias) e alterações no quadro de servidores da Unidade, bem assim quanto à frequência mensal e condições de infraestrutura.

2. ATIVIDADES E INFORMAÇÕES DO BIÊNIO 2013/2015

O Juízo de Conciliação e Execução foi instituído experimentalmente desde o início do biênio 2013/2015 e regulado no Provimento Conjunto GP/GCR nº 10/2015.

O Ofício CEE 648/2015, encaminhado pela Coordenadoria de Execução e Expropriação, relatou as atividades desenvolvidas no Juízo, destacando que “audiências de conciliação de processos de execução passaram a ser realizadas quase que diariamente em Salvador e, periodicamente, em Varas do Trabalho do Interior do Estado, ocasião em que um dos Juízes da Coordenadoria se deslocava para a respectiva cidade, acompanhado de um secretário de audiência lotado Núcleo de Hastas Públicas. Nessas ações os processos são selecionados pelos servidores da Vara atendida pelo Plano Regional de Conciliação atendendo a critérios objetivos previamente definidos, cabendo também às Varas a designação das pautas e cumprimento das respectivas notificações. Com essa atividade, além de se intentar impulsionar as execuções com o estímulo à conciliação, experimentou-se, com êxito, ações de cooperação institucional entre Juízes e servidores do interior e a Coordenadoria de Execução e Expropriação”.

Ademais, “no período entre fevereiro de 2014 a maio de 2015 os juízes da Coordenadoria de Execução, que também integram o Núcleo Permanente de Solução de Conflitos, realizaram dezoito viagens a dez cidades do interior do Estado, quais sejam: Eunápolis (cinco oportunidades), Barreiras (duas oportunidades), Juazeiro (duas oportunidades), Teixeira de Freitas (duas oportunidades), Itabuna (duas oportunidades), e mais Porto Seguro, Jequié, Alagoinhas, Ilhéus, Vitória da Conquista (uma oportunidade cada), para realização de audiências de tentativa de conciliação, sob a Presidência dos Magistrados Dr. Júlio César Massa Oliveira, Dr. Ivo Daniel Póvoas de Souza, Dra. Ana Paola Diniz, Dra. Maria de Fátima Seixas”, cujos resultados seguem discriminados:

Quantidade de audiências realizadas	2.108
Quantidade de processos conciliados	969
Quantidade de partes envolvidas nas conciliações	2.233
Total de valores incontroversos liberados	R\$ 186.500,65
Valor total das conciliações	R\$ 13.729.694,29

Na capital, no período de 01/01/2014 a 30/09/2015, os dados obtidos com a realização de audiências de conciliação são os seguintes:

PERÍODO	2014	2015 (até 30/09)
Quantidade de audiências realizadas	2.126	734
Quantidade de acordos homologados	235	179
Valor total das conciliações	R\$ 4.916.779,99	R\$ 4.708.769,61

3. PLANO REGIONAL DE CONCILIAÇÃO

Conforme informações prestadas pelo Chefe de Núcleo, Carlos Eduardo Nascimento de Almeida, nos anos de 2014 e 2015 não ocorreram

audiências pela Vara Itinerante sob a Coordenação da Coordenadoria de Execução e Expropriação.

Os dados da tabela a seguir correspondem às audiências de conciliação ocorridas nas Varas do interior pelo Plano Regional de Conciliação, no período de 01/01/2014 a 30/09/2015:

PERÍODO	2014	2015 (até 30/09)
Quantidade de audiências realizadas	1.632	476
Quantidade de processos conciliados	674	195
Quantidade de processos arquivados	—	—
Quantidade de adiamentos	68	6
Quantidade de processos conclusos para julgamento	—	—
Quantidade de desistências homologadas	—	—
Quantidade de processos retirados de pauta	—	—
Quantidade de cartas precatórias cumpridas e devolvidas	—	—
Quantidade de diligências a cumprir	—	—
Quantidade de partes envolvidas nas conciliações	1.743	490
Valor total das conciliações	R\$ 11.328.197,89	R\$ 2.401.496,40

4. SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, CRÍTICAS E ELOGIOS

O Chefe de Núcleo assegurou que os problemas encontrados com a utilização dos sistemas SAMP e PJE, relatados no tópico ‘2’, item ‘2.7’ afetam diretamente o Juízo de Conciliação de Execução.

V.V – NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

De acordo com as informações prestadas pela Diretora da Coordenadoria de Execução e Expropriação, não existem servidores lotados nesta Unidade, especificamente, sendo as atividades desenvolvidas por servidores do Núcleo de Hastas Públicas – artigos 96 a 100 do Provimento GC nº 10/2015. Por tal motivo, não serão registrados, neste tópico, dados atinentes a lotação, afastamentos/licenças (exceto férias) e alterações no quadro de servidores da Unidade, bem assim quanto à frequência mensal.

VI – RECOMENDAÇÕES

I – Recomenda-se que os Senhores Oficiais de Justiça quando da devolução dos mandados e expedientes cumpridos ou não, verifiquem suas certidões que devem estar circunstanciadas, constando hora e local de cumprimento, qualificação completa da citada, depositária, descrição integral dos bens objeto de penhora, a fim de evitar a devolução pela Vara do Trabalho para cumprimento de forma integral e correta, não ensejando retardo na fase de execução.

VII – AUDIÊNCIAS/RECLAMAÇÕES

Não houve comparecimento de partes, advogados ou interessados.

VIII – OUVIDORIA

Segundo informações da Coordenadoria da Ouvidoria, **não** existem manifestações envolvendo as Unidades.

IX – CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora em companhia de sua equipe correcional, compareceu às Unidades, realizando uma breve visita de inspeção às instalações do Fórum Juiz Antônio Carlos Araújo

de Oliveira, bem como às coordenadorias e setores, sob correição.

X – DETERMINAÇÕES PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES

I – Determina-se que a Diretora da Coordenadoria de Execução e Expropriação elabore relatórios mensais de cumprimentos/atrasos dos Mandados/Expedientes pelos Senhores Oficiais de Justiça, relacionando-os e submetendo tais relatórios à Exma. Juíza Coordenadora da Coordenadoria de Execução e Expropriação

II – Determina-se que a MM. Juíza Coordenadora da Execução e Expropriação publique mensalmente relatório estatístico de cumprimentos/atrasos dos Mandados/Expedientes pelos Senhores dos Oficiais de Justiça, informando, com a mesma periodicidade, ao MM. Desembargador Presidente do e. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, para a adoção das providências cabíveis.

III – Determina-se que os Senhores Oficiais de Justiça cumpram, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir de 27/10/2015, os Mandados/Expedientes em atraso, com a imediata comunicação à Vice-Corregedoria Regional.

IV- Determina-se que sejam digitalizados e distribuídos 08 (oito) processos remanescentes, a partir de 27/10/2015, pelo Núcleo de Informação e Atendimento Processual, com a imediata comunicação à Vice-Corregedoria Regional.

XI – DETERMINAÇÕES PARA A SECRETARIA DA VICE-CORREGEDORIA

Encaminhe-se cópia desta Ata à Corregedoria e Presidência deste Tribunal, inclusive para ciência acerca das queixas (especialmente quanto ao excessivo calor a que estão submetidos os servidores que trabalham no andar térreo do Edifício Góes Calmon, em virtude do mau funcionamento da central de ar-condicionado, chegando a atingir a temperatura de 35°C no verão), solicitações pendentes, e sugestões aqui registradas. Bem como para adoção das providências cabíveis de referência aos atrasos dos Oficiais de Justiça no cumprimento dos Mandados/Expedientes e ciência das solicitações feitas pelo Núcleo de Distribuição de Mandados Oficiais e Núcleo de Apoio à Execução e Pesquisa Patrimonial para acesso irrestrito às informações, nas pesquisas realizadas via internet.

XII – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser registrado, Sua Excelência determinou o encerramento dos trabalhos correccionais no dia 23 de outubro de 2015, agradecendo a presença, a acolhida e a colaboração de todos os servidores das Unidades. Entregue, neste momento, cópia da Ata para ciência do Exmo. Juiz Diretor do Fórum, Dr. Luiz Augusto Medrado Sampaio, da Juíza Coordenadora da Coordenadoria de Execução e Expropriação, Dra. Ana Paola Santos Machado Diniz, do Chefe do Núcleo de Administração do Fórum das Varas da Capital, da Diretora da Secretaria de Coordenação Judiciária de Primeira Instância, da Diretora da Coordenadoria de Execução e Expropriação, e do Diretor da Coordenadoria de Atendimento ao Público, para cumprimento das determinações/recomendações aqui contidas. E, para constar, eu, VALDSON LUIS MENEZES DE OLIVEIRA, Chefe de Núcleo da Vice Corregedoria, lavrei a presente Ata, que depois de lida vai assinada por mim, e pela Exma. Desembargadora do Trabalho, YARA RIBEIRO DIAS TRINDADE, Vice-Corregedora Regional da Justiça do Trabalho da Quinta Região. Publique-se.

(assinado no original)

YARA RIBEIRO DIAS TRINDADE
Desembargadora do Trabalho
Vice-Corregedora Regional

(assinado no original)

VALDSON LUIS MENEZES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria Regional

Diretoria Geral

RETIRATIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Da publicação constante do Diário Oficial deste Regional, datado de 14/08/2015, páginas 08/16, retiratificam-se os termos para fazer constar:

No dia 04 do mês de agosto de 2015, no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – Bahia, são registrados os preços da(s) empresa(s) abaixo identificada(s), para **eventual aquisição de sinalização, confeccionadas em placas de Poliestireno expandido de 3,0mm adesivadas com impressão digital (Lote 1) e em placas de PVC rígido de 2,0mm, não inflamável e auto extingüível, impressão serigráfica com tintas de boa qualidade resistentes aos raios UV (Lote 2), de acordo com arquivos e necessidades a serem apresentados por este TRT5 para os Edifícios: Presidente Médici, Ministro Coqueijo Costa e Juiz Antônio Carlos A. de Oliveira e TRT7**, conforme descrito no quadro abaixo, resultante do Pregão Eletrônico nº 0108/2014, pelo Sistema de Registro de Preços. As especificações técnicas constantes do processo administrativo 09.53.14.0397-35, assim como os termos da proposta, integram esta ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

O presente Registro de Preços terá vigência de 12 meses a contar de **14 de agosto de 2015**.

Lote	Item	Descrição	Unidade de Medida	Quant TRT5	Valor TRT5	Valor TRT7	Total (R\$)	Limite de adesão
1	1	Placas em poliestireno expandido de alto impacto, na espessura de 3,0 mm, com aplicação de vinil adesivo com impressão digital fixadas com fita de silicone adesiva tipo dupla face	m2	450	110,00		49.500,00	2250
1	2	Impressão digital em vinil adesivo com fornecimento e instalação	m2	300	51,65		15.945,00	1500
VALOR LOTE 1 (R\$)							64.995,00	

Empresa vencedora: I-9 REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 06.092.221/0001-13
Endereço: Av. Estados Unidos, 09, Ed. Visconde de Cayru, sala 906, Comércio, Salvador/BA, 40.010-020

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por Órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e Órgãos participantes, independente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

Os materiais deverão ser entregues no **prazo máximo de 15 dias consecutivos**, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

Prazo para substituição dos produtos: **10 dias consecutivos**, contados a partir do recebimento da notificação pela Adjudicatária.

Garantia mínima: a) 01 (um) ano para os produtos do LOTE 1;
b) 05 (cinco) anos para as placas do LOTE 2;
c) 01 (um) ano para a Luminária autônoma média do LOTE 2.
Salvador – Ba, 04 de Agosto de 2015.

TARCÍSIO FILGUEIRAS
Diretor-Geral do TRT 5ª Região

Samir Martins dos Reis
Representante Legal
I-9 Representação e Comércio Ltda

Maurício Borba
Secretaria de Administração

ANEXO DA ATA**CADASTRO RESERVA**

(Decreto 7.892/13, alterado pelo Decreto 8.250/2014):

CADASTRO RESERVA (Decreto 7.892/13, art. 10 e seguintes):

Empresa 1:
 CNPJ:
 Endereço:
 Telefone: (.....)
 Fax: (.....)

Empresa 2:
 CNPJ:
 Endereço:
 Telefone: (.....)
 Fax: (.....)

AVISO DE LICITAÇÃO - TRT da 5ª Região – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 054/2015 - Tornamos público, para conhecimento dos interessados, que, no dia 10 de novembro de 2015, às 14 horas (horário de Brasília), será realizada a sessão de abertura da seguinte licitação: Processo nº 6915/2015, cujo objeto é Registro de Preço para eventual aquisição de cartões pré-impressos. LOCAL: Ambiente eletrônico no sítio da internet www.licitacoes-e.com.br, provido pelo Banco do Brasil S/A. EDITAL: Disponível no mesmo endereço eletrônico. Salvador, 23 de outubro de 2015. JULIA R. C. REIS – Pregoeira.

PORTARIA DG Nº 076/2015, 23 de outubro de 2015.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 4º, do Ato TRT5 nº 210/2014, e no art. 67, da Lei nº 8.666/93, resolve:

Art. 1º Designar os servidores **MARCO ANTÔNIO COSTA SIMÕES**, matrícula nº **6240-7**, e **CARLOS ANDRÉ REIMÃO DE SOUSA CALDAS**, matrícula nº **6278-4**, ambos lotados na **Coordenadoria de Tecnologia e Logística**, para atuarem, respectivamente, como **fiscais técnico e administrativo** do contrato, objeto do **PROAD Nº 6027/2015**, firmado com a empresa **MÓDULOS SECURITY SOLUTIONS S/A**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

TARCÍSIO FILGUEIRAS
 Diretor-Geral do TRT 5ª Região

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO: PROAD 3932/2015 PREGÃO ELETRÔNICO: 038/2015. OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de açúcar cristal. Autoridade Homologadora: Tarcísio Filgueiras – Diretor-Geral. Empresa vencedora: COMERCIAL SUPER PREÇOS ON LINE LTDA – ME, Preço Unitário: R\$2,15. Preço Total: R\$15.050,00

Secretaria de Gestão de Pessoas**PORTARIAS****SUBSTITUIÇÃO**

0760/2015-ROBERTO CESAR MASSENA DE ANDRADE-RISANE DE BARROSAGUIAR-NÚCLEO DE ACESSORAMENTO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE ACESSORAMENTO JURÍDICO-FC05 CHEFE DE NÚCLEO-13/10/2015 a 27/10/2015 (Processo PROAD: 9303/2015).

0761/2015-DANIELLE GONCALVES GONCALVES-ANTONIO JOSE SOUZA GOES-01ª VARA DO TRABALHO DE SIMÕES FILHO-CJ03 DIRETOR DE SECRETARIA-13/10/2015 a 27/10/2015 (Processo PROAD: 9027/2015).

0762/2015-LUCIRLEI MACIEL ALEXANDRE-JACQUELINE PRADO M SANTOS CARVALHO-01ª VARA DO TRABALHO DE ITABUNA-FC04 SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA-13/10/2015 a 01/11/2015 (Processo PROAD: 9170/2015).

0763/2015-VALDICEA COSTA DO VAL-LEA PAULA SEPTIMIO COURY-SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-CJ03 DIRETOR DE SECRETARIA-05/10/2015 a 13/10/2015 (Processo PROAD: 9310/2015).

0764/2015-ANGELA MARIA ANDRADE E SILVA-ISRAEL GOMES NASCIMENTO-02ª VARA DO TRABALHO DE CAMAÇARI-CJ03 DIRETOR DE SECRETARIA-19/10/2015 a 07/11/2015 (Processo PROAD: 8994/2015).

0765/2015-JORGE PAULO COSATO JUNIOR-SIMONE SILVA DE FIGUEIREDO CAMPOS-VARA DO TRABALHO DE JACOBINA-CJ03 DIRETOR DE SECRETARIA-03/11/2015 a 22/11/2015 (Processo PROAD: 9362/2015).

0766/2015-SAMUEL FREITAS DE MACEDO-RAFAEL BARATA SILVA-GABINETE - DESEMBARGADORA DO TRABALHO MARGARETH RODRIGUES COSTA-FC05 ASSISTENTE DE GABINETE-13/10/2015 a 23/10/2015 (Processo PROAD: 9068/2015).-SAMUEL FREITAS DE MACEDO-VANESSA OLIVEIRA GOMES OLIVEIRA-GABINETE - DESEMBARGADORA DO TRABALHO MARGARETH RODRIGUES COSTA-FC05 ASSISTENTE DE GABINETE-22/09/2015 a 11/10/2015 (Processo PROAD: 9068/2015).

0792/2015-FABRICIO MONTEIRO ROCHA-ANA CAROLINA SANTANA PORTELA-SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA-FC04 CHEFE DE SEÇÃO-30/11/2015 a 18/12/2015 (Processo PROAD: 9680/2015).-FABRICIO MONTEIRO ROCHA-ANA CAROLINA SANTANA PORTELA-SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA-FC04 CHEFE DE SEÇÃO-10/11/2015 a 29/11/2015 (Processo PROAD: 9680/2015).

0793/2015-DANILIA CRISTIANE REIS SALLES RODRIGUES-MARIA ANTONIA SANTOS DAMASIO-SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL-FC04 ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 4-13/10/2015 a 31/10/2015 (Processo PROAD: 9671/2015).

0794/2015-FLAVIA DE ARAUJO PINHO MENDONÇA MAIA-ROSANA SILVA MASCARENHAS-28ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR-FC05 ASSISTENTE DE JUIZ-19/10/2015 a 05/11/2015 (Processo PROAD: 9683/2015).

0795/2015-ANA GABRIELA SOARES DE FIGUEIREDO-HELIO ELOY ALVES DIAS FILHO-GABINETE - DESEMBARGADOR DO TRABALHO JÉFERSON MURICY-FC05 ASSISTENTE DE GABINETE-01/12/2015 a 18/12/2015 (Processo PROAD: 9850/2015).

0796/2015-MARIA JOSE DE MACEDO SOBRAL-ALBERTO DA SILVA NASCIMENTO-01ª VARA DO TRABALHO DE JUAZEIRO-FC05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA-09/11/2015 a 27/11/2015 (Processo PROAD: 9848/2015).

0798/2015-DIOGO JOSE MOREIRA-MARINEY MATOS CORTES ALVES-VARA DO TRABALHO DE EUNÁPOLIS-CJ03 DIRETOR DE SECRETARIA-05/10/2015 a 09/10/2015 (Processo PROAD: 9322/2015).

0808/2015-CRISTIANO SOUZA BRAGA-ANTONIO GERALDO SILVA SANTOS-VARA DO TRABALHO DE ITABERABA-CJ03 DIRETOR DE SECRETARIA-05/10/2015 a 09/10/2015 (Processo PROAD: 8289/2015).-CRISTIANO SOUZA BRAGA-ANTONIO GERALDO SILVA SANTOS-VARA DO TRABALHO DE ITABERABA-CJ03 DIRETOR DE SECRETARIA-27/10/2015 a 04/11/2015 (Processo PROAD: 8289/2015).

0809/2015-JANDSON ALVES ROCHA-CARLOS FREDERICO MARQUES VALENTE IUNES-VARA DE TRABALHO DE BRUMADO-CJ03 DIRETOR DE SECRETARIA-07/10/2015 a 09/10/2015 (Processo PROAD: 9517/2015).

0810/2015-SEBASTIAO BARROS BRITO-MATEUS MAIA DE MELO-VARA DO TRABALHO DE JEQUIÉ-CJ03 DIRETOR DE SECRETARIA-07/10/2015 a 09/10/2015 (Processo PROAD: 8642/2015).

0811/2015-ARIANE DIAS DA CRUZ-IARA GALVAO NEVES-04ª VARA DO TRABALHO DE CAMAÇARI-FC05 ASSISTENTE DE JUIZ-06/10/2015 a 11/10/2015 (Processo PROAD: 9399/2015).-MAURILIO ALCANTARA MACÊNA-IARA CARDOSO SIQUARA LEMOS-04ª VARA DO TRABALHO DE CAMAÇARI-FC05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA-05/10/2015 a 09/10/2015 (Processo PROAD: 9399/2015).

0812/2015-OSMARIO VIEIRA DE ALCANTARA-CACIA MARIA TAVARES LANTYER-SEÇÃO DE PUBLICAÇÃO-CAP-FC03 ASSISTENTE

SANTOS CARVALHO-01ª VARA DO TRABALHO DE ITABUNA-FC04 SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA-13/10/2015 a 01/11/2015 ADMINISTRATIVO 3-29/09/2015 a 09/10/2015 (Processo PROAD: 8924/2015).

0813/2015-NATALIA OLIVEIRA LIBHABER-LUCIANA DE ALMEIDA SOUZA-GABINETE - DESEMBARGADOR DO TRABALHO JÉFERSON MURICY-FC05 ASSISTENTE DE GABINETE-13/10/2015 a 27/10/2015 (Processo PROAD: 9111/2015).

0814/2015-DAVI DA SILVA SANTANA-VANDERLEI ANDRADE REIS-SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA-FC04 CHEFE DE SEÇÃO-13/10/2015 a 30/10/2015 (Processo PROAD: 9110/2015).

0815/2015-LUDVIG RIO BRAUNSTEIN-LISE NERY MOTA-NÚCLEO DE ACESSORAMENTO ADMINISTRATIVO DA COORDENADORIA DE RECURSO DE REVISTA-FC04 ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 4-01/10/2015 a 08/10/2015 (Processo PROAD: 9152/2015).

0816/2015-THUILA REGO DE ARAUJO DANTAS-ARIANA DE MELO CORREA-05ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR-FC05 ASSISTENTE DE JUIZ-01/10/2015 a 09/10/2015 (Processo PROAD: 9162/2015).

0817/2015-JERUSA CRISTINA DE OLIVEIRA TRIGO-MAILTON VIEIRA FRANCO-VARA DO TRABALHO DE SANTO ANTONIO DE JESUS-FC05 ASSISTENTE DE JUIZ-19/10/2015 a 30/10/2015 (Processo PROAD: 8970/2015).-WELLINGTON SANTOS ALVES-ROBSON DA GLORIA ROSARIO-VARADO TRABALHO DE SANTO ANTONIO DE JESUS-FC04 CALCULISTA-24/09/2015 a 08/10/2015 (Processo PROAD: 8970/2015).

0818/2015-ALEX SEIBERT SANTOS DE MELLO-MARIA JAMILE DIAS DUARTE-04ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR-FC05 ASSISTENTE DE JUIZ-11/11/2015 a 20/11/2015 (Processo PROAD: 9423/2015).-ALEX SEIBERT SANTOS DE MELLO-LUCAS OLIVEIRA GARRIDO-04ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR-FC04 SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA-13/10/2015 a 27/10/2015 (Processo PROAD: 9423/2015).-CARLA FARANI SANTANA-MARIA JAMILE DIAS DUARTE-04ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR-FC05 ASSISTENTE DE JUIZ-23/11/2015 a 30/11/2015 (Processo PROAD: 9423/2015).-CARLA FARANI SANTANA-LUCAS OLIVEIRA GARRIDO-04ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR-FC04 SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA-28/10/2015 a 30/10/2015 (Processo PROAD: 9423/2015).

0819/2015-IVANA CLEA GUSMAO DE OLIVEIRA-MARIA ANGELA ALMEIDA GARCEZ"-SECRETARIA DA 2. TURMA-CJ03 DIRETOR DE SECRETARIA-13/10/2015 a 27/10/2015 (Processo PROAD: 9368/2015).

0820/2015-NILMA CARLA CUNHA NOGUEIRA-IVANA CARLA CARVALHO DE MACEDO SENNA-SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL-FC04 ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 4-30/09/2015 a 11/10/2015 (Processo PROAD: 9390/2015).

0821/2015-ANGELO MARCIO SOUZA OLIVEIRA-CRISTINA MARIA SAMPAIO DE AVELAR-05ª VARA DO TRABALHO DE FEIRA DE SANTANA-FC05 ASSISTENTE DE JUIZ-29/10/2015 a 11/11/2015 (Processo PROAD: 10049/2015).

SUBSTITUIÇÃO TORNAR SEM EFEITO

0800/2015-0865/2014-FERNANDA MEDEIROS RAMACCIOTTI-ABEL TAVARES FILHO-GABINETE - DESEMBARGADOR DO TRABALHO RENATO MÁRIO SIMÕES-FC05 ASSISTENTE DE GABINETE-10/07/2015 a 24/07/2015.